



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *22 de novembro de 2019* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, vamos iniciar os trabalhos com as tomadas de posse, porque a ordem é um bocadinho extensa, e há que apressar.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Flávia Isabel Pereira da Silva, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal, para preenchimento da vaga temporária do membro ausente, Bruno Sérgio Moreira Caetano, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação do ausente por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de verificada a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Socialista (PS), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Flávia Silva (PS) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Maria do Céu Brandão Azevedo, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal, para preenchimento da vaga temporária do membro ausente, Maria Estela Vieira de Freitas, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação do ausente por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de verificada a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Maria do Céu Azevedo (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Vamos passar à votação da ata. Não podem votar a ata a Flávia, Fátima Cerqueira, Sr. Esteves, Maria do Céu, Manuela Ferreira, Abílio Castro, Manuel Sousa e Miguel Queirós.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, esta questão que eu vou colocar tem a ver com um ponto da ordem de trabalhos que foi apresentado para incluir no período da ordem do dia, eu penso que os líderes já terão conversado sobre isto. O que está aqui em causa é vir a ser incluído como Ponto n.º 3.12, que será o último ponto da ordem de trabalhos, que tem a ver com uma proposta e com a necessidade de submeter rapidamente essa proposta à apreciação do Tribunal de Contas.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Este ponto passa, então, a ser o Ponto n.º 3.12.

Ora, de seguida, é necessário proceder à substituição de dois documentos que contêm um erro de escrita. Isto tem a ver com a proposta de aprovação de lançamento de Derrama para o ano de 2019, não há rigorosamente nada a acrescentar, há apenas que corrigir um erro de escrita. Tinha a ver com os Pontos n.º 3.3 e 3.4, que já foram aprovados.

Alguém tem alguma coisa a opor à substituição? Como ninguém tem nada a opor, ficam os documentos substituídos. Muito obrigado.

Ora, vamos, então, iniciar a ordem de trabalhos, com o **Período de antes da ordem do dia**.

Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019, já está.

Ponto n.º 1.2, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Quem pretende inscrever-se? Mais ninguém se pretende inscrever? Penso que não. Nós vamos recapitular as pessoas que estão inscritas. O primeiro é o Sr. Deputado Fernando Monteiro, o segundo é o Celso Santana, o terceiro é o Dr. Luís Vales, Luciano, Dr. Monteiro da Rocha, e o Dr. Mário Luís.

Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, caro amigo, Dr. Jorge, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal, público, Marcoenses que nos ouvem lá em casa:

Desde já, os assuntos que me trazem cá hoje, alguns assuntos da minha freguesia que gostava de também expor à Sra. Presidente e ao seu Executivo.

Primeiro de tudo, agradecer à Sra. Presidente e ao Executivo a conclusão da obra do pavilhão gimnodesportivo, que está concluído. Acho que foi uma obra que melhorou o que já tinha sido lá



feito, e foi uma forma de preservar o que de bom temos – porque não é só construir, mas também olhar para o que nós temos, e tentar que as coisas não caiam, e de forma a que elas se preservem e que sejam com qualidade para quem usufrui delas. E acredito, Sra. Presidente, que foi um bom investimento. Em boa hora, também logo no início, lembrámos o Executivo que era necessário, porque senão ia estragar o que tinha sido lá feito, e em boa hora o Executivo fez essa obra. Agradeço-lhe, porque o pavilhão, que se chama António Ferreira Soares, ficou com uma dignidade diferente, e tem todas as condições para que quem usufrui, quer a patinagem, quer o hóquei, quer também todos que fazem nos seus tempos livres lá o seu desporto, tenham todas as qualidades, e que o pavilhão perdure no tempo. Por isso, o meu agradecimento ao Executivo e à Sra. Presidente.

Também agradecer à Sra. Presidente a forma como nos tratou, e que fez questão de estar presente na visita do Sr. Diretor da Segurança Social do Norte, do Distrito do Porto, que esteve connosco no Centro Social de Vila Boa de Quires, em que a Sra. Presidente também teve oportunidade de ver o que nos preocupa na nossa terra, em tratar dos nossos idosos. Por isso, agradecer-lhe muito o empenho que teve nessa reunião, e também de fazer ver ao Sr. Diretor da Segurança Social o que aquela instituição está a passar, e que, como eu disse naquela reunião à Sra. Presidente, os voluntários não duram sempre, porque o voluntariado, é tudo muito bonito, mas se for algum tempo; se for para sempre, as coisas acabam por morrer. E como a Sra. Presidente teve oportunidade de constatar, estão lá trinta e sete idosos em centro de dia, mais quase vinte em apoio domiciliário, e aqueles que eles rejeitam porque não têm capacidade para os sustentar – é o termo da palavra, sustentar – porque não têm capacidade financeira de os sustentar. E a mim, preocupa-me muito, porque os idosos cada vez mais estão no abandono, não têm familiares próximos, a emigração é diferente – não foi só o marido emigrar, foi a família inteira – e os idosos ficaram na nossa terra. E preocupa-me muito o sentimento de abandono. E o centro de dia é, sem dúvida, a oportunidade que eles têm de conversar com pessoas da idade deles, e de ter o carinho que merecem na fase terminal da vida.

Por isso, Sra. Presidente, obrigado por ter ido a essa reunião, porque foi muito importante para mim, como Presidente de Junta, para a Direção, e para também mostrar ao Sr. Diretor que estamos todos unidos para que o centro de dia – e sei que já temos uma reunião, muito em breve também, com a Conferência, para lhes fazer ver que isto é um barco que não navega sozinho, e que precisamos de estar todos a remar para o mesmo lado. Por isso, agradecer à Sra. Presidente por ter estado connosco nessa reunião.

Depois, também fazer saber à Sra. Presidente algumas coisas em que não temos tido – e eu sei que há muitas coisas a fazer no concelho, mas eu acho que também temos que ter algum *feedback* de algumas coisas que temos pedido lá na nossa terra. Já na última Assembleia Municipal fiz questão de cá referir alguma iluminação pública – eu sei que, às tantas, o atraso não é da Câmara Municipal, mas, Sra. Presidente, pedia-lhe mais uma vez o seu empenho para que a EDP fizesse o quanto antes os pedidos que a Câmara Municipal lhe solicita, que é a intervenção em algumas ruas que a Junta de Freguesia pediu, desde a Rua de Miratâmega, que liga a Abragão, desde a Rua dos Amieiros, desde a Rua do Vau, que é um caminho que tem algumas habitações e que está às escuras. Eu sei que a Câmara Municipal, às tantas, já pediu à EDP, mas a EDP não dá qualquer tipo de resposta. E por isso, era importante, porque a Câmara é que paga a luz, é importante também que eles obtenham *feedback* da Câmara, do seu descontentamento.



Depois, também referir alguns pedidos que eram importantes para a Junta de Freguesia, nomeadamente um projeto que pedimos para o Largo da Igreja, em Vila Boa de Quires, porque era importante clarificar lá o que é estrada, o que não é, o que é parque de estacionamento, temos ali também uma entrada da nossa terra, que poderíamos fazer de forma diferente. Por isso, eu pedi à Câmara Municipal um projeto em que pudéssemos estudar aquela área. Eu queria também saber se era possível fazermos um estudo e que pudéssemos investir em alguma situação naquela área da freguesia, porque acho que valorizava não só a Igreja, que pertence à Rota do Românico, como o Centro Pastoral, valorizava toda aquela área, neste caso, do centro de Vila Boa de Quires.

Também dizer à Sra. Presidente que pedimos também os passeios para a Rua de Miratãmega – e eu sei que a Câmara Municipal está a fazer, e bem, alguns investimentos em passeios, porque cada vez mais vemos pessoas a caminhar durante a noite, no início da noite, e a mim preocupa-me sobretudo não haver grande consciência da forma como caminham, e depois assistimos a desgraças, que quando tocarem a algum de nós, ou a alguém chegado a nós, vão nos preocupar ainda mais, e vamos sofrer com isso. As pessoas caminham lado a lado, em situações em que não há segurança qualquer para os peões, e por isso, a Câmara Municipal está a fazer, e bem, algum investimento na zona de passeios, e a Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires tem-se preocupado com uma zona, que é a Rua de Miratãmega, que liga ali a rotunda de Lordelo, a caminho de Maureles, e anda lá muita gente a caminhar a pé. Eu acho que era de todo importante fazer ali alguma situação de uns passeios. Eu sei que também há ali um investimento de um loteamento, que provavelmente já vai ter que fazer infraestruturas, e era aproveitar – a Junta de Freguesia já fez esse pedido – era uma forma de aproveitar esse andamento de colocação de passeios nessas infraestruturas do loteamento para que depois pudéssemos ir mais além, até ligar com Maureles, porque era importante naquela artéria ter ali passeios – e até há lá umas baias de estacionamento que também temos que melhorar, porque com a colocação de betuminoso ficaram mais altas, também temos esse pedido.

Por isso, agradecer à Sra. Presidente de Câmara que também tivesse em conta esses pedidos, para que o quanto antes também os pudéssemos resolver, para o bem-estar dos cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, público e todos os que acompanham pelos meios de comunicação social lá em casa:

Sra. Presidente, o que me traz aqui hoje era colocar algumas questões em relação a alguns assuntos que dizem respeito à Freguesia do Marco. Gostava de saber se está para breve e se vai ser realmente inaugurado o novo espaço, da reconstrução, ou das obras de remodelação, da EB1 da Barroca, na ex-Freguesia de Rio de Galinhas, se vamos inaugurar a tempo do segundo período.



Uma outra situação que me traz aqui também – porque é uma das preocupações que me colocam pelos munícipes e pelos fregueses – para quando o Centro Cultural, se já está para breve, e quais as valências que ele vai ter também para oferecer aos Marcoenses.

Uma outra situação tem a ver também com a Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, junto à Escola Secundária, se está para breve a conclusão do primeiro lanço de construção.

Uma quarta situação também tem a ver com se já há alguma resolução, se já há algum projeto em fase avançada da Avenida dos Bombeiros Voluntários, junto à Ponte de Canaveses, do lado da Freguesia do Marco. Sabemos que todos os dias, no trânsito, há horas caóticas, há horas de ponta, de manhã e ao final da tarde, ainda esta semana houve um acidente (na segunda-feira, salvo erro) e em dez minutos o trânsito chegou perto das portagens. É óbvio que nós sabemos que cada vez há mais trânsito nas estradas, e também começa a ser uma preocupação. Nós sabemos que o Governo da República são pessoas de bem, e que nos têm ajudado, principalmente ao Concelho do Marco, na ferrovia, e que também nos irá ajudar na rodovia. E acho que está também na altura de começarmos a pensar – e por que não irmos um bocadinho mais além, e pedir uma nova ponte sobre o Rio Tâmega, ou até um tabuleiro ou aumento da ponte, que era ótimo. Isto, teremos que pensar para o futuro, mas era bom, para resolvermos aquela situação. De imediato, nós sabemos que a medida mais rápida seria mesmo aquela resolução que já foi aqui apresentada, para vermos qual é a situação, que é uma das preocupações dos nossos munícipes.

Tenho também agradecimentos a fazer, como é óbvio: a conclusão da Rua de Esmoriz e Covas de Baixo, finalmente a população da ex-Freguesia do Freixo consegue ligar-se, durante o período de inverno, ao interior da freguesia e deslocar-se ao centro da cidade do Marco, sem ter que passar na Freguesia de Avessadas e na Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos; pode fazê-lo pelo interior da ex-Freguesia do Freixo. Um bem-haja, muito obrigado, porque com essa grande obra conseguimos ter a Freguesia do Marco unida.

Agradecer também aquilo que está a desenvolver na Freguesia do Marco, em termos de passeios, na Rua Arlindo Gonçalves Soares, e o início da construção dos passeios na Rua do Casal e na Rua Saint Georges lès Baillargeaux.

Era isso que eu tinha aqui hoje a trazer. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Marcoenses.

A Sra. Presidente da Câmara, em setembro, anunciou nesta Assembleia Municipal, e posteriormente foi amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação social, que os Marcoenses iriam ficar isentos do pagamento de taxas de ligação à água e ao saneamento. Aliás, a Sra. Presidente até referiu, na altura, que seria a Câmara Municipal a pagar essas taxas de ligação, e que estariam apenas a definir uma forma de plafonamento, em conjunto com a empresa



Águas do Marco. E sendo assim, eu gostaria de lhe perguntar se acha razoável que numa altura em que a Câmara está em processo negocial profundo e muito próximo com a empresa Águas do Marco para isentar as pessoas desse pagamento, que a empresa apareça à porta dos Marcoenses, acompanhada por forças militarizadas da Guarda Nacional Republicana, por forma a proceder ao tamponamento do saneamento.

Uma outra questão que me traz aqui tem a ver com o balanço de dois anos de mandato que a Sra. Presidente levou a cabo recentemente. Tendo passado estes dois anos, gostaria de lhe solicitar que me seja enviada a contabilidade de custos referente aos recursos humanos e maquinaria da Câmara Municipal em cada freguesia deste concelho nos últimos dois anos. O PSD considera que deve existir equidade e igualdade de tratamento entre todo o território, e daí faço este pedido. Aliás, aproveito esta questão para pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que faça chegar este requerimento à Sra. Presidente de Câmara.

Mas, Sra. Presidente, Srs. Deputados Municipais, eu gostaria de questionar a Sra. Presidente sobre o nosso PARU, nomeadamente do anteprojecto que existe para a Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, mais conhecida como aquela avenida das Finanças. Temos recebido vários apelos e preocupações dos moradores e dos comerciantes, devido à possibilidade de se acabar com os lugares de estacionamento do Largo António Queirós Montenegro. Esse problema já se colocou no anterior Executivo do PSD, e por isso mesmo, na altura, não se avançou com o projecto, e pediu-se na altura que o Gabinete de Projectos apresentasse alternativas que garantissem o estacionamento naquele local. Sabemos agora que existe intenção da Câmara em adquirir a uma entidade privada, por trezentos mil euros (300.000€), um parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde do Marco. Ora, esses lugares já existem, estão lá, e a empresa não os explora porque existe estacionamento público no Largo António Queirós Montenegro.

O que aqui o PSD gostaria de propor, à semelhança do que os vereadores do PSD já fizeram, é que a Câmara altere o projecto e proceda à aferição da viabilidade da construção de um parque subterrâneo no largo que referi, que em nada iria alterar a estética daquela obra, em vez de comprar um parque de estacionamento que já existe, e que como disse, não é explorado apenas e só porque temos neste momento estacionamento público. Pensamos que esta solução seria a que melhor iria servir os Marcoenses e os comerciantes de toda aquela zona da cidade.

Ainda relativamente ao PARU, gostaria aqui de realçar a notícia que tivemos esta semana, de que o novo Centro Cultural abrirá portas até ao final do ano. É uma ótima notícia para os Marcoenses, e também para a nossa terra. Um investimento de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros (1.350.000€), que custou muito, na altura, ao anterior Executivo do PSD, porque, de facto, havia uma situação financeira, como sabem, bastante difícil naquela altura. E por isso, tenho a certeza de que esse investimento veio e virá agora acrescentar valor à cultura na nossa terra.

Sra. Presidente, para terminar, na última Assembleia, o Sr. Deputado Municipal do Partido Socialista, Bruno Caetano, referiu que até ao final do mês de outubro (que já passou) seria assinado o auto de consignação para a construção do IC35. Gostaria de lhe perguntar se tem alguma novidade, alguma notícia, e se já informaram a Câmara Municipal para quando a construção efetiva desta importante via.



E finalmente, também tomámos conhecimento pela comunicação social que a eletrificação da Linha do Douro entre o Marco e Régua, que tinha sido anunciada pelo Primeiro Ministro em campanha eleitoral como estando concluída até ao final do próximo ano, afinal será adiada. A Sra. Presidente sabe por que é que se coloca aqui este adiamento? E se, de facto, foi avisada antes da comunicação social, antes mesmo desse adiamento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luciano.

--- Luciano Costa (Presidente J.F. Banho e Carvalhosa, CDU) ---

Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, colegas Presidentes de Junta, estimado público, comunicação social, Marcoenses lá em casa:

Sra. Presidente, como é do seu conhecimento, iniciámos a construção da casa mortuária em Banho e Carvalhosa. Sobre este assunto, gostaria de agradecer à Sra. Presidente, ao Executivo Municipal, a forma como criamos condições entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal para que esta obra fosse, não só iniciada, mas sim inaugurada, talvez já no princípio do próximo ano.

Dizer também, Sra. Presidente, mais um agradecimento, que gostei muito de acompanhar a Sra. Presidente às futuras instalações da Associação Desportiva em Carvalhosa, embora não seja uma obra relacionada com a Junta de Freguesia, é aquela associação que está a tentar levar a cabo um sonho – ou quase um sonho – na freguesia. E dizer-lhe que gostei muito de a acompanhar, para que a senhora reparasse que aquela associação tem bastantes dificuldades financeiras – eles até, para concluir um plano de atividades, têm dificuldades, que fará para levar uma obra daquelas. Mas, deu-me a entender que a Sra. Presidente, sobre essa obra, que também vai querer ajudar. E eu gostaria também de fazer uma proposta à Sra. Presidente, como Presidente de Junta daquela freguesia: gostaria, junto da Sra. Presidente da Câmara, e com o Sr. Presidente daquela associação, se calhar mais uma inauguração no próximo ano em Banho e Carvalhosa. Só coisas boas.

A senhora também fez questão de acompanhar aquela cobertura em que nós estivemos, e também partilhamos da mesma ideia, na Escola EB1 de Regoufe, para criar condições àquelas crianças de poderem fazer uma atividade física quando as condições atmosféricas não são as melhores. Acho que também seria uma obra, se calhar, barata, que daria àquelas crianças, aos pais, aos professores, melhores condições, e seria uma obra importante na minha freguesia.

No que diz respeito a obras, também não vou mais longe, porque as minhas obras de proximidade ainda não chegaram, mas eu estou informado de que brevemente chegarão.

E eram só estas coisas que eu trazia cá hoje, a esta Assembleia. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha.



--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente e Srs. Secretários da Mesa da Assembleia, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Marcoenses:

Como sabem, faleceu recentemente o Sr. Avelino Ferreira Torres, que foi antigo Presidente desta Câmara Municipal. Trago aqui um voto de pesar pelo seu falecimento, que é subscrito pelos três Líderes desta Assembleia, mas que delegaram em mim a sua apresentação, facto que muito agradeço, dada a minha profunda ligação que tinha com o Sr. Avelino.

Eu passava a ler, se permitissem, este voto de pesar – que como digo, é subscrito pelos três líderes municipais:

“Faleceu no dia 8 de outubro o Sr. Avelino Ferreira Torres, que foi Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses durante vinte e três anos, de 1982 a 2005, e seu vereador antes e depois de ser Presidente.

A Câmara Municipal, por iniciativa da Sra. Presidente, já lhe rendeu justa homenagem, aprovando um sentido voto de pesar e decretando três dias de luto municipal pelo seu falecimento. E esta Assembleia não poderá ficar indiferente perante o falecimento desta singular figura que marcou o Marco durante mais de um quarto de século, seja como dirigente associativo, nas suas vertentes desportiva, recreativa, cultural e humanitária, seja sobretudo como autarca.

Amava o Marco, sonhou desenvolvê-lo, o povo confiou-lhe essa missão, e ele conseguiu desempenhá-la bem, como atestam as múltiplas infraestruturas, sejam rodoviárias, sejam desportivas, sejam de ensino, que surgiram por todo o concelho durante os seus mandatos, e tanto contribuíram para o progresso do nosso Município.

E as suas muito participadas exéquias foram a manifestação do carinho que o povo nutria por este homem, que foi líder incontestável deste concelho durante duas décadas, e que será lembrado por muitas mais.

Considerando tudo isto, a Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, nesta sua primeira reunião após o seu falecimento, expressa o seu sentido pesar pelo falecimento do Sr. Avelino Ferreira Torres, ex-Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, voto este a transmitir aos seus familiares.

*Marco de Canaveses, 21 de dezembro de 2019,
Os proponentes.”*

Portanto, é esta a proposta que eu, em meu nome, e em nome dos demais líderes parlamentares, deixo à Mesa da Assembleia.

Muito obrigado. Era isto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís.



--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Exma. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Eu ia começar por abordar um assunto que trouxe aqui também já na última Assembleia Municipal, mas porque houve a surpresa – para mim, pelo menos, foi uma surpresa – de uma greve dos alunos da minha escola, da EB 2/3 de Alpendorada, achei que deveria aqui reforçar o apelo para que todos nós nos empenhássemos na resolução do problema do amianto. De facto, os alunos surpreenderam-nos, unidos, nunca imaginei, e naquele dia nenhum deles foi às aulas.

Queria também aproveitar para dar os parabéns à organização da tertúlia, à Confraria do Granito que organizou uma tertúlia sobre um problema muito complicado, que também, na altura, referi aqui, que tem a ver com a tuberculose e com as doenças pulmonares. E nessa mesma tertúlia, associando as duas situações, ficou provado, e foi lá feito esse alerta, não ficaram dúvidas de que o amianto é, de facto, muito perigoso, principalmente quando está já gasto e usado, como acontece com a EB 2/3 de Alpendorada, pois já em tempos foram substituídas algumas placas de uns passadiços que unem os blocos, por estarem a partir-se. Eu penso que todos os alunos, pais, professores, funcionários, toda a comunidade educativa, agradecerão o empenho que qualquer entidade, que qualquer pessoa possa fazer para resolver este problema.

Aproveitava também para renovar um apelo – eu sei que não é tarefa aqui da Câmara Municipal, mas podemos todos ajudar, porque eu passo lá – que tem a ver com o escoamento da água na Ponte de Entre-os-Rios. De facto, aquilo está mesmo muito mau, se não for um único carro pelo meio, os peões não conseguem estar lá. É mau para quem lá passa, para os locais, e também fica mal para um país que recebe turistas.

Queria só dar nota aqui também de duas situações: da realização do nosso Corta-Mato Escolar, que continua a bater *records* de inscrições, com oitocentos e cinquenta alunos, desde o quarto ano até ao décimo segundo. Aproveitar para agradecer o apoio que a Câmara prestou, a Junta de Freguesia, a Cruz Vermelha e a GNR.

Ontem tivemos também, numa organização conjunta do nosso Agrupamento de Escolas com a Câmara Municipal, o nosso Dia de Raquetes, um torneio Interescolas do concelho, que também teve mais de cem alunos das várias escolas, e ficámos muito honrados com a presença do Sr. Vereador Paulo Couto – a quem aproveito para mais uma vez lhe dar os parabéns, porque hoje faz anos.

Só perguntava também, foi dito pela Sra. Presidente, aqui há uns tempos atrás, que a Avenida Francisco Sá Carneiro, em Alpendorada, que estava em estudo aquela zona, pelo menos próxima da escola, estava em estudo uma reformulação do trânsito, uma reformulação da avenida, se porventura já há alguma indicação a dar sobre isso.

Naturalmente, e porque trabalhei com ele, associar-me ao voto de pesar por Avelino Ferreira Torres, um homem que, naturalmente, e apesar de todos os seus defeitos, foi muito importante para o Marco de Canaveses. Naturalmente, nem toda a gente gostava dele, também não gostei de muita coisa, mas reconheço que trabalhei com um Presidente que tinha uma capacidade, um



dinamismo, uma genica fora do vulgar para, por vezes, encontrar soluções para alguns problemas, e que era alguém que gostava, apesar de tudo, do Marco. Sempre tentei aqui ocultar e esquecer, porque ao longo de tantos anos de mandato, e quem faz muito, pelo meio vai cometendo sempre alguns erros, e alguns também foram naturalmente cometidos. Mas, gostemos ou não, pelo bem ou pelo mal, Avelino Ferreira Torres ficará marcadamente na história do nosso concelho.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Nós íamos começar por pedir a aprovação do voto de pesar apresentado pelo Dr. Monteiro da Rocha. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

De seguida, tem a palavra a Sra. Presidente de Câmara. Faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito boa noite a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário e Sra. Secretária, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, público, e para quem nos ouve lá em casa também, uma muito boa noite.

Vou começar por responder ao deputado Fernando Monteiro, que nos agradeceu a manutenção realizada no Pavilhão António Ferreira Soares, e que também aqui fez o agradecimento pela minha presença na reunião havida com o Diretor do Instituto de Segurança Social, para tentarmos resolver, ou pelo menos sensibilizar o Sr. Diretor para que esta instituição possa ter um acordo de cooperação para fazer também face às despesas – que como disse, e muito bem, são para manter aquele estabelecimento e os idosos que dele precisam, quer seja em centro de dia, quer em apoio domiciliário. Dar conta de que a Câmara Municipal assumiu nessa reunião esse empenho, vamos ter já na próxima semana uma reunião com a Associação das Obras Sociais de S. Vicente de Paulo, que é a entidade que gere institucionalmente o Centro Social de Vila Boa de Quires. Também dizer que nos disponibilizámos para algum apoio financeiro, para fazer face a alguma despesa adicional, e também acabar por sensibilizar o Sr. Diretor e as entidades, muito embora, como sabem, esta nova forma de se candidatarem aos protocolos do Instituto de Segurança Social é feita por plataforma eletrónica, que é o PROCOOP, e têm que ter todos os requisitos – quem está à frente das instituições sabe disso, tem que cumprir todos os requisitos para que os protocolos possam vir a ser aprovados. Mas, eu estou certa também de que a instituição também cumpre os requisitos. E por isso, vamos ser todos otimistas e esperar que aconteça com esta instituição o que já aconteceu num passado muito recente com a instituição de Tabuado, e também com a de Rio de Galinhas, Alegria de Crescer.

Em relação à EDP, de facto, o Sr. Presidente da Junta aqui disse, e é muito verdade, a EDP tem tido atrasos significativos. Dar conta de que nós já fizemos pagamentos da colocação de muitas luminárias ao longo do concelho e ainda não estão colocadas – não é só luminárias, mesmo algumas baixadas. E por isso, temos feito algumas reuniões, e temos feito um ponto de situação com o novo Diretor da EDP, com quem reunimos há muito pouco tempo, é um assunto que costuma ser acompanhado aqui pelo Sr. Vereador Mário Bruno Magalhães, mas dizer que também a EDP sentiu esta necessidade, e por isso eles próprios criaram uma plataforma – e a partir de



agora, os pedidos à EDP são feitos via eletrónica, e a partir daí, todos os pedidos são acompanhados, e sabemos quando estão para pagamentos, quando é que irão ser colocados, quando é que foram para o empreiteiro.

Isto para dizer o quê? Que, efetivamente, a EDP hoje não tem recursos humanos, eles subcontratam empresas para poderem fazer os trabalhos, e muitas vezes o que acontece é que, de facto, os subempreiteiros atrasam demasiado tempo a colocação das luminárias e as reparações, ou os novos investimentos. É uma situação que estamos a acompanhar, não é um problema só desta Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, é um problema que é quase comum a todas as freguesias, os Srs. Presidentes de Junta também nos têm feito chegar essas reclamações, e dessa forma também estamos a acompanhar junto da EDP.

Em relação à questão que nos colocou, do Largo da Igreja, do estudo para valorizar a área, estamos sensíveis e disponíveis para falar consigo e para reunir. É um assunto que embora para nós seja um bocadinho novo – estava aqui a perguntar ao Sr. Vice-presidente, acho que nunca tivemos uma reunião, nem fomos ao local, mas podemos ajustar numa das visitas à freguesia essa deslocação ao local, e aferir com o Sr. Presidente de Junta qual é a possibilidade de podermos valorizar esta área também.

Em relação aos passeios, dar conta ao Sr. Presidente de Junta que a Câmara Municipal tem feito um investimento em passeios, através de fundos comunitários no âmbito da Comunidade Intermunicipal – neste caso, da CCDRN, dos chamados PAMUS. Nós estamos a aguardar a reformulação, ou a reprogramação dos fundos comunitários, no âmbito do PAMUS, já fizemos muitos passeios em algumas das freguesias – os Srs. Presidentes de Junta que aqui estão, alguns sabem disso – têm que cumprir alguns requisitos, mas, certamente, se houver reforço desta verba, como estamos à espera, nós próprios já temos elencados alguns passeios – estou a pensar aqui na Junta de Freguesia do Marco, que já elencámos, no centro da cidade, junto da área empresarial, da área industrial, alguns passeios que efetivamente também pretendemos fazer. Estamos só a aguardar a reprogramação do PAMUS, e depois avaliaremos essa situação, tendo em conta o valor que vamos também ter no âmbito da reprogramação.

Sr. Presidente de Junta, Celso Santana, EB1 da Barroca: dar-lhe conta de que na EB1 da Barroca, a obra está a decorrer de acordo com o previsto, o investimento que lá estamos a fazer ronda os duzentos e cinquenta mil euros (250.000€), está na fase final – ainda há pouco tempo lá fomos e não há nenhum atraso significativo. Por isso, vai ser concluída a renovação da instalação elétrica no exterior, vamos também fazer o remate do azulejo no exterior, a regulação do passeio com saibro, e mantém-se também a expectativa de que no primeiro período a obra esteja concluída. E por isso, o segundo período do ano letivo daquelas crianças será, efetivamente, na escola já com a obra concluída.

Em relação ao Centro Cultural, dizer que ainda hoje lá estive e, efetivamente, a obra está prevista terminar no final do ano.

Já agora, aproveito para responder ao Sr. Deputado Luís Vales: de facto, a obra do Centro Cultural estará pronta no final do ano. Houve aqui um atraso significativo, porque, efetivamente, quando chegámos à Câmara Municipal, este projeto estava aquém daquilo que eram as expectativas deste Executivo, e acho que aquém daquilo que eram as expectativas dos Marcoenses. Por exemplo, o



palco que ali estava definido não dava sequer para fazer uma peça de teatro. Tivemos que fazer um investimento muito avultado em material cénico, pedimos a colaboração de uma empresa especialista na matéria, como também a possibilidade de termos cinema – eram duas das situações que não estavam previstas. Aquele Centro Cultural tinha um palco que apenas dava para fazer conferências – foi exatamente isto que o empreiteiro nos transmitiu. Tivemos que parar o projeto, reformulá-lo, e por isso, o atraso da obra é significativo, agora está dentro das nossas expectativas, mas acho que foi um atraso que mereceu a pena termos olhado para o projeto e voltarmos atrás para fazer ainda melhor pela cultura do Marco de Canaveses.

Por isso, Sr. Presidente de Junta, dizer-lhe que o Centro Cultural estará pronto no final do ano. Logicamente que a sua inauguração está dependente das vistorias técnicas a que tem que ser submetido. Nós esperamos que elas sejam feitas logo após a conclusão da obra, efetivamente podem demorar mais algum tempo, e nós queríamos só inaugurar a obra quando as vistorias estivessem todas concluídas.

Rua Adelino Amaro da Costa, eu depois passarei a palavra, se me for permitido, ao Sr. Vereador Mário Bruno Magalhães, para fazer esta apresentação do assunto.

O viaduto da Avenida dos Bombeiros Voluntários: dizer ao Sr. Presidente de Junta que este já foi um compromisso aqui assumido connosco, tivemos várias reuniões, já avançamos com um anteprojecto. Efetivamente, como houve eleições, o Sr. Secretário de Estado alterou, estamos a aguardar, neste momento, uma reunião com ele, mas queríamos dar conta ao Sr. Presidente de Junta, e para lhe responder em relação à questão que colocou a seguir, da nova ponte, que este é um investimento em que, em termos de projeto e de obra, ronda os dois milhões de euros (2.000.000€). Para resolver o problema do trânsito no centro da cidade do Marco, à entrada da ponte, a Câmara tem que ter dois milhões de euros (2.000.000€). Logicamente que a nossa expectativa é que o Governo de Portugal – e neste caso, o Sr. Ministro – nos ajude, conforme foi o compromisso quando cá esteve reunido connosco sobre este assunto. Já fizemos um anteprojecto para adiantar a situação, e estamos, como digo, a aguardar uma reunião, para podermos definir em concreto de que forma é que vamos fazer este investimento, e qual será a participação do Ministério. Isto para lhe dizer que a Câmara Municipal, quando investir dois milhões (2.000.000€) – não só a Câmara, que eu espero que o Ministério também o faça – para resolver o trânsito do Marco, logicamente que a nova ponte ficará para segundo plano, porque, efetivamente, reconheço que o Município do Marco esteja um bocadinho isolado quando acontece algum problema na ponte – e às vezes acontece; infelizmente, ultimamente têm acontecido vários – o trânsito fica congestionado, e nós percebemos o caos que é, porque só existe esta ponte, naturalmente. Mas, vai continuar, do meu ponto de vista, a existir ainda durante alguns anos esta ponte, porque não estou a ver, a médio prazo, haver possibilidades de se definir uma nova ponte, embora reconheça que seja uma necessidade. Para já, a nossa prioridade é resolver o problema do trânsito, com a construção do novo viaduto.

Em relação ao agradecimento que fez, e reconheceu também o empenho que o Executivo tem nas obras, dizer-lhe que as fazemos com todo o gosto – como, aliás, fazemos nas outras freguesias do concelho, para bem da população, e neste caso reconhecendo também as necessidades que a Freguesia do Marco tem, e o empenho do Sr. Presidente de Junta em todos os pedidos que nos faz, e que quer acompanhar.



Sr. Deputado Luís Vales, questionou-me em relação à situação das águas, se acho razoável que a empresa realize tamponamentos. Eu creio que este assunto já foi aqui debatido numa das últimas reuniões, mas eu queria dar conta de que, efetivamente, nós procurámos apoio jurídico para tentar defender os munícipes de algumas situações de tamponamento, e efetivamente, o tamponamento é legal – ou seja, as pessoas, antes de serem tamponadas, ou antes de as suas habitações serem tamponadas, recebem pelo menos duas comunicações até chegar à efetividade do tamponamento. O que a empresa Águas do Marco decidiu foi contratar, efetivamente, uma empresa, que se faz acompanhar pela GNR, para fazer esse tamponamento.

O que é que nós fizemos para atenuar essa situação? Pedimos à empresa Águas do Marco que nos desse conhecimento prévio, pelo menos com quinze dias ou uma semana de antecedência, de quais eram, efetivamente, as freguesias e os locais em que iriam realizar tamponamento. Para quê? Para podermos agilizar com a população – e aí pedimos a cooperação dos Srs. Presidentes de Junta, estou aqui a pensar na Junta de Freguesia de Alpendorada, que foi uma das últimas que cooperou connosco, Bem Viver e Vila Boa do Bispo, em que a empresa nos anunciou que iria para lá fazer tamponamentos, e que nós, de imediato, quando recolhemos a listagem da Águas do Marco, enviámos para os Srs. Presidentes de Junta, pedimos a colaboração deles para identificar os proprietários, ou as ruas onde iriam decorrer os tamponamentos. E o que é que tentámos fazer? Tentámos agilizar o processo. Em primeiro lugar, os Srs. Presidentes de Junta, e muito bem, mostraram-se disponíveis para recolher informação na Junta, melhorando o facto de as pessoas não terem que se deslocar à Câmara Municipal, eles entregam os documentos na Junta de Freguesia, a Junta instrui o processo, e quando é remetido para a Câmara Municipal já traz todos os documentos, não andam para cá nem andam para lá – porque eu estou a imaginar que um munícipe de Alpendorada que venha cá e se esquece de trazer, por exemplo, a licença de habitabilidade, não é aceite o requerimento, e tem que voltar para trás, e teria que vir outra vez. O que é que os Srs. Presidentes de Junta fizeram, em articulação com a Câmara Municipal? Foi recolher essa informação, mandam essa informação, os nossos técnicos vão aos locais, e tentamos sobretudo perceber se essas habitações que vão ser tamponadas terem aquilo que é o benefício da isenção, se tiverem, logicamente, os requisitos para os quais é possível isentar a população.

Acho que tem corrido bem, aproveitava para agradecer aos Srs. Presidentes de Junta a colaboração que nos têm dado, porque acho que é para o bem de todos, principalmente da população que, efetivamente, poderia ser tamponada de um dia para o outro, sem aviso prévio, o que é desagradável – admito que seja muito desagradável; não é desagradável, é muito desagradável.

Balanço do mandato: fez o requerimento, chegar-lhe-á a resposta.

PARU, Avenida Dr. Carlos Mota Pinto, eu vou pedir ao Sr. Presidente da Assembleia se permite que o Sr. Vereador possa responder.

Novo Centro Cultural, já lhe respondi.

O auto de consignação do IC35, não tenho informação, posso pedi-la, mas acho que se houvesse informação, também era pública. Mas, efetivamente, podemos tentar avaliar essa situação junto



do Ministério. Temos uma reunião agendada também com a Infraestruturas de Portugal, pode ser uma boa altura também para os questionar sobre o IC35.

Ferrovias: o Sr. Deputado disse que foi anunciada em campanha eleitoral esta obra, e que ela foi adiada. Eu tive a curiosidade até de ir buscar algumas notícias aos jornais. Efetivamente, vocês podem ler este título do Jornal de Notícias, que diz uma coisa deste tipo: “Infraestruturas de Portugal deixa cair eletrificação da Linha do Douro até à Régua”. E depois, no corpo da notícia, diz uma coisa deste tipo: *“As dificuldades técnicas evidenciadas pelo consórcio projetista obrigaram à revogação do contrato. A IP está atualmente a concluir a contratação de um novo consórcio projetista.”*

Ou seja, o título da notícia não tem nada a ver com o que aqui está, porque, efetivamente, a obra não caiu, Sr. Deputado. Não caiu. Não, mas está aqui escrito, disse que a obra foi adiada. O que eu queria dizer ao Sr. Deputado, e aos Srs. Deputados que nos estão a ouvir, primeiro é dizer que este Governo de Portugal está a conseguir remediar um atraso de décadas na ferrovia. O projeto da linha de Marco de Canaveses até à Régua não foi apresentado em campanha eleitoral, faz parte do projeto Ferrovia 2020, o Plano Nacional de Investimentos 2020 na Ferrovia, e foram anunciados dois mil milhões de euros (2.000.000.000€) para o programa – dois mil milhões de euros (2.000.000.000€). Ou seja, este Governo vai investir dois mil milhões de euros (2.000.000.000€) na ferrovia. Efetivamente, só para perceberem – porque também é bom contextualizar – que para este Governo de Portugal, eu acho que o Sr. Ministro não deixou dúvidas, inclusive no investimento que está a fazer agora na recuperação dos comboios – nós esperamos ter aqui, dentro em breve, vinte comboios que estão a ser recuperados, entre carruagens automotoras, locomotivas, aqui com a CP. Dizer-lhe que – e isto para concluir – as notícias que vieram a público são logicamente não notícias, em relação ao caso da eletrificação da Linha do Marco até à Régua, creio que todos percebemos que a comunicação social gosta deste tipo de notícias, de criar casos, onde os factos são muito objetivos. Neste caso em concreto, o Governo apresentou em 2016 um programa de recuperação e modernização dos caminhos de ferro, com investimento previsto de dois mil milhões de euros (2.000.000.000€), sendo o Plano da Ferrovia 2020, o troço Caíde – Marco também devia estar concluído em 2016, e como vocês sabem, atrasou, e só aconteceu em 2019.

Para dizer aos Srs. Deputados e a quem nos ouve lá em casa o seguinte: a situação da eletrificação, ou do projeto de eletrificação do Marco à Régua, o que aconteceu foi a denúncia, por parte da Infraestruturas de Portugal, ao consórcio. Essa denúncia já foi feita, e o que a Infraestruturas de Portugal fez, e muito bem, foi antes de denunciar com o consórcio de projetistas este projeto, já tinha em vista a contratualização de um outro – porque, efetivamente, isso também está no corpo da notícia, o que se diz é que a Infraestruturas de Portugal, o que diz é que o consórcio não tinha condições, ou apresentava dificuldades técnicas evidenciadas, e que os obrigaram à revogação do contrato. A Infraestruturas de Portugal revogou este contrato com a equipa projetista, mas já contrataram uma outra equipa para continuar com o projeto. O que vai acontecer, efetivamente, e infelizmente, é que esta obra vai atrasar cerca de um ano – é o que o Governo entende, ou o Ministério, depois da contratação deste consórcio.

Ou seja, é uma não notícia. O que o Governo detetou foi uma anomalia, uma não resposta, ou uma falta de capacidade técnica pelo consórcio – aliás, este assunto já tinha sido abordado, o Sr. Diretor da Infraestruturas de Portugal já nos tinha dito isto quando cá esteve, na inauguração da



via entre Caíde e Marco, que estavam com dificuldades com o consórcio que estava a levar a cabo o projeto entre Marco e Régua. E isso aconteceu, tiveram problemas, denunciaram o contrato, mas já têm outra equipa a trabalhar, ou outro consórcio de projetistas a trabalhar neste projeto. E por isso, como eu digo, é uma falsa notícia, porque, efetivamente, já há outro consórcio a trabalhar, e ao contrário do que diz a comunicação social, a obra não caiu, ou como diz o jornal, a obra não foi cancelada.

E creio que ao Sr. Deputado Luís Vales, é tudo.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, Luciano Costa, o agradecimento que fez em relação à capela mortuária: efetivamente, o Sr. Presidente da Junta fez-nos chegar esta preocupação, queria lembrar que esta capela mortuária, tinha sido lançada uma pedra em vésperas de eleições para esta capela, que efetivamente não é naquele sítio, porque o local onde estava projetada a capela mortuária não estava regularizado, e por isso, o Sr. Presidente da Junta, e muito bem, procurou outro local, e conseguimos durante este período resolver o problema da capela mortuária, que iniciou a obra já na semana passada.

Em relação às instalações desportivas do Grupo de Carvalhosa, dizer que o Grupo Desportivo de Carvalhosa tem um problema que muitas associações do concelho infelizmente têm, que é falta de receita, não têm fontes de receita. Têm muito mérito desportivo, mas não são capazes de ter receita para fazer face ao investimento de que necessitam. Logicamente que quando visitei a obra com o Sr. Presidente de Junta e com a Direção do Grupo de Carvalhosa, fiquei sensível, porque efetivamente eles não têm receita nenhuma, mas é um grupo que está em constante atividade, e que precisa também do apoio da Câmara Municipal, como outras associações ao longo do concelho, que são muitas, para poderem levar a cabo a concretização da sua sede social. E também aí – porque é importante – na sua sede social, têm projetado um bar onde querem fazer, com um pequeno salão, algumas atividades recreativas para angariar fundos, para depois também poderem fazer face às suas despesas, e efetivamente também ajudarem a colaborar no pagamento da obra.

Sr. Presidente de Junta, Escola EB1 de Regoufe: é verdade que visitámos a escola, estou sensível, como sabe o Sr. Presidente de Junta, já lhe transmiti essa minha opinião, acho que, efetivamente, aquela escola merece, é uma escola que tem estado a ganhar também alunos, e que precisa de um pequeno investimento para que os alunos possam ao menos ter um espaço onde possam desenvolver algumas atividades, porque não têm nenhum recreio coberto. E por isso, vamos avaliar essa possibilidade.

Dr. Monteiro da Rocha, dizer-lhe que logicamente nos associamos ao voto de pesar que aqui já foi subscrito pelo nosso Líder de Bancada, e pelos restantes líderes das Bancadas. Eu já tive oportunidade – aliás, o Executivo já teve oportunidade de aprovar um voto de pesar em sede de Reunião de Câmara Municipal, e por isso dizer-lhe que também subscrevemos e nos associamos ao voto de pesar pelo Sr. Avelino Ferreira Torres.

Sr. Deputado Mário Luís, greve dos alunos da escola, amianto, dizer-lhe o seguinte: eu também fiquei muito surpreendida. O Sr. Deputado Mário Luís diz que ficou muito surpreendido pela greve dos alunos da sua escola – e o senhor é professor, eu sou Presidente de Câmara e também fiquei, fiquei muito surpreendida como é que os alunos fecham uma escola, sem a Direção da escola



saber, e sem a Associação de Pais se associar àquela manifestação. É um bocado estranho, por acaso é. Acho que até, se quer que lhe diga, desde que acompanho estas notícias de manifestações, deve ter sido a primeira vez que eu vi uma notícia em que os alunos encerram a escola sem a Direção da escola saber, sem os professores se associarem, e sem a Associação de Pais também se associar. É um bocado estranho.

Mas, dizer-lhe, Sr. Deputado Mário Luís, que em relação a esta questão, sobre a greve, eu já fiz questão de elucidar o jornal local sobre qual é a posição da Câmara, e só tenho apenas uma questão a fazer, ou uma nota a dar sobre esta questão: a remoção do amianto das escolas, ou dos estabelecimentos públicos, é fruto de uma diretiva da União Europeia de 2005. Em Portugal, a Lei é de 2011, nós estamos em 2019 – ou seja, a Lei saiu em 2011, 9 de fevereiro, Decreto-lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, que veio estabelecer os procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios – veio estabelecer os procedimentos e objetivos com vista à remoção, em instalações e equipamentos públicos. E veio também expressamente proibir a utilização destes na construção ou requalificação de edifícios, de instalações e de equipamentos públicos. Ou seja, o que a Lei diz é que nós não podemos construir novos edifícios recorrendo a amianto, nem devemos reconstruir edifícios e voltar a utilizar o amianto, e veio dar algumas diretrizes para a retirada do amianto – dar nota, por exemplo, de que a Escola EB1 da Barroca, ainda agora estamos a retirar a cobertura, é uma empresa certificada, porque para fazer a retirada do amianto tem que ser uma empresa certificada, existe uma Legislação muito específica para o fazer.

Dizer o seguinte: a competência da retirada do amianto é da Administração Central, competência de requalificação e modernização dos edifícios escolares do 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário, que, como sabem, está na esfera do Ministério da Educação.

Dizer por que é que eu me surpreendo por esta manifestação: porque o Sr. Deputado Mário Luís e esta Assembleia sabem, porque nós votámos aqui a delegação de competências, quando nos foi feita a delegação de competências, esta Câmara Municipal, uma das exigências que fez para aceitar a delegação de competências em relação à matéria da educação foi que conste no mapeamento dos edifícios e equipamentos escolares que necessitem de intervenção de requalificação e de modernização de grande dimensão, exatamente a Escola Secundária de Alpendorada e a Escola EB 2/3 de Alpendorada. Ou seja, é muito estranho isto, porque o amianto existe na escola há quantos anos? A escola deve ter sido construída há trinta anos, a Câmara Municipal vai aceitar a delegação de competências, diz que só aceita se estas duas escolas, e bem, ficarem mapeadas como necessitando de intervenção por parte do Governo antes de serem transferidas – ou seja, nós só aceitamos a transferência de competências se estas duas escolas forem alvo de requalificação – conseguimos integrar estas duas escolas no mapeamento, foi este Executivo que o fez, na negociação, e é estranho, como é que trinta anos com amianto na escola, agora que a Câmara Municipal consegue incluir estas duas escolas no mapeamento, os alunos fecham a escola. É muito estranho, Dr. Mário Luís; no mínimo, estranho.

Mas, para lhe dizer que a surpresa ainda é maior, quando nós tivemos esta conquista. Portanto, nós estamos de consciência tranquila: a responsabilidade é da Administração Central, e a administração da escola, ou o Conselho Geral da escola, sabe disto muito bem, e a Associação de Pais até mandou, com nosso conhecimento, uma missiva ao Ministério da Educação, onde invocam os motivos para a requalificação e para a retirada do amianto.



Ponte de Entre-os-Rios: esta é uma situação que, efetivamente, nós temos vindo a conversar, já no ano passado o fizemos, com a Infraestruturas de Portugal. Não está aqui o Sr. Presidente de Junta, mas está aqui o seu representante legal, que sabe disso, nós no ano passado já fizemos a limpeza, duas ou três vezes, daquelas bocas de água – que é assim que lhes chamam. Mas, o problema, dizem eles, é da quota. E efetivamente, as bocas, há uma situação de desnível da estrada, e como está fora da quota, a água acumula necessariamente. Para isso, era necessário uma requalificação toda do pavimento, e a Infraestruturas de Portugal já disse que não vão fazer, que têm feito a manutenção, como é habitual. Efetivamente, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm articulado essa limpeza, nós temos consciência de que não é, se calhar, suficiente, porque existe lá um sítio ou outro, que até é visível para quem vai na ponte, a circular consegue perceber que há ali um local ou outro onde, de facto, há ali uma poça maior de água, porque o aqueduto está à quota superior. Ou seja, a estrada abateu, o aqueduto está em cima, a água não consegue sair. É uma situação que já no ano passado fizemos questão de até pedir a intervenção também da Junta de Freguesia, e que não conseguimos resolver, mas também temos conhecimento e sabemos que é uma preocupação de quem lá passa todos os dias, e inclusive de quem lá passa a pé, porque corre o risco de ficar bastante molhado.

A outra questão foi o agradecimento pelo Corta-Mato, agradecer também o seu agradecimento, e também do Dia das Raquetes, do Sr. Vereador Paulo Couto, que esteve presente.

Em relação à reformulação do estudo da avenida, dizer que nós vamos levar muito brevemente uma proposta de alteração da postura de trânsito, o Sr. Vereador Paulo Couto é o vereador do trânsito, e ele diz-me que na avenida junto ao *shopping* de Alpendorada, vai mudar o sentido de trânsito, ficando apenas num só sentido, descendente. Essa alteração acabou por surgir das visitas técnicas que ele fez, juntamente com o membro da Junta de Freguesia de Alpendorada, Bruno Costa, e também com algumas pessoas, que lhes disseram lá no local que essa seria a melhor situação. Por isso, esta situação, acho que tem três semanas (nem tanto), desta visita técnica, porque nós queremos levar essa alteração à postura de trânsito a uma próxima reunião, e será essa a única alteração que vai ser levada a cabo na avenida, em Alpendorada.

E pronto, parece que já terminei. Sr. Presidente, dá-me autorização para que o Sr. Vereador possa responder às questões?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dou autorização, mas pedia-lhe que fosse breve, que já excedemos em dez minutos o tempo que está previsto. Faça favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, caríssima secretária, caríssimo secretário, Sra. Presidente de Câmara, caríssima vereadora, estimados vereadores, estimados Presidentes de Junta, membros desta Assembleia, órgãos de comunicação social, e o *staff* da Assembleia que nos acompanha e que colabora connosco. Muito boa noite a todos.

Respondendo ao Sr. Celso Santana, Sr. Presidente da Junta do Marco, dizer-lhe para quando o término da Avenida Dr. Adelino Amaro da Costa. Dizer-lhe que está previsto concluir este ano, a obra tem corrido bem, apesar do mau tempo que se faz sentir está já na fase final, a chegar ali



junto ao viaduto, e a indicação que tenho da direção técnica da obra é que a obra ficará concluída ainda em 2019. Temos tido alguns problemas, alguns constrangimentos, naturalmente é um local de passagem de dezenas ou centenas de alunos, centenas de pais, muitos professores, e a situação naquele local não é fácil de trabalhar, até porque estamos a trabalhar também com todas as redes no ativo, e é difícil conciliar os trabalhos. Mas, tudo está a correr de acordo com o que está previsto.

Caríssimo deputado Luís Vales, dizer-lhe, quando pede a contabilidade de custos para cada freguesia, dizer que lhe irá ser entregue. Mas, no entanto, gostaria de lhe dizer o seguinte, porque é importante relembrar e não esquecer: dizer-lhe que temos em obras por administração direta e por empreitadas adjudicadas para o quadriénio 2017-21, temos para Alpendorada, Várzea e Torrão, um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro (1.594.484€); Avessadas e Rosém, cento e vinte e mil, setecentos e cinquenta e seis, ponto noventa e nove (120.756,99€) – isto são obras feitas, obras em fase de adjudicação e obras a decorrer; Banho e Carvalhosa, oitenta e três mil, quatrocentos e treze (83.413€); Bem Viver, quinhentos e noventa e sete, novecentos e vinte e oito (597.928€); Constance, trezentos e cinquenta e oito, oitocentos e noventa e três (358.893€); Marco, quatro milhões, cento e nove (4.109.000€) – estão aqui as obras do PARU, naturalmente; Paredes de Viadores e Manhuncelos, cento e quinze mil, seiscentos e setenta e quatro (115.674€); Penha Longa e Paços de Gaiolo, quinhentos e trinta e sete (537.000€); Sande e S. Lourenço do Douro, trezentos e noventa e sete, duzentos e noventa (397.290€); Santo Isidoro e Livração, duzentos e setenta e sete, novecentos e noventa e sete (277.997€); Soalhães, oitocentos e um, oitocentos e vinte e três (801.823€); Sobretâmega, duzentos e quarenta e sete, quinhentos e um (247.501€); Tabuado, cento e vinte e sete, duzentos e cinco (127.205€); Várzea, Aliviada e Folhada, duzentos e cinquenta e um, oitocentos e noventa e quatro (251.894€); Vila Boa de Quires e Maureles, quatrocentos e dezasseis, cento e cinquenta e dois (416.152€); e Vila Boa do Bispo, quatrocentos e setenta e sete, setenta e nove (477.079€) – isto num total de dez milhões, quinhentos e quinze (10.515.000€), isto obras quer por empreitada, quer por administração direta.

Dizer-lhe ainda que quanto aos contratos interadministrativos de educação e ação social, dizer-lhe que após a adenda que fizemos em 2018, majorámos em Alpendorada, Várzea e Torrão em sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três euros (64.653€); em Bem Viver, mais trinta e três mil, seiscentos e trinta e três (33.633€) – ou seja, isto é a majoração que este Executivo propõe para todas as freguesias, em relação àquilo que estava previsto inicialmente, pelo anterior Executivo; Avessadas e Rosém, dezasseis mil, cento e vinte e três (16.123€); Banho e Carvalhosa, dezoito mil, cento e vinte e três (18.123€); Constance, mais dezoito mil, cento e vinte e três (18.123€); Várzea, Aliviada e Folhada, vinte e quatro mil, cento e vinte e três (24.123€); Penha Longa e Paços de Gaiolo, quarenta e um mil, cento e quarenta e três (41.143€); Paredes de Viadores e Manhuncelos, dezoito mil (18.000€); Sande e S. Lourenço, catorze mil, seiscentos e treze (14.613€); Soalhães, vinte e oito mil, seiscentos e vinte e três (28.623€); Santo Isidoro e Livração, dezoito mil, cento e vinte e três (18.123€); Sobretâmega, catorze mil, cento e vinte e três (14.123€); Vila Boa de Quires e Maureles, mais vinte mil, cento e vinte e três (20.123€); Vila Boa do Bispo, dez mil, seiscentos e três (10.603€). Isto são mais trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco euros (359.885€). A questão que faz é que podem haver dúvidas em relação à equidade entre as freguesias.



Dizer ainda o seguinte: relativamente aos acordos de execução, dizer-lhe que para o mesmo quadriénio, Alpendorada, Várzea e Torrão tem mais vinte e oito por cento (28%); Bem Viver, mais trinta e dois por cento (32%); Avessadas e Rosém, mais quarenta e dois por cento (42%); Banho e Carvalhosa, mais trinta e quatro por cento (34%); Constance, mais trinta e quatro por cento (34%); Várzea, Aliviada e Folhada, aqui um decréscimo de onze por cento (11%), porque tem a questão das equipas, e também deve ter alguma situação de decréscimo dos alunos e das aulas; o Marco, mais trinta e três por cento (33%); Penha Longa e Paços de Gaiolo, mais trinta e seis por cento (36%); Paredes de Viadores e Manhuncelos, mais quarenta e três por cento (43%); Sande e S. Lourenço do Douro, mais trinta e nove por cento (39%); Soalhães, cinquenta e cinco por cento (55%); Sobretâmega, cinquenta e um por cento (51%); Tabuado, quarenta e três por cento (43%); Vila Boa de Quires e Maureles, sessenta e seis por cento (66%); Vila Boa do Bispo, trinta e sete (37%); Santo Isidoro e Livração, tem aqui uma majoração muito grande, tem duzentos e tal por cento, porque tinha as brigadas, e agora recebe o valor.

Relativamente a esta questão, acho que estamos esclarecidos.

Dizer ainda o seguinte, que questiona sobre o projeto da Avenida Dr. Carlos Mota Pinto, diz que, na altura, não se fez por não ter solução para o estacionamento: de facto, o vosso Executivo não fez porque não tinha solução para o estacionamento, mas congratulamo-nos imenso porque nós fazemos porque temos solução para o estacionamento. Naturalmente que as obras financiadas pelo Quadro Comunitário – e esta em cerca de oitenta e cinco por cento (85%), como sabe – as obras têm exigências; temos alguma força sobre os projetos, mas não temos a força de que nós precisamos, e o senhor sabe bem disso. Naturalmente que a Comunidade Europeia hoje privilegia o peão em troca do automóvel; ou seja, os passeios são mais largos, a velocidade é reduzida, e há aqui uma série de condições que são impostas pelo fundo comunitário. E nós, naturalmente que não podemos fugir a elas. Mas, dizer-lhe que celebrámos um contrato-promessa de compra e venda das frações autónomas AB, o Lote 45 e o Lote T, Lote 46, na Freguesia do Marco, com a empresa Implantação Imobiliária, S.A., mais conhecido por parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde do Marco, na Quinta do Casal – Centro de Saúde, ou Unidade de Saúde Familiar.

Atendendo à execução da empreitada da reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, mais conhecida por Avenida das Finanças, em que se irá verificar uma redução dos lugares de estacionamento, fruto da candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), candidatura aprovada ao abrigo do Programa Norte 2020, este parque de estacionamento assume uma importância fulcral em termos de mobilidade da população residente e visitantes, uma vez que permite uma ligação privilegiada com o centro histórico da cidade, dada a sua proximidade, bem como um conjunto de equipamentos fundamentais, sendo eles o Centro de Saúde, Finanças, Câmara Municipal, Jardim Municipal, estabelecimentos comerciais, restauração, vias circundantes de acesso à Estação do Marco, e a própria variante de acesso à autoestrada A4.

A estratégia definida pelo Executivo assenta ainda numa lógica de promoção de um sistema de mobilidade atento aos atuais desafios da sustentabilidade, que aposta no aumento da quota de utilização dos transportes públicos e deslocação pedonal, em detrimento do uso do automóvel dentro da cidade, à semelhança das principais cidades europeias. O que aqui se pretende é modernizar, e nada mais, porque se não modernizar este espaço, sentimos que a cidade evolui noutro sentido, e depois, quem fica para trás, nunca é capaz de apanhar a evolução e o desenvolvimento dos espaços. Para tal, torna-se necessário dar resposta ao nível da existência



de estacionamento que possibilite o acesso do cidadão aos serviços públicos, comércio local, e que simultaneamente reduza as consequências indesejadas da falta de estacionamento para a população e para a atividade económica.

Porque a fração AB tem uma área de quatro mil, duzentos e noventa e quatro metros quadrados (4.294 m²), que se desenvolve através dos pisos -2, -3 e -4, com acesso autónomo do resto do edifício, completamente pronta e acabada, falta apenas autorização de utilização. Esta fração tem cento e treze lugares de estacionamento. Estamos a falar da compra do parque de estacionamento em frente à Unidade de Saúde Familiar, e que esta fração vai trazer mais cento e treze lugares de estacionamento cobertos ao local. O parque já existe. E a fração T, com uma área de novecentos e quarenta e dois (942 m²), acrescenta mais vinte e quatro lugares de estacionamento, sítios no piso -2 do edifício construído em propriedade horizontal, construído no local. Ou seja, no total temos mais cento e trinta e sete lugares de estacionamento. Mesmo que reduzíssemos os estacionamentos todos na avenida – todos – ainda tínhamos uma majoração; mas, não vamos reduzi-los todos, vamos aproveitar ao máximo a possibilidade de deixar o máximo de estacionamento e enquadrar o projeto.

Por tudo isto, e pelas possíveis condições de compra, nomeadamente – e vou já responder à questão que formula a seguir, que é a questão de fazer um outro parque de estacionamento – considerando o relatório da avaliação da Comissão de Avaliação da Câmara Municipal, datada de 26 de novembro de 2018, em que avaliar a fração AB, Lote 45, em um milhão, trezentos e setenta e oito, duzentos e cinquenta euros (1.378.250€), e a fração T, Lote 46, em duzentos e cinquenta e três, oitocentos e cinquenta e sete euros (253.857€) – ou seja, as duas frações, um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, cento e dezasseis euros (1.632.116€) – e a referida avaliação das Finanças, em sede de Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, referente à fração AB, no valor de oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta euros (866.880€), e a fração T, no valor de setenta e um mil, oitocentos e cinco, ponto trinta e oito euros (71.805,38€) – ou seja, num total do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, da fração AB, de novecentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco, ponto trinta e oito euros (938.685,38€). E vamos comprar o parque de estacionamento por trezentos mil euros (300.000€). Quer isto dizer que estamos a fazer uma compra, relativamente ao relatório de avaliação da equipa da Câmara Municipal, bem como àquilo que está avaliado nas Finanças, uma compra bastante abaixo daquilo que está ali previsto.

Dizer-lhe também que temos a intenção de que aquele parque vá de encontro às necessidades, quer dos residentes, quer dos comerciantes, quer de quem ali passa durante o dia, porque na apresentação pública do projeto ouvimos uma série de pessoas residentes, e ouvimos também uma série de pessoas, lojistas, os comerciantes, e outras pessoas que passam por ali e deram a sua opinião, e de facto, divergem: o residente, o morador tem uma opinião diferente daquela de quem ali trabalha, de quem tem ali o seu negócio. E a intenção do Executivo é que este parque vá de encontro a ambas as necessidades. O modelo de funcionamento não está ainda definido, mas certamente que vai ser definido em função e dando resposta a estas necessidades, que divergem de uns para os outros.

Relativamente ainda à questão de por que é que compramos um parque de estacionamento e não fazemos um novo naquelas imediações, muito simples: naturalmente que não fariamos – e é uma conta muito simples: com trezentos mil euros (300.000€), naturalmente que nós não construímos um parque de estacionamento enterrado. Além do parque de estacionamento enterrado, além da



sua construção própria, tem depois um conjunto de acessibilidades, que são diferentes do parque que lá está. O Executivo julga que aquele parque que lá está vai de encontro às necessidades, e faz face, resolve o problema da falta de estacionamento da obra em questão, e com isso acordámos a compra do estacionamento, e estamos confiantes de que o mesmo vai de encontro às necessidades, quer de quem lá mora, de quem reside, e também à questão do projeto, e assumimos que o projeto, infelizmente, retira sempre estacionamento – não retiramos aqui uma linha de circulação, a avenida vai ter circulação nos dois sentidos, mas há redução do estacionamento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. Qual é o esclarecimento? Dois minutos, por favor, então.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Dispensando os cumprimentos, era em relação ao Largo da Igreja, porque eu me referi ao Largo da Igreja, e a Sra. Presidente disse que era novo para o Executivo esse ponto, porque realmente no ofício que eu mandei chamei-lhe pelo nome, e as coisas devem ser chamadas pelo nome: é o Largo Padre Adão Gonçalves Carvalho. Eu já mandei um ofício em 2018, em novembro de 2018, em que a Câmara me respondeu em abril de 2019, que está no Gabinete de Projetos, à espera, para fazer o projeto. É só para não perder na contabilidade de custos o embalo, porque senão posso perder a vez. É só para não perder a vez.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Mário Luís, qual é o esclarecimento? A questão do amianto? Dois minutos, por favor, então.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Dispensando as apresentações, obrigado pelo tempo que me concede, mas é só um esclarecimento, Sra. Presidente: a escola não fechou; os alunos é que não foram às aulas. Os professores e os funcionários estiveram a cumprir o seu horário, e foi uma surpresa para todos. Infelizmente, a Sra. Presidente não pôde estar na reunião do Conselho Geral em que o assunto foi abordado, e a Associação de Pais e toda a gente foi surpreendida, porque circulava lá os miúdos a dizerem uns aos outros que iam fazer greve, mas nunca pensámos que, de facto, conseguissem o que fizeram, porque nenhum deles foi às aulas. E muitos pais foram surpreendidos também.

Quando eu faço aqui – e já faço há vários anos – o apelo para que nos ajudem a retirar de lá o amianto, não estamos a atribuir a responsabilidade – eu sei que não é responsabilidade da Câmara, é do Governo Central; estamos é a pedir as diligências que cada um possa fazer para que aquilo se resolva o mais rapidamente possível, porque preocupa toda a gente.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sr. Deputado. Dois minutos, por favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. É muito rápido.

Relativamente à questão que eu coloquei aqui sobre a contabilidade de custos, eu fiz chegar ao Sr. Presidente da Assembleia para a Sra. Presidente depois me responder, no prazo legal de trinta dias. Eu acho sinceramente que estarmos aqui durante cinco, ou sete, ou dez minutos, a falar sobre aquilo que foi perguntado...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, eu perguntei-lhe qual era o esclarecimento.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

O esclarecimento é só para ser esclarecido se foi entendido pelo Sr. Vereador, neste caso, que aquilo que se pretende é a contabilidade de custos com recursos humanos e maquinaria da Câmara Municipal nas dezasseis freguesias do concelho.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra, então, muito rapidamente, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Não preciso de dois minutos, muito obrigada, Sr. Presidente.

Só para dizer ao Sr. Deputado que eu percebi claramente o que é que quis dizer, quer a contabilidade de custos, é um documento da contabilidade que existe, felizmente está atualizado, e é muito fácil tirar a contabilidade de custos e enviá-la, e vai recebê-la certamente.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, vamos passar de seguida ao **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público.

Quem pretende inscrever-se? Não há ninguém? É a primeira vez que não há ninguém.

Ora, uma vez que não há pedidos de intervenção do público, vamos passar, então, ao **Ponto n.º 3**, Período da ordem do dia.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.



Queria apenas realçar algumas das informações que estão na informação escrita. Uma delas começa logo na ação social e saúde, a questão do Fundo de Emergência Social. Dizer que desde o período de 1 de outubro a 30 de novembro fizemos cinquenta e sete atendimentos, e desses cinquenta e sete atendimentos houve cinco agregados familiares que foram contemplados com o Fundo de Emergência Social, ou seja, que estavam dentro daquilo que são os requisitos para usufruírem deste Fundo de Emergência Social. E nesses cinco agregados familiares, o valor despendido foram três mil, setecentos e cinquenta euros (3.750€), para ajudar famílias que estavam em situação de emergência em termos financeiros.

Também dar conta aos presentes, ainda na informação escrita, do “Marco Mais Igual”, que é o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. A Câmara Municipal levou a cabo pela primeira vez as Jornadas Municipais da Igualdade, no dia 25 de outubro, contámos com a colaboração da Prof.^a Amélia Ferreira, a nossa Conselheira Municipal. Esta atividade enquadra-se no Projeto “Mais Igual”, que consiste na promoção da igualdade de género e não discriminação de uma sociedade entre homens e mulheres. A iniciativa teve um painel de oradores muito bom – a Dra. Maria de Belém Roseira, a Dra. Patrícia Teixeira Lopes, a Dra. Susana Silva, o Dr. Henrique Almeida, o Sr. Prof. Dr. José Eduardo Pinto da Costa, e o Dr. Renato Martins. Neste evento estiveram presentes cerca de cento e cinquenta pessoas, de diferentes faixas etárias, e o evento também contou com a colaboração da Universidade Sénior, e terminou com a declamação de um poema do autor, Arq.^o Fernando Couto Ribeiro.

Ainda também sobre a questão da educação e saúde, mais concretamente dizer que a Câmara Municipal está a levar a cabo a concretização da Estratégia Municipal de Saúde. A Estratégia Municipal de Saúde foi concertada em sede de Conselho Local de Ação Social, onde foram criados vários grupos. Um dos grupos que foi criado em sede de Conselho Local de Ação Social (CLAS) é o grupo da saúde e envelhecimento. Esse grupo de saúde é constituído pelos técnicos das instituições que estão a trabalhar nessa estratégia municipal de saúde, cujos objetivos serão alinhados com o Plano Nacional de Saúde. Temos dois desafios importantes neste Plano Nacional de Saúde, que é a questão da tuberculose, e também a questão do alcoolismo.

Também dar conta aos presentes que a nível da educação, queria reforçar também o nosso projeto “#sucessoescolar”, realçar esse projeto e a forma como tem vindo a decorrer, em concertação com os quatro agrupamentos de escolas. Como sabem, temos sete técnicos superiores – assistentes sociais, psicólogas, terapeutas da fala – a trabalhar diretamente nos quatro agrupamentos de escolas. Uma das iniciativas que tem sido levada a cabo são os rastreios de psicologia e terapia da fala. Desde 23 de setembro de 2019 até 31 de janeiro de 2020, esta equipa vai rastrear cento e cinquenta crianças. Além destas cento e cinquenta crianças, que são crianças até aos quatro anos, vamos também continuar a apoiar aquelas que já foram identificadas no ano letivo anterior, que são cento e seis casos. E o objetivo deste rastreio de psicologia e de terapia da fala é sobretudo identificar áreas problemáticas específicas precocemente, e tentar, como é lógico, que esses casos não avancem, e podermos resolvê-los muito precocemente.

Dizer também que uma das outras atividades do “#sucessoescolar” foi a canoagem. O prestador de serviços para esta atividade é o Ginásio Clube de Alpendorada. Esta atividade está em vigor desde dia 9 de outubro, a atividade é dinamizada semanalmente, tendo cada sessão a duração de cento e oitenta minutos, envolve oito alunos do oitavo ano de cada agrupamento escolar, que



se encontram em situação de risco ou de insucesso ou abandono escolar. A atividade decorre em dois locais distintos: no Parque de Lazer de Alpendorada, para os alunos dos Agrupamentos de Escolas de Alpendorada e de Sande, e no Parque Fluvial do Tâmega, para os alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas do Marco, a EB 2/3, o Agrupamento n.º 1 e a Escola Secundária. A Escola EB 2/3 de Toutosa e a Escola Secundária encontram-se ainda em fase de seleção dos alunos.

Ainda relacionado com esta atividade, porque nós iniciámos a atividade de canoagem, mas também queria destacar o facto de que além de iniciarmos a atividade, quisemos também proporcionar formação aos Srs. Professores. E por isso, merece destaque o facto de nos dias 26 a 28 de setembro ter decorrido uma ação de formação de vinte e cinco horas, designada “O ensino da canoagem de velocidade na escola – nível intermédio”, que foi dirigida a quinze docentes de educação física, e foi promovida pelo Centro de Formação Marco – Cinfães.

Outra das atividades que quero destacar são as Oficinas de Cinema de Animação. No dia 24 de outubro realizou-se a primeira reunião que está definida para as quatro ações, com todos os intervenientes. O prestador de serviços desta ação das Oficinas de Cinema é a Casa Museu de Vilar, e foram implementadas, neste caso, quatro ações. Já se fizeram duas, faltam ainda outras duas, que efetivamente vão decorrer no mês de novembro ainda, e depois, durante o restante ano letivo.

Uma das outras atividades que queria também aqui realçar é a “Experimenta Ciências”. No âmbito desta atividade, encontra-se em curso a capacitação dos professores. Novamente dizer que comprámos os *kits* de ciências para os alunos do 1.º ciclo, mas não ficámos apenas pela aquisição dos *kits* de ciências; estamos a formar os Srs. Professores, através do Centro de Formação Marco – Cinfães, para poderem também ser capacitados trinta professores dos Agrupamentos de Escolas do Marco, Marco n.º 1, e do Agrupamento de Escolas de Alpendorada, distribuídos por três turmas.

Também ainda no “#sucessoescolar”, dizer que demos início à programação em robótica, equipámos salas de robótica, desenvolvemos as sessões mensais a partir de janeiro de 2020, todos os nossos alunos vão ter oportunidade de usufruir das salas de robótica, as turmas do terceiro e quarto ano, e aqui também capacitámos os Srs. Professores, também estamos a dar formação aos Srs. Professores nas *skill robotics*, para que eles possam estar devidamente atualizados para poderem dar esta formação, para dar estas aulas aos alunos.

Outra atividade que queria aqui salientar são as salas do futuro. Em relação a esta atividade, foram promovidas várias reuniões e momentos de trabalho nas escolas nas quais estão implementadas estas salas – que são duas, a Escola Secundária do Marco e a Escola Secundária de Alpendorada – e o que nós já fizemos em relação a isto, aprovámos o regulamento de utilização de cada uma das salas, em cada escola, fizemos os testes e programação dos computadores e outros equipamentos a serem utilizados na sala, criámos *links* por forma a dar conhecimento às outras escolas sobre a organização da sala, os horários e os cronogramas, e também já fizemos a decoração das respetivas salas. Neste momento, as duas salas do futuro encontram-se passíveis de utilização plena, decorrendo neste momento também a capacitação dos Srs. Professores. Também aqui estamos a dar formação aos Srs. Professores, num programa de cinquenta horas, com vinte professores em cada turma, para o Agrupamento de Escolas de Alpendorada e para o Agrupamento de Escolas da Escola Secundária do Marco.



Uma outra atividade que queria realçar, ainda no “#sucessoescolar”, são as Conversas de Pais. Entre 24 e 28 de novembro, foram dinamizadas as ações de sensibilização subordinadas ao tema “Primeiros Socorros e Parentalidade”, dirigidas aos pais e encarregados de educação dos jardins de infância e escolas básicas do concelho, no Agrupamento de Escolas do Marco. Houve onze sessões. Queria dizer que quando chegámos à conclusão de que a participação dos pais não era aquela que era expectável nestas sessões, decidimos levar estas Conversas de Pais para a Rádio Marcoense, e já fizemos dois programas, que são “O Meu Marco”, com a gravação de dois episódios, porque entendemos que este é um assunto de grande importância para a comunidade educativa. Os dois temas que foram falados foram “O meu filho foi para a escola – e agora?”, que foi dinamizado pela Dra. Helena Fonseca, que é da Missão do Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar; e o outro programa é “A violência no namoro”, que foi dinamizado pela Sra. Prof.^a Dra. Madalena Sofia Gouveia, que é docente universitária e investigadora.

Ainda outro projeto que queria distinguir, do “#sucessoescolar”, tem a ver com o associativismo estudantil. Há uma linha de apoio para o associativismo estudantil, há um prestador de serviços, que é o Ed Think, e o que nós queremos é apoiar a atividade associativa nas escolas, porque achamos que os nossos jovens estudantes devem ser apoiados na sua capacitação para o associativismo, porque este é muito importante, quer na sua formação cívica, quer também na sua formação pessoal.

Também dizer que fizemos uma candidatura ao Programa Erasmus – Mais Juventude em Ação – creio que até foi uma das questões que nos tinha sido colocada aqui na última reunião da Assembleia Municipal. Esta ação designa-se por Cooperação e Inovação na Educação, tem um conjunto de parceiros, e prevê-se que caso seja aprovada esta candidatura, este Erasmus se realize entre os dias 4 e 10 de maio de 2020, e estima-se um total de trinta participantes, vinte e cinco dos quais com idades compreendidas entre os quinze e os dezoito anos, mais cinco adultos com a função de líderes de grupo.

Dizer também aos presentes que temos neste momento trinta e um beneficiários dos contratos de emprego-inserção – ou seja, beneficiários do subsídio de desemprego e beneficiários do rendimento social de inserção – a desenvolver atividades, foram recrutados para prestar apoio nos nossos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – trinta e um beneficiários que estão integrados nestas escolas e nos jardins para apoiar as atividades de educação.

Também dar conta aos presentes ainda, ou salientar na informação escrita a estratégia Marco Invest. Dizer que neste período já foi iniciado o procedimento relativo à elaboração do regulamento municipal de admissão e utilização do Espaço Marco Invest, já foi submetido o projeto de regulamento municipal a Reunião de Câmara, e agora o que vamos ter são os procedimentos necessários para a tramitação deste tipo de processos. Merece destaque o facto de se encontrar em fase de execução o projeto para a reabilitação do espaço físico a nível arquitetónico e de imagem, que é a criação de um logotipo e das áreas envolventes, e que albergará o Marco Invest. Este espaço será o Marco Fórum XXI, e vai ter um espaço de *coworking* e para incubadora de empresas, tal como nos comprometemos no nosso programa eleitoral. Este é o nosso projeto Marco Invest.



Dar conta aos presentes de que este projeto Marco Invest tem ainda uma outra faceta, que é o roteiro empresarial. O roteiro empresarial, no fundo, é um conjunto de visitas que queremos fazer aos empresários, de forma a auscultá-los nas suas preocupações, e também tentar perceber de que forma podemos ser, nós, Câmara, uma parceria efetiva nas suas empresas, ou nos seus processos, ou nas suas preocupações – e dizer-vos que queremos estar com as empresas, porque estas garantem emprego a centenas de Marcoenses, e por isso, queremos ajudá-las a desenvolver também a economia e a capacitar as suas empresas. As empresas que foram definidas ou identificadas por este roteiro são empresas caracterizadas pelo IAPMEI como PME's Líder, que entre outros, apresentam um volume de negócios superior a um milhão de euros (1.000.000€); as PME's Excelência – ou seja, que têm selo de reputação pelo reconhecimento ou relacionamento com a sua envolvente; e também as empresas que apresentam maior volume de negócios em 2015, cruzando esta informação com os setores mais representativos do concelho – ou seja, vamos às empresas do setor têxtil, construção civil, indústria da pedra, setor agrícola, metalomecânica, serviços, alojamento turístico e restauração, com o intuito de abranger também visitas às diferentes freguesias do concelho. É este o nosso Programa Marco Invest.

Queria também dar conta aos presentes de que a Câmara Municipal colabora no 8.º Enduro “Marco – Rios de Emoção”. O Motor Clube do Marco, em parceria com a Câmara, organizou o 8.º Enduro “Marco – Rios de Emoção”, e dizer-vos também que é uma das provas que gostávamos aqui de dar conta de que participámos.

Dizer também que na área da proteção civil, fizemos uma candidatura, ou uma proposta de candidatura à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a um programa do Norte 2020 para a construção de um ponto de água destinado ao abastecimento de meios terrestres e aéreos no combate a incêndios florestais na Serra da Aboboreira, mais concretamente no Lugar de Serradelas. Dizer que já no ano passado fizemos estas duas candidaturas, uma lá e outra em Vila Boa de Quires, não foram aprovadas porque, efetivamente, o Ministério deu prioridade àqueles que estavam integrados na Rede Natura, e nós não estávamos integrados com estas duas freguesias na Rede Natura. Vamos ver se este ano conseguimos.

Dizer também que fizemos um investimento de cerca de quarenta e cinco mil euros (45.000€) em caminhos para que os bombeiros possam chegar mais rápido, e também servirem estes caminhos como bloqueio dos incêndios. Dizer que tivemos reunião para aprovar o Plano de Defesa da Floresta esta semana, e que o Sr. Comandante dos Bombeiros fez questão de realçar um aspeto muito importante, porque havia aqui caminhos que já tinham sido solicitados à Câmara Municipal há doze anos, nunca tinham sido construídos, ou desobstruídos, e torná-los transitáveis no combate ao incêndio, para que os meios possam chegar rapidamente. E dizer que deu o exemplo, por exemplo, que em Outeiro (Soalhães) o incêndio deflagrou vindo de Baião, não chegou à população de Outeiro – embora o incêndio fosse um incêndio de grandes proporções – exatamente porque o caminho que nós conseguimos abrir acabou por travar o incêndio antes de ele chegar à população.

Dizer também aos presentes que queria realçar, em relação aos assuntos jurídicos da Câmara Municipal, realçar o volume processual de trabalho que temos. Dizer que no período em apreço – ou seja, desde a última Assembleia a esta – tivemos novecentas e setenta e cinco informações ou pareceres jurídicos, trezentas e vinte e quatro contraordenações, duzentos e onze processos de obras, e quinhentos e trinta e três informações da fiscalização, e mais trinta processos de



contraordenação instaurados. Isto para dizer que temos apenas um jurista em funções na Câmara Municipal, e por isso, para aqueles que estranharam que nós iríamos contratar mais, está aqui também um exemplo concreto de como um jurista não consegue dar, de facto, despacho a tanto trabalho.

Eu podia aqui ler também algumas das empreitadas. Sr. Presidente da Assembleia, pode dizer-me quanto tempo tenho? Já passei? Muito bem. Muito obrigada.

Então, se calhar, mais vale eu não ler o resto, é melhor. Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Nós agradecemos. Obrigado, Sra. Presidente.

Quem é que pretende inscrever-se para falar?

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Estão inscritos, então, o deputado Fernando Costa Vieira, deputada Ana Ferreira, deputado Ricardo Soares, deputado Luís Vales, deputado António Monteiro e deputado Mário Luís.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa Vieira.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, Marcoenses.

Sra. Presidente, foi com enorme orgulho, aliado a um sentimento de felicidade indescritível, que assisti à apresentação do projeto de reconversão de toda a área do Cais de Bitetos, uma das entradas mais importantes do concelho no que se refere às centenas de milhares de turistas que fazem escala ou passam naquele local. E porque referi este meu orgulho, Sra. Presidente? Em primeiro lugar, porque sou Alpendoradense; a seguir, porque durante quatro anos, em plena Assembleia de Freguesia, lutei sempre para que aquele local paradisíaco fosse uma das prioridades da nossa terra. Nesse sentido, nunca entendi por que é que o Posto de Turismo encerrava no verão e no período de grande procura turística às dezoito horas (18h00); nunca entendi o porquê de nenhum grupo de turistas de cruzeiros tivessem alguma vez visitado o Museu da Pedra; nunca entendi a razão de nunca ter existido uma plataforma das horas de atracagem com os operadores turísticos, e moldar o horário do Posto de Turismo à chegada dos barcos; nunca entendi não ter existido um programa de atividades, levando a que os turistas vagueassem na maior parte das vezes pelas margens do rio, muitas vezes sujas e desleixadas.

Por isso mesmo, Sra. Presidente, quero felicitá-la, a si e a todo o seu Executivo, sem esquecer um jovem arquiteto, o Arq.º Bruno Costa, um Alpendoradense filho da terra, filho de um humilde pedreiro, que com toda a certeza irá ficar na história do concelho como alguém ligado a um dos projetos mais relevantes, e atrevo-me a dizer, Sra. Presidente, que pela sua projeção, inovação e arrojo será o investimento não da década, mas o investimento, com toda a certeza, do século no nosso concelho.



Sra. Presidente, permita-me também realçar a transparência com que a Sra. Dra. Cristina Vieira lançou este projeto, fê-lo publicamente, deu-o a conhecer a todos os Marcoenses – todos, mesmo todos poderão certamente fazer as críticas necessárias e com toda a lealdade propor as correções que assim entenderem. É assim que se faz quando ligamos com a causa pública: ouvimos as pessoas, aceitamos as suas sugestões, preocupamo-nos com elas – no fundo, gerimos aquilo que não nos pertence, mas sim aquilo que pertence a todos.

E, Sra. Presidente, como a gestão dos dinheiros públicos é algo muito importante, e que toca no bolso de cada português através dos impostos que pagam, permita-me corrigir algo que na última Assembleia criou alguma crispação, relativo à eletricidade do Bar de Bitetos, e que se operou a Câmara de ter pago indevidamente cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000€). Pois bem, Sra. Presidente, quando o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada se fez de morto, e até criticava este Executivo de ter cortado a luz ao referido bar...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, peço desculpa, não tem a ver com a questão que estamos a discutir.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Está relacionado com o Bar de Bitetos, está relacionado com a reconversão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Mas, não tem a ver com a ordem do dia. Eu ia pedir-lhe que concluísse, porque não tem a ver com a informação escrita.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Fez parte do plano, mas pronto, é muito rápido, então.

Eu vou ler o que o Sr. Presidente Domingos Dias – que é pena não estar aqui, mas está cá o seu representante – que na dita Assembleia de 22 de abril de 2017 – portanto, há mais de dois anos – está aqui a ata, e a ata referia o seguinte: *“O Sr. Fernando Costa iniciou a sua intervenção pedindo um esclarecimento, interrogou a Junta do porquê da concessão do bar...”*

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, eu ia pedir-lhe que terminasse, porque senão retiro a palavra.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Está relacionado com o plano.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não está, não está mesmo. Não é conveniente, porque abrimos precedentes, e é complicado.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Tudo bem, eu não vou fazer mais considerandos, é só apenas cortarem a palavra a um assunto tão importante.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu pedia que houvesse contenção.



--- **Fernando Costa Vieira (PS)** ---

Muito bem. Muito obrigado por me cortarem a palavra, em democracia é assim mesmo.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Ferreira.

--- **Ana Ferreira (PS)** ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caros Marcoenses:

Gostaria de mostrar o meu agrado, certamente partilhado pela grande maioria dos Marcoenses, relativamente à futura abertura de um balcão de atendimento do Instituto de Emprego e Formação. Esta medida vem mais uma vez na direção da política de proximidade deste excelente Executivo. Desta forma, os Marcoenses já não precisam de sair do concelho para resolver as suas questões. Este balcão irá ficar perto dos Paços do Concelho e dos outros serviços públicos, e o mais importante, perto de transportes públicos. Esta balcão vai permitir apoiar os inscritos e os empresários do Concelho do Marco e de Baião. Entre outros, permite o encaminhamento e receção de documentação, as inscrições *online*, o apoio para a procura de emprego, a consulta de ofertas e de apoio aos candidatos a emprego, o recrutamento e seleção de trabalhadores e o acompanhamento nas entrevistas.

É bom podermos resolver os nossos problemas e situações no nosso concelho. É ótimo não termos de despender de mais tempo e mais dinheiro para nos deslocarmos a Amarante. Sra. Presidente, é ótimo ver o Marco cada vez mais completo e com as mesmas oportunidades que concelhos vizinhos. Trata-se de uma importante conquista para os Marcoenses.

Muito obrigada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Soares.

--- **Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS)** ---

Obrigado, Sr. Presidente, caros secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social e público que nos ouve pelos diversos meios de comunicação.

Creio que foram duas as intervenções que fiz neste púlpito, de alerta para a questão da Rua Eng.º Manuel Carneiro Galdes. Solicitei nessas alturas especial atenção para um problema que persistia no tempo, que muitos diziam estar devidamente identificado, mas que nunca teve qualquer intervenção, além dos remendos e ações cirúrgicas para aguentar uma situação verdadeiramente insustentável. Um grave problema que colocava em causa bens materiais e a segurança dos muitos adultos e crianças que diariamente usavam a via.

Depois de aberta a rubrica no Orçamento da Câmara Municipal, a obra está hoje em marcha, como prometeram que estaria. Devo, por isso, um agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal, por ter partilhado a nossa preocupação e por ter colocado nas suas prioridades a resolução do



assunto. Bem sabemos que os constrangimentos de uma obra são muitos, os dias de sol já lá vão, e a lama chega a sítios impensáveis, mas o profissionalismo dos envolvidos dá-nos segurança para afirmar que a Rua Eng.º Manuel Carneiro Geraldês será uma das muitas obras que os Marcoenses, especialmente os da Freguesia de Bem Viver, sentirão a validação do voto de confiança que depositaram num Executivo Camarário e de Junta de Freguesia, cuja única preocupação é fazer o Marco avançar.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas.

Relativamente à informação escrita, eu trago aqui duas questões.

A primeira tem a ver com o manual de acesso a um *site*, que está aqui vertido nesta informação escrita. Obviamente, e quero aqui realçar isso, o PSD considera importantíssima a existência do Gabinete de Apoio ao Emigrante, e saudamos esta iniciativa, naturalmente, mas achamos que, de facto, isto aqui é apenas uma situação de intendência, que não era necessário termos aqui quatro páginas do manual do *site* do Gabinete de Apoio ao Emigrante. De qualquer forma, fica aqui o registo.

De qualquer forma, uma outra questão tem a ver com o projeto Marco Invest, que já aqui foi falado pela Sra. Presidente, e a minha primeira questão é se a Câmara Municipal já registou, se já procedeu ao registo da marca “Marco Invest”, uma vez que até há poucos dias atrás não o tinha feito, e assim sendo, qualquer pessoa a poderia ter registado – ou ainda pode registar, não sei se já foi registada pelo Município – e o Marco ficar privado desta designação que inscreveu desde início em que está em funções.

E por outro lado, e ainda relacionado com esta questão, nós finalmente percebemos o que é que é o Marco Invest: o Marco Invest é um espaço de *coworking* que irá albergar algumas empresas, ou *startup*'s. E a minha pergunta é, Sra. Presidente, se não devíamos ser mais ambiciosos e estruturar um verdadeiro plano concertado a todos os níveis, envolvendo todos os atores e todas as forças vivas do concelho, e não só, que permitisse criar mais postos de trabalho no Marco, para que os jovens não tivessem que sair da nossa terra para arranjar emprego.

Naturalmente que saudamos aqui os roteiros das empresas, que nós consideramos importantíssimos, mas se as empresas não tiverem como aumentar a sua capacidade de produção, então os roteiros podem existir, mas as empresas não vão crescer, e logo não vão criar postos de trabalho. E, por exemplo, aumentar a capacidade da zona industrial do Marco, e das outras nossas zonas empresariais, ou industriais, seria vital também a médio e longo prazo para que as empresas aí instaladas, e que queiram ou precisem de aumentar a sua capacidade, o possam fazer.



E por isso, para o PSD, o Marco Invest deveria ser uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento da nossa terra, e não apenas e só um espaço que tem esse nome.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Ficam aqui estas sugestões por parte do PSD.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Monteiro.

--- António Monteiro (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, caros deputados, comunicação social, respeitado público, e todos os que nos ouvem lá em casa, a todos muito boa noite.

Ora bem, hoje a minha intervenção aqui é para vir fazer um agradecimento público também pelas obras que, entretanto, chegaram à minha freguesia. Mas, independentemente do que alguém aqui veio dizer, aqui há duas ou três Assembleias atrás, que eram dezassete obras, não, isto ficou um bocadinho aquém, estamos nas nove obras, já não é mau.

Mas, também queria dizer que quem vem aqui a estes microfones anunciar estas coisas devia vir com um bocadinho de seriedade, porque vir para aqui dizer que numa determinada freguesia vão haver dezassete obras, acho que fica mal. Mas, fica aqui o meu reparo.

Mas, no fundo, era agradecer estas obras que houveram lá, que foi da pavimentação de cubos, pavimentação em betuminoso e alguns muros de suporte também, algumas destas de extrema importância para a freguesia, como são alguns muros de suporte, porque a estrada estava em perigo de derrocada, e foi muito importante fazerem estas intervenções.

Mas, também fiquei agradado de ver na informação escrita que também fizeram obras noutras freguesias, não foi só na Freguesia de Soalhães, e não só das freguesias da nossa cor, também foi feito em freguesias de outras cores. Portanto, é de agradecer também ao Executivo por ter esse trabalho. Muito obrigado.

Também queria fazer aqui uma referência à situação dos caminhos florestais. Efetivamente, foi uma boa obra que o Executivo também levou avante, porque só quem anda no terreno é que se apercebe da importância que estas reaberturas, ou aberturas de novos caminhos florestais, têm para o combate ou prevenção dos incêndios. Eu tive essa experiência também este ano, principalmente na zona de Outeiro, que também andei lá com a Unidade Local e com a Corporação de Bombeiros, e aí é que se verificou mesmo a importância destes caminhos. Portanto, um bem haja por terem levado a cabo esta obra, que já há muito tinha sido pedida, até já ao anterior Executivo, não a quiseram levar avante. Eu sei que é uma obra que não dá grande visibilidade pública, mas é uma obra de extrema importância. Portanto, muito obrigado ao Executivo por levarem esta obra avante.

Muito obrigado. Agora sim, Sr. Presidente, está terminado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís.



--- **Mário Luís Monteiro (CDS-PP)** ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se me permitem passar à frente as saudações, e também se me permite uma pequena nota prévia, porque já na última Assembleia, e hoje também, pelos vistos, se levantou aqui o problema, relativamente à informação escrita, é minha opinião que a apreciação da informação escrita, a apreciação do documento, não é exatamente a mesma coisa que leitura e interpretação de um texto; acho que será sempre possível apontar lacunas, criticar algumas ausências de temas, etc. Claro que não estou com isto a defender que sejam abordados assuntos completamente descontextualizados do tema em questão; deve ser feito com peso e medida, e com bom senso, acima de tudo.

Vou referir aqui um assunto que o colega Fernando Costa também estava a abordar, precisamente o projeto apresentado para o Cais de Bitetos. Naturalmente, sou de Alpendorada, e os habitantes daquela zona, eu acho que todos eles têm uma ligação muito grande, muito estreita a Bitetos – antigamente o areal era maior, nós íamos para lá para a praia; hoje o areal é mais pequeno, tem outras condições também, mas a ligação da gente do Baixo Concelho a Bitetos é mesmo muito grande. E eu quero aqui elogiar a coragem que o Executivo teve de avançar com um projeto tão ambicioso, porque o Cais de Bitetos, como foi mais ou menos referido, na minha opinião é fundamental para a afirmação do nosso concelho na marca Douro – e a marca Douro é uma marca mundialmente conhecida, e nós temos que assumir isso.

Gostei muito do projeto, naturalmente, apresentado por um jovem da nossa terra, também outra mais valia, penso que sim. Tenho pena que o bar que lá está não possa funcionar quando chove, quando há mau tempo; isso não é bom para o turismo.

Eu defendo que nós, para irmos mais longe, temos de ser ambiciosos, como alguns Municípios foram, e continuam a ser, arriscando com consciência, mas sem medo de sermos pioneiros e inovadores. Por vezes sinto que estamos a ser ultrapassados por outros Municípios no aproveitamento das nossas excecionais potencialidades. E por isso, avançar com um projeto desta dimensão e com as características que tem, é naturalmente de elogiar.

Aproveito também para elogiar a opção que o Executivo fez no projeto, ligado com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, de combate ao insucesso escolar, a opção pela canoagem. Nós temos as melhores condições – eu já disse aqui, não é a nível nacional, mas europeu, e porventura mundial – para uma modalidade destas, e porventura é uma boa opção para que os alunos se sintam mais motivados. E da minha parte, estou ligado ao projeto também, estou a dar a minha colaboração, espero que ele tenha sucesso.

Obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Muito obrigada.



Queria começar pelo Sr. Deputado Fernando Costa Vieira – que, efetivamente, acabo por responder aos dois, o Sr. Deputado Mário Luís acabou também por fazer a sua intervenção, agradecendo o nosso arrojo no projeto de Bitetos, que foi apresentado. De facto, há um conjunto de melhoramentos com este projeto que temos que salientar, desde logo os acessos. Hoje não é possível ir um autocarro a Bitetos, dar a volta e voltar para cima; nós vamos, no projeto, fazer um novo acesso a Bitetos, e vamos também construir o novo Posto de Turismo, com condições excelentes também para posto de venda e de promoção dos nossos produtos regionais.

Em relação à questão que colocou, sobre o Arq.º Bruno Costa, tem sido também uma política deste Executivo tentar dar essa possibilidade e projeção àqueles que são os quadros técnicos do concelho, de poderem dar o seu contributo à sua terra, que é o caso do Arq.º Bruno Costa, que, efetivamente, é um arquiteto que tem desenvolvido a sua atividade no concelho, mas que também utilizou a Praia Fluvial de Bitetos e o bar na sua juventude, e por isso esteve ligado também à canoagem, acho que a escolha foi boa, e por isso ele pode dar ainda melhor o seu ponto de vista, como utilizador daquele espaço.

No fundo, agradecer as vossas opiniões sobre o projeto. É verdade que tivemos a ousadia de o apresentar publicamente, estamos satisfeitos com o projeto, espero também que a população de Alpendorada, Várzea e Torrão, e sobretudo a população do concelho, consiga perceber a importância que temos que dar a este cais, a este local paradisíaco, e também a projeção através do Rio Douro, porque é por aqui que entra grande parte dos nossos turistas, pela via fluvial.

Em relação à questão da Sra. Deputada Ana Ferreira, a questão que aqui levantou do balcão do IEFP, dizer também à Sra. Deputada Ana Ferreira que, efetivamente, este serviço do Instituto de Emprego e Formação Profissional será uma resposta excelente aos munícipes, ou seja, nós vamos ter a possibilidade de ter no Marco de Canaveses um balcão do IEFP. A partir de agora, os Marcoenses não vão ter que se deslocar a Amarante para resolver os seus assuntos no Instituto de Emprego. Mas, vamos também dar resposta aos munícipes de Baião. No âmbito daquela que é a nossa política de proximidade, tornar os serviços mais próximos dos cidadãos, e tal como já fizemos com os Espaços do Cidadão, que já no concelho foram criados mais três, em Constance, Penha Longa e Paços de Gaiolo e Vila Boa do Bispo – aliás, nestas três freguesias; eram cinco, agora dispomos de oito. No seguimento desta política de proximidade, vamos, então, abrir este espaço, ou este balcão do IEFP.

Só para que quem está lá em casa perceba, nós neste momento no Marco de Canaveses temos três mil e setecentos utentes inscritos. Ou seja, se todos estes utentes inscritos têm necessidade de recorrer ao IEFP, estamos a falar de três mil e setecentos Marcoenses que vão ter que deixar de fazer uma viagem a Amarante, e vão poder fazer a resolução dos seus problemas aqui.

Dizer também que não serão só os beneficiários do RSI, do subsídio de desemprego ou do IEFP, mas serão também as empresas, porque o Instituto de Emprego e Formação Profissional, como sabem, tem linhas de apoio às empresas, e há muitas empresas – no Marco temos cerca de quatro mil, cento e vinte e cinco empresas – que estão sedeadas cá, e que podem também fazer, através deste gabinete aqui no centro da cidade, a fonte para a captação de ofertas de emprego, de formação, e de medidas de apoio, como estágios profissionais.



Além das empresas, temos vinte e duas instituições particulares de solidariedade social, que normalmente recorrem também ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, da mesma forma que as empresas, às medidas de apoio social. E por isso, estamos a falar de empresas, instituições e utentes – três mil e setecentos utentes, quatro mil, cento e vinte e cinco empresas, e vinte e duas instituições.

Também para que tenham noção do impacto positivo da criação deste balcão do IEFP, dizer que para além do transtorno que tem um munícipe, por exemplo, para ir a Amarante – e vou dar aqui o exemplo de um munícipe da Freguesia de Alpendorada, que para ir ao IEFP a Amarante pagava dois euros e oitenta (2,80€) de bilhete para lá, mais dois euros e oitenta (2,80€) de bilhete para cá – estamos a falar em cinco euros e sessenta (5,60€), além do transtorno – como já disse, os utentes de Alpendorada, por exemplo, têm que trocar de autocarro em Bem Viver. Além dos horários reduzidos, em que no período escolar ainda são mais reduzidos – ou seja, o transtorno da necessidade de transbordo dos passageiros – vamos a partir de agora, para qualquer um dos utentes de Alpendorada, ou de Favões, ou da Feira Nova, ou de Vila Boa do Bispo, poderem vir cá, há esta poupança em termos de bilhete. Isto para dizer que o bilhete de Alpendorada ao Marco eram cinco euros e sessenta (5,60€), mas depois ainda tinham o bilhete para Amarante; uma ida de um Alpendoradense ao IEFP a Amarante custa onze euros e sessenta (11,60€). Uma ida de um Alpendoradense ao Centro de Emprego a Amarante custa onze euros e sessenta (11,60€); a partir de agora, vão poder fazer esse serviço no Marco.

Também dizer que o balcão é de extrema importância para o Concelho do Marco, sobretudo pela forma de combater as desigualdades sociais, porque nós acreditamos que garantindo a todos o acesso aos serviços públicos no nosso concelho, estamos em condições, ou a dar condições menos onerosas aos munícipes, e mais justas.

Por isso, agradecer também o elogio que nos fez.

Sr. Deputado Ricardo Soares, vou pedir ao Sr. Vereador para lhe responder em relação à Rua Eng.º Manuel Carneiro Galdes.

Sr. Deputado Luís Vales, queria dar nota ao Sr. Deputado, que nos fez – eu ia dizer uma crítica, mas se calhar não foi nesse sentido, mas deu-nos conta de que nós temos demasiada informação sobre o Gabinete de Apoio ao Emigrante na informação escrita, do *site*. Dizer que, como sabe, o nosso Gabinete de Apoio ao Emigrante tem tido um trabalho excelente – aliás, nós recebemos uma menção honrosa do Sr. Secretário de Estado das Comunidades, porque o nosso Gabinete de Apoio ao Emigrante, desde que assinámos o protocolo de segunda geração, foi dos gabinetes que mais trabalhou a nível nacional. Este gabinete triplicou – aliás, em quatro meses, ou cinco, de existência, conseguiu triplicar aquilo que foram os utentes que teve em anos, desde que esteve na primeira geração, e por isso é normal que nós queiramos continuar a dar a conhecer o trabalho que este Gabinete de Apoio à Emigração faz.

Em relação ao Marco Invest, à questão que nos fez, se já foi registada a marca, já foi pedido o registo da marca.

Em relação aos comentários que fez sobre aquilo que é o Marco Invest, o Sr. Deputado diz-nos que o Marco Invest deveria ser um verdadeiro plano concertado para as forças vivas. Sr. Deputado,



dizer-lhe que é exatamente isso, é exatamente isso que o Marco Invest é. E dizer-lhe também que nós não conseguimos de uma forma muito natural e muito objetiva aumentar a produção, ou fazer crescer uma empresa, ou fazer aumentar os postos de trabalho. Agora, o que nós podemos é ajudar as empresas a capacitarem-se para chegar lá, e a Câmara Municipal está a fazê-lo. E por isso, dizer-lhe, Sr. Deputado Luís Vales, dizer que o Marco Invest podia ser muito melhor, podia, mas durante doze anos em que vocês estiveram cá, não foi nada; durante doze anos em que os senhores estiveram em funções, podia ter sido muita coisa, mas não foi nada.

E para dizer, Sr. Deputado, quando diz que nós não estamos a investir, ou não estamos a ajudar os empresários, eu vou lembrá-lo de duas ou três obras que nós fizemos, porque eu já expliquei, e volto a explicar aos Srs. Deputados e a quem lá está em casa que o nosso projeto Marco Invest está dividido em duas áreas estratégicas: uma delas consiste em investir em infraestruturas, que foi o que fizemos durante estes dois anos. E nestes dois anos de mandato, o que queremos é fazer aquilo que nós designámos como um Gabinete de Apoio ao Empreendedor, que se designa Marco Invest, e que não é apenas um gabinete; eu vou explicar-lhe o que é. Mas, para lembrar que durante estes dois anos, nós fizemos exatamente isto, Sr. Deputado. O senhor anda muito distraído. Na zona industrial do Marco, foi pavimentada a Rua Maria Gil, cento e vinte e cinco mil euros (125.000€), uma via estruturante no acesso àquela infraestrutura, e que existe também um projeto para a sua requalificação, estimado em cerca de um milhão de euros (1.000.000€). Nós já investimos cento e vinte e cinco mil euros (125.000€) naquela que era a zona de expansão da área empresarial, mas temos um projeto para melhorar a zona empresarial do Marco, em que o investimento está estimado em cerca de um milhão de euros (1.000.000€), abriram agora – esta semana, aliás, recebemos informação ontem de que abriram os avisos para as áreas empresariais, vamos tratar de tentar candidatar esta requalificação da área empresarial aos novos avisos, e para lhe dizer que também fizemos infraestruturas viárias, terraplanagem, pavimentação de passeios, estacionamento, fornecimento e colocação de lancis, equipamentos de sinalização e segurança – isto tudo faz parte do projeto – infraestruturas hidráulicas, rede de drenagem de águas pluviais, infraestruturas elétricas, rede de distribuição de energia elétrica, rede de iluminação pública, foram também instaladas infraestruturas de água, saneamento e telecomunicações na área empresarial de Constance, que contará em breve com a pavimentação da Rua da Cabrita – aliás, acho que já está em execução, a pavimentação da Rua da Cabrita. Em Alpendorada, Várzea e Torrão foi pavimentada a tapete betuminoso a Rua de Agramonte, um dos acessos à zona empresarial de Moirinte, tal como a Rua de Lameirão, de acesso à zona empresarial de Sande e S. Lourenço do Douro, a Rua do Engenho, na zona empresarial de Vila Boa de Quires, também fizemos ações de captação de investimento, está em fase de conclusão este regulamento do Marco Invest, que vai permitir aquilo que o senhor diz, fixar jovens, este espaço vai exatamente permitir isso, Sr. Deputado. Este espaço, a Câmara Municipal já recebeu pedidos de jovens empresários, de jovens artistas que querem ficar no Marco de Canaveses e não têm um espaço. Aliás, este espaço, através do seu regulamento, vai exatamente dar resposta a isso que o senhor disse, exatamente tentar fixar os nossos jovens, a criar cá as suas empresas, e a Câmara Municipal, através deste espaço no Marco Fórum XXI, apoiá-los com um espaço para eles terem a sede da sua empresa, um espaço de *coworking* para *startup's*, é isso mesmo o Marco Invest.

E por isso, Sr. Deputado, dizer que podia ser muita coisa, pois podia, mas isto que nós estamos a fazer é aquilo que está no nosso programa eleitoral, e estamos muito honrosos de o fazer. Já fizemos investimento em infraestruturas, e agora estamos a levar a cabo aquilo que é o projeto do Marco Invest. Dizer-lhe que o Gabinete de Apoio ao Empreendedor vai estar sediado neste



espaço do Marco Invest, vamos ter uma equipa técnica a trabalhar com as empresas, vamos visitar as empresas, vamos ouvir os empresários, vamos tentar ajudá-los naquilo que são as suas preocupações. Por isso, dizer que o Marco Invest podia ser outra coisa, podia ser, mas este é o Marco Invest que nós escolhemos.

E para terminar a minha intervenção, como o senhor disse, e é verdade, o Marco Invest podia ser muita coisa, mas no vosso mandato não foi nada; no nosso, já se vê trabalho.

Sr. Presidente de Junta, António Monteiro, aproveito a sua intervenção, que fez, para realçar a questão do investimento da proteção civil, para também fazer aqui publicamente um agradecimento – porque nós já fizemos a nossa avaliação sobre aquilo que foi esta época de incêndios, e queria fazer aqui um agradecimento público às três Unidades Locais de Proteção Civil: à Unidade Local de Proteção Civil de Soalhães, à Unidade Local de Proteção Civil de Penha Longa e Paços de Gaiolo, e à Unidade Local de Proteção Civil do Marco. Dizer que as Unidades Locais de Proteção Civil, embora estejam coordenadas pelos Srs. Presidentes de Junta, são constituídas por um grupo de voluntários que têm estado muito, mas muito perto dos bombeiros voluntários, das forças de segurança, naquilo que é o combate, e no rescaldo, principalmente no rescaldo dos incêndios florestais. E queria aqui dizê-lo, porque este reconhecimento não é só da Presidente de Câmara, a responsável máxima da proteção civil, mas é de todos aqueles que constituem a Comissão de Defesa da Floresta, onde foram apresentados os resultados dos incêndios deste ano, e que fizeram também este louvor àquilo que é o grupo de voluntários destas três Unidades Locais de Proteção Civil, que este ano em muito colaboraram com os bombeiros voluntários. Queria aqui deixar uma palavra de agradecimento a todos os elementos destas Unidades Locais de Proteção Civil, porque estiveram a trabalhar para o bem dos Marcoenses, para proteger pessoas e bens, voluntariamente.

Queria aproveitar também para responder ao Sr. Deputado Mário Luís, mas também acho que não será necessário responder-lhe em relação ao projeto do Cais de Bitetos. Como também já respondi ao Sr. Deputado, nós temos consciência do potencial da Praia de Bitetos e deste local, e daí o nosso investimento.

Em relação à canoagem, efetivamente nós ainda conseguimos ir a tempo de alterar esta atividade, inicialmente não estava prevista a canoagem, mas tendo em conta que nós temos dois rios, o Rio Douro e o Rio Tâmega, achámos que devíamos investir na formação dos nossos jovens nos desportos náuticos, e esta foi uma nossa aposta, e felizmente está a correr muito bem, porque todos os jovens que estão a participar na atividade de canoagem com o GCA, e aquilo que é o *feedback* que temos dos Srs. Professores que os acompanham é muito, muito positivo, e por isso também nos congratulamos com o reconhecimento por parte dos Srs. Professores que acompanham estas atividades.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu estava a pensar fazer um intervalo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Sr. Presidente, ainda falta dar resposta por parte do Sr. Vereador, Eng.º Mário Bruno Magalhães, ao Sr. Presidente de Junta, Ricardo Soares.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Então, agradecia que fosse breve.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à obra da Rua Eng.º Carneiro Geraldês, é com satisfação que sentimos que a Junta de Freguesia está também satisfeita com o desenvolvimento da obra. De facto, ela está a correr bem, uma obra para seis meses, julgo que vamos respeitar o prazo, se calhar até antecipar um bocadinho. É uma obra no valor de duzentos e catorze mil euros (214.000€), que está neste momento uma empresa a fazer o trabalho. Era uma obra muito necessária, porque não havia semana nenhuma em que não deslocássemos para o local uma equipa, porque os buracos abriam, eram constantemente buracos a abrir, tivemos até alguns prejuízos porque, de facto, uma vez o buraco foi tão grande que engoliu uma carrinha de um comerciante local, muito receio de haver qualquer acidente, principalmente até de motorizada, porque se abrisse um pequeno buraco e uma motorizada caísse lá, podia ser um acidente grave. Além dos custos que tinha, a obra considera também todas as infraestruturas, quer de água, quer de saneamento, quer de águas pluviais, quer de águas residuais, também vamos tratar a questão das baixadas de energia elétrica, conseguir suprimir aquelas ramadas, os postes que lá estão, para subterrâneo.

Julgo que está a correr bem. Há sempre alguns problemas, porque ali é uma localidade com algum comércio, com uma escola também por perto, logo ali no final da rua, há sempre alguns constrangimentos. Aproveito para pedir a compreensão a todos aqueles que por ali passam e ali moram, dos referidos constrangimentos. Certo é que após a sua conclusão, vamos todos ficar melhor e mais bem servidos com aquela rua, porque da forma que estava, não fazia sentido, e os prejuízos eram grandes. Temos um outro problema lá também, na estrada em S. Paio, de facto, quando as obras não são bem construídas, depois hoje, com as alterações climatéricas, assistimos a situações que não se preveem, que é de um momento para o outro abrir um buraco no meio de uma rua, buracos muito grandes, e a Freguesia de Bem Viver, de facto, é especial nesse tipo de problemas. Mas, com certeza que os vamos resolver.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente.

Fazíamos agora um intervalo de quinze minutos.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu peço desculpa por este atraso. Vamos retomar os trabalhos.



Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – ano financeiro 2020.

Sra. Presidente de Câmara, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação ao Orçamento, aos documentos previsionais do Município de Marco de Canaveses para o ano de 2020, foram elaborados tendo por base a continuidade no planeamento estratégico delineado para o atual mandato, que se encontra a decorrer, e que finda em 2021.

Os documentos previsionais para o ano de 2020 foram construídos tendo em conta um conjunto de princípios e regras orçamentais, que se encontram previstos quer no Plano Oficial de Contabilidade de Autarquias Locais (o designado POCAL), quer também no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFAL), quer também na Lei do Enquadramento Orçamental e na Norma de Controlo Interno do Município.

Assim, o valor global do Orçamento Municipal previsto para o ano económico de 2020, e que agora vamos apreciar, é de vinte e oito milhões, quatrocentos e dezassete mil, novecentos e quarenta e seis euros (28.417.946€), representando uma variação positiva de três por cento (3%) em relação ao ano passado, no montante de oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um euros (834.661€).

Em relação a este Orçamento, podemos começar pela receita corrente, que se estima em vinte e três milhões e meio de euros (23.500.000€). Em contrapartida, prevê-se uma despesa corrente de cerca de dezoito milhões de euros (18.000.000€) – há aqui uma diferença entre aquilo que é a receita corrente e a despesa corrente de cinco vírgula cinco milhões (5.500.000€).

A receita de capital estima-se nos quatro vírgula nove milhões de euros (4.900.000€), que serve para cobrir uma parte da despesa de capital, que se prevê acima dos dez vírgula quatro milhões de euros (10.400.000€). Assim, prevê-se a existência de uma diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, no valor de aproximadamente cinco vírgula cinco milhões de euros (5.500.000€), que é justificada essencialmente pelo diferimento de parte da despesa corrente, que ficará consignada a uma parte do saldo de gerência de execução orçamental de 2019, que se estima este ano em cerca de treze vírgula cinco milhões de euros (13.500.000€) – saldo de gerência. Este procedimento permite, por um lado, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, conforme é exigido no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estipula, esta dita regra do equilíbrio orçamental, que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. Por outro lado, possibilita também carregar o Orçamento com a dotação necessária para iniciar a realização dos investimentos cujos procedimentos concursais tiveram início em 2019, ou iniciarão em janeiro de 2020, e que são suscetíveis de beneficiarem da comparticipação dos fundos comunitários. Assim, e só assim, se compreende que este superávit corrente de cinco vírgula cinco milhões de euros (5.500.000€) financie em idêntico valor a despesa de capital.



Em relação à receita para o ano de 2020, estima-se que a receita municipal ascenda aos vinte e oito vírgula quatro milhões de euros (28.400.000€), representando, como já disse, uma variação positiva de três por cento (3%), no montante de oitocentos e trinta e quatro mil euros (834.000€).

As receitas próprias de variação irregular são calculadas pela média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos vinte e quatro meses que precedem o mês da sua elaboração. Ou seja, este Orçamento é feito com a média aritmética dos últimos dois anos, conforme a regulação estabelecida no POCAL, e de que são exemplo as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas. Assim, a receita corrente esperada apresenta um valor de vinte e três vírgula cinco milhões de euros (23.500.000€), e representa uma variação positiva de três vírgula quatro por cento (3,4%) relativamente ao ano de 2019, que se traduz em setecentos e oitenta e cinco mil euros (785.000€) de receita corrente, pelo efeito acumulado do aumento previsto dos impostos diretos (mais quinze vírgula dois por cento (15,2%)), e também dos impostos indiretos (mais vinte ponto um por cento (20,1%)), e dos rendimentos de propriedade (que são nove vírgula um por cento (9,1%)).

Esta variação positiva na receita corrente é assim obtida muito devido ao aumento da receita fiscal – este ano, nós tivemos um aumento da receita fiscal – prevista para o ano de 2020, que são cerca de mais setecentos e sessenta mil euros (760.000€), que se deve ao grande peso dos impostos diretos na receita fiscal, e que está associada ao aumento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, mais quatrocentos e vinte e três mil euros (423.000€), do IMT – Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis, que são mais duzentos e noventa e três mil euros (293.000€), do IUC – Imposto Único de Circulação, que são mais cinquenta e dois mil euros (52.000€), e da Derrama, que se prevê que sejam mais quarenta e seis mil euros (46.000€).

Para o aumento da receita corrente concorre também o agregado de rendimentos de propriedade, cuja previsão de receita arrecadada é superior a um vírgula cinco milhões de euros (1.500.000€), mais nove vírgula um por cento (9,1%) do valor, o qual se baseia maioritariamente na estimativa dos cálculos das rendas arrecadadas durante o ano de 2019, com o contrato de concessão e distribuição de energia elétrica com a EDP – este aumento da receita no agregado da propriedade tem a ver exatamente com esta renda da EDP.

O valor previsto nas transferências correntes, com variação quase nula, resulta do facto de as estimativas da receita serem baseadas nos valores definidos no Orçamento de Estado para 2019, nomeadamente o nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), do Fundo Social Municipal e da participação fixa no IRS. Estas verbas representam noventa e um vírgula sete (91,7%) do total deste agregado, que soma catorze vírgula quatro milhões de euros (14.400.000€). Nesta rubrica, destaque ainda para as receitas provenientes dos protocolos com o Ministério da Educação, no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no valor de um vírgula um milhões de euros (1.100.000€), que representam oito ponto um por cento (8,1%) do total das transferências correntes.

Passando agora à receita de capital, prevê-se uma receita de capital no valor de quatro vírgula nove milhões de euros (4.900.000€), o que representa uma ligeira variação – mais um vírgula um por cento (1,1%) – traduzida em mais cinquenta e três mil euros (53.000€), sustentado no agregado das transferências de capital. De facto, resulta a manutenção da importância relativa das transferências de capital – dezassete por cento (17%) que estas significam na receita total –



e que resultam dos montantes provenientes do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários – destes fundos comunitários, estamos a falar em três vírgula dois milhões de euros (3.200.000€), sendo a única componente materialmente relevante na receita de capital. Pela sua importância estratégica e financiamento envolvidos, destacamos as operações previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – são estes dois projetos, ou planos, que acabam por ter uma importância grande nos fundos comunitários.

Agora, passando à despesa de capital: a despesa municipal, prevê-se que ascenda aos vinte e oito vírgula quatro milhões de euros (28.400.000€), o que corresponde também a um aumento de três por cento (3%) face ao ano transato. A despesa corrente esperada apresenta um valor de dezassete vírgula nove milhões de euros (17.900.000€), e mantém uma estrutura idêntica à prevista para o ano de 2019 – ou seja, salientam-se as despesas com pessoas e as despesas com aquisição de bens e serviços, que representam em conjunto cinco vírgula oito por cento (5,8%) do total das mesmas. Recorde-se a existência de uma diferença positiva entre a receita corrente e a despesa corrente, que não resulta apenas do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas é justificada, como já foi dito atrás, pelo diferimento da despesa corrente, e que será dotada pelo saldo de gerência anterior, em 2020, que se estima em três vírgula cinco milhões de euros (3.500.000€).

Ainda em relação à despesa corrente, as despesas com pessoal assumem-me, como é inevitável, como uma das maiores parcelas do Orçamento Municipal, no montante de oito milhões, duzentos e setenta mil euros (8.270.000€), e representam vinte e nove vírgula um por cento (29,1%) do total da despesa, verificando-se um aumento previsional na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€) – ou seja, mais cinco vírgula oito por cento (5,8%), comparativamente com o ano anterior. Este aumento justifica-se, em parte, pela ocorrência das valorizações remuneratórias que vieram a ser permitidas a partir do ano de 2018, com o pagamento dos acréscimos remuneratórios faseados no ano de 2018 e 2019 – também refira-se que estes aumentos remuneratórios apenas serão pagos na totalidade a partir de 1 de dezembro de 2019, tendo por esse motivo um impacto muito maior na despesa a ocorrer no ano de 2020. Contribui igualmente para o previsível aumento da despesa em 2020 o recrutamento de trabalhadores para os postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal, sendo que algumas das necessidades de recrutamento já foram identificadas durante este ano, e encontram-se a decorrer os respetivos procedimentos concursais.

O agregado económico da aquisição de bens e serviços evidencia um aumento de dotação orçamental de onze vírgula oito por cento (11,8%), que resulta também, em parte, dos compromissos assumidos pelo Município, por exemplo, com a execução de projetos participados por fundos comunitários – por exemplo, na aquisição de estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria, dada a impossibilidade demonstrada de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios da Câmara Municipal.

Neste âmbito, ainda recordar que em 2018, por iniciativa do atual Executivo Municipal, foi criada uma nova unidade orgânica, denominada Divisão de Contratação e Aprovisionamento, e decorrente das melhorias procedimentais implementadas, verifica-se assim uma maior otimização e rentabilização dos recursos.



Também a previsão de juros e encargos para o ano de 2020 é de igual valor, face ao período homólogo de 2019, cifrando-se no montante de duzentos e oitenta mil euros (280.000€), representando um por cento (1%) da despesa total.

As transferências correntes registam uma estabilização de verba, em termos da dotação orçamental, com uma ligeira diminuição de zero vírgula três por cento (0,3%), representando em termos absolutos um valor de cerca de dois vírgula sete milhões de euros (2.700.000€), e que se justifica pela inscrição da globalidade de dotação previsível e necessária para o ano de 2020, no âmbito da execução dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, na área da educação, e também os contratos de execução nos domínios da intervenção definidos na Lei.

No que se refere ainda às instituições particulares sem fins lucrativos, a dotação prevista cifra-se no valor de um vírgula um milhões de euros (1.100.000€), o que revela também uma clara aposta da autarquia no reforço, nos últimos dois anos, no apoio à atividade corrente das coletividades do concelho, nomeadamente ao nível do desporto, da cultura – por exemplo, com as parcerias no âmbito do Programa “Teatro no Marco” – da vertente social – ou seja, no apoio à atividade das IPSS’s locais e das suas respostas sociais – e também no apoio ao voluntariado, de que é exemplo o apoio à atividade da Corporação de Bombeiros local e ao funcionamento da sua EIP – Equipa de Intervenção Permanente – que a Câmara, como sabem, comparticipa cinquenta por cento (50%) do salário desta equipa. Disso são também exemplo o apoio financeiro ao fomento da prática desportiva nas associações do concelho, que anualmente tem sido majorada, num esforço deste Executivo Municipal para apoiar a formação desportiva dos jovens Marcoenses. Outra vertente reflete-se no estabelecimento de parcerias para a realização de eventos desportivos de impacto regional, nacional e internacional, de que são exemplos, em 2020, a realização de uma etapa do Mundial de Enduro, do Europeu de Rally Raid, ou do Rally “Terras d’Aboboreira”, do Marco City Race Orientação, e da Copa Ibérica de Jet-Ski.

A despesa de capital esperada apresenta um valor de dez vírgula quatro milhões de euros (10.400.000€) previstos para o ano de 2020. O agregado das transferências de capital, dotado com setecentos e sessenta e oito mil euros (768.000€) teve um aumento de dotação de dezassete vírgula cinco (17,5%), e inclui as transferências de capital efetuadas do Município para as Juntas de Freguesia, Associações de Municípios, instituições sem fins lucrativos, no âmbito de despesas de investimento – por exemplo, em instalações próprias, também em aquisições de bens de capital por parte dessas entidades. Saliente-se o esforço financeiro ao nível das transferências de capital previstas para as instituições sem fins lucrativos, com cerca de quatrocentos e noventa e um mil euros (491.000€) de transferências para as instituições sem fins lucrativos, mais vinte por cento (20%), ou seja, sinal demonstrativo da vontade deste Executivo Municipal em continuar a ser parceiro das instituições do concelho e dos seus investimentos a favor da comunidade Marcoense.

Em 2020, a aquisição de bens de capital – e que se reflete diretamente no investimento direto definido no PPI – estima-se que ascenda aos oito vírgula cinco milhões de euros (8.500.000€), valor que está substancialmente aumentado, ou que será aumentado no início do próximo ano, com a inclusão de parte do saldo de gerência da execução orçamental do ano de 2019.

Nos condicionalismos à capacidade de investimento do Município, quero referir a necessidade de assegurar os compromissos dos encargos plurianuais do serviço da dívida até 2038, um milhão,



cento e setenta e seis mil euros (1.176.000€) ao ano, a que crescem os juros, decorrente das operações de substituição da dívida ocorridas em 2017. O maior condicionalismo à capacidade de investimento do Município é, sem dúvida, a situação litigiosa herdada pelo atual Executivo Municipal, que obriga o Município a provisionar indemnizações que ultrapassam os vinte e dois vírgula dois milhões de euros (22.200.000€), relacionadas com o contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo e recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Marco de Canaveses, com a empresa, como sabem, Águas do Marco, S.A., e que impedem o Município de aceder a fundos comunitários para os investimentos necessários em redes de água e saneamento para todo o concelho.

Para concretizar os novos investimentos, muito embora a existência de alguma capacidade de autofinanciamento, é fundamental a aposta nas candidaturas comunitárias, a fundos comunitários, de forma a permitir a alavancagem necessária para a execução dos projetos estratégicos do concelho, determinados no âmbito da definição dos investimentos territoriais integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Assim, nesta fase de planeamento e orçamentação do ano de 2020, tendo como referência o reforço que será efetuado em 2020, aquando da utilização de parte do saldo de gerência do ano anterior (2019), e que permitirá, com este saldo de gerência, a execução de diversos investimentos, neste momento sem dotação suficiente em plano, e considera-se prioritária a realização desses investimentos em áreas estruturais para o Concelho do Marco de Canaveses.

Ainda na área do ordenamento do território, estão já dotados investimentos no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), que ultrapassam o valor de quatro milhões de euros (4.000.000€). Deste plano fazem parte e destacam-se a reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo, a reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, a reabilitação de arruamentos na zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho, e a conclusão da reabilitação da Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa e a Avenida Gago Coutinho, também a reabilitação da Rua da Santa Casa da Misericórdia, e a conclusão da execução financeira da construção do novo Centro Cultural do Marco, e a construção do novo Museu Municipal Cármen Miranda. Isto tudo são obras que já estão, que já foram feitos os concursos, mas que vão ser executadas, na sua grande parte, no ano de 2020.

Na área da educação, estão já contemplados cerca de um vírgula dois milhões de euros (1.200.000€) de investimento. Destes, destacam-se a ampliação e requalificação da Escola EB 2/3 do Marco de Canaveses, a ampliação e requalificação da Escola EB1 da Esperança, em Várzea, Aliviada e Folhada, a conclusão da execução financeira da requalificação da EB1 da Barroca, a requalificação da EB1 de Sobretâmega e a intervenção em diversos edifícios escolares.

Nas vias de comunicação, as empreitadas já definidas e dotadas em plano ultrapassam o valor de um milhão de euros (1.000.000€). Nesta rubrica estão os investimentos de proximidade nas freguesias, que incluem trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) para investir nas obras de pavimentação em cubo, ou betuminoso, em muros de suporte, obras estas sinalizadas pelas Juntas de Freguesia, conforme compromisso político assumido no início do presente mandato.

Ainda na área do desporto, recreio e lazer, já estão contemplados investimentos em diversos equipamentos municipais, no valor de seiscentos e setenta e nove mil euros (679.000€), que incluem, por exemplo, o Parque Multiusos de Soalhães.



No saneamento e abastecimento de água, estão previstos e dotados seiscentos e sessenta e nove mil euros (669.000€) de investimento.

Na administração geral, estão já dotados investimentos em instalações, inclui a beneficiação e conservação, e também em equipamentos próprios, no valor de quinhentos e quarenta mil euros (540.000€).

Dizer que nas Grandes Opções do Plano, podíamos realçar alguns investimentos, mas nós já falámos neles, que são também objetivos do Executivo Municipal, como por exemplo, a requalificação da Casa dos Arcos, a requalificação do Cais de Bitetos, a nova sede da Junta de Freguesia de Soalhães, a requalificação da Praia da Pontinha, a Ponte de Várzea, a requalificação da Rua Avelino Ferreira Torres, a requalificação do troço da Avenida 25 de Abril, depois de fazermos a requalificação da Amaro da Costa, o melhoramento na área empresarial do Marco, etc. Ou seja, existe um conjunto de investimentos que, como sabem, depois algumas das rubricas que estão aqui ainda sem verba, quando incluirmos o saldo de gerência, que já aqui disse que será no valor de treze vírgula cinco milhões de euros (13.500.000€), vão poder ser reforçadas.

É esta a apresentação que tenho para fazer da proposta para o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2020. E agora, estamos disponíveis para responder às questões que alguns dos Srs. Deputados tiverem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Concluiu? Srs. Deputados, quem pretende inscrever-se? Vamos recapitular.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Estão inscritos os seguintes deputados: deputada Maria José Cerqueira, deputado Ricardo Soares, deputado Miguel Queirós, deputado Fernando Monteiro, deputado Gil Rodrigues e o deputado Nuno Pinto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Cerqueira.

--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Aliviada e Folhada, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas deputados, público e comunicação social:

A minha questão prende-se com a Ponte de Várzea. No final da intervenção da Sra. Presidente, referiu a questão da Ponte de Várzea. Mas, como não verifico, ou não constato que a reconstrução, ou a requalificação da Ponte de Várzea conste no Orçamento do próximo ano, a minha dúvida e a minha questão prende-se com o seguinte: a Ponte de Várzea vai ser uma realidade no ano de 2020? Porque, no meu entender, com a inclusão do saldo da conta de gerência, e se esperam por essa inclusão para levarem essa obra a concurso, ela possivelmente já não irá avançar no ano de 2020. E eu queria lamentar, se isso não acontecer, porque ao contrário daquilo que me foi dito, foi quase garantido pelo Sr. Vice-presidente que a Ponte de Várzea iria ser uma realidade no ano de 2020. E eu reforço e alerto para a questão da necessidade da construção, ou da requalificação da Ponte de Várzea, porque antes das opções políticas – e as opções políticas não se devem



sobrepor à necessidade de acautelar a segurança da população da Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada e de todos os que circulam naquela ponte. Gostava que o Sr. Vice-presidente ou a Sra. Presidente me garantissem, ou pelo menos que me dissessem se realmente é uma prioridade a requalificação da Ponte de Várzea, para que o povo da minha freguesia fique mais descansado, porque todos nós estamos preocupados com o perigo que representa aquela ponte para todos nós.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Soares.

--- Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Dispensando os normais cumprimentos, eu acredito que quando fazemos publicamente pedidos para a nossa freguesia, acredito que devemos também agradecer publicamente quando os mesmos são atendidos. Assim, à semelhança da minha última intervenção, sinto ser obrigação enaltecer a opção do Executivo Camarário em incluir uma das outras preocupações da Freguesia de Bem Viver no Orçamento do próximo ano. Falo da construção de uma cantina na Escola Primária da Feira Nova, que nos permitirá continuar com a confeção das refeições para as crianças em segurança, com qualidade e respeito pelas normas nutricionais. Além disso, permitirá ter, finalmente, um espaço onde serão servidos almoços sem qualquer preocupação com a chuva que teima em entrar naquele espaço. Mais, será possível fazer limpeza, sem qualquer constrangimento para as funcionárias, e ter um espaço para os professores que não coloque limitações ao seu trabalho. Quem me ouve e não conhece a realidade da escola, provavelmente acha que é um espaço que não tem obras há muito tempo, mas não é o caso. Estas obras, supostamente de melhorias, foram inauguradas um dia antes da minha tomada de posse. Sra. Presidente, bem sei que este tema lhe é próximo, no Orçamento estão espelhadas mais de vinte intervenções nas escolas, reconheço assim o esforço que mantém para que esta área tenha a relevância que merece. Aguardamos, e agradecemos, por isso, tão importante obra.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Queirós.

--- Miguel Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadões e Manhuncelos, PS) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Presidentes de Junta, caro público, e Marcoenses que nos veem pela comunicação social.

O que me traz aqui é uma análise que eu fiz aqui ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos, e quero debruçar-me sobre duas questões.

No Plano Plurianual de Investimentos, faz aqui referência a duas obras em Paredes de Viadões e Manhuncelos, uma é a remodelação urbanística da Estação do Juncal, que aparece no Plano



Plurianual de Investimentos, apesar de ter só uma dotação financeira de cem euros (100€) para o ano de 2020, e a Sra. Presidente sabe da importância que esta obra tem para a população daquela zona, sabe da importância que aquela obra tem para melhorar o aspeto e a mobilidade naquela zona. Eu queria perguntar à Sra. Presidente se com a introdução do saldo de gerência, se poderá haver aqui o aumento desta parcela, para podermos tornar uma realidade a construção daquela obra na zona da estação, que vai melhorar aquela zona, que vai fazer uma reconstrução da zona do tanque, e é uma obra muito pedida por aquela população.

Outra situação é, no Orçamento para 2020, existe uma parcela para as obras de requalificação da EB1 de Paredes de Viadores. Se formos depois analisar o Plano Plurianual, também faz lá a inclusão desta obra, mas nós temos apenas cem euros (100€) também para a execução desta obra, está em aberto. Eu sei que há várias escolas pelo concelho a necessitar de requalificação, mas a Escola de Paredes de Viadores contém amianto na cobertura, tem caixilharias com fraca eficiência energética, e terá que haver aqui talvez uma forma de desempate das escolas.

Eu quero chamar à atenção para estes dados que aqui vos trago: a Escola de Paredes de Viadores, no ano letivo de 2017/18 – que foi o ano letivo que eu herdei da anterior Junta de Freguesia – nós tínhamos na EB1 de Paredes de Viadores vinte e seis crianças, e tínhamos no JI, que pertence ao mesmo espaço, treze crianças, o que perfazia um total de trinta e nove crianças. No ano letivo 2018/19, tínhamos na EB1 de Paredes de Viadores vinte e sete crianças, e no JI, dezasseis – quarenta e três crianças no total. De 2017 para 2018, houve um aumento de dez por cento (10%) no número de crianças naquele espaço. Ano letivo 2019/20, na EB1, trinta e nove crianças; no JI, dezanove crianças – total, cinquenta e oito crianças. Nós tivemos um aumento, em dois anos, de cinquenta por cento (50%) no número de crianças que temos a frequentar a EB1 de Paredes de Viadores e o JI, e isto é sinal do investimento que nós fazemos nas escolas. A Junta de Freguesia de Paredes de Viadores abre a escola às oito menos um quarto da manhã (07h45), e fecha a escola às sete menos um quarto da tarde (18h45). É possível as pessoas de Paredes de Viadores virem trabalhar para o centro do Marco, deixarem os seus filhos em Paredes de Viadores antes de virem trabalhar, e regressar, e ainda terem as pessoas na escola para entregarem os seus filhos. Fazemos um investimento brutal – digo, brutal – na escola. Nós temos no campo de férias de verão, durante o natal, temos as crianças no campo de férias de natal, durante a páscoa temos as crianças no campo de férias da páscoa, tudo isto sem obras, zero obras na escola.

Por isso, peço que o Executivo pense neste assunto, que no ano letivo 2020/21, já não quero ter cinquenta e oito, quero chegar às setenta crianças – se for preciso, abrem-se mais salas. Quando nós tivermos este investimento, nós conseguimos pelo menos colocar vinte crianças em cada sala, por isso vamos ter espaço para as receber. Analise estes dados que eu vim aqui apresentar; do número crescente que nós conseguimos ter, acho que a Escola de Paredes de Viadores merece um investimento para a requalificação daquela escola.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---



Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia, público e Marcoenses que nos ouvem através da comunicação social:

Somando os cem euros (100€) do Miguel e os meus, já devemos ter aqui para aí quinhentos euros (500€), que eu também vinha aqui falar numas rubricas de cem euros (100€).

Mas, deixando aqui a parte da brincadeira, só vinha falar em três ou quatro pontos da análise do Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2020, em relação à Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e dizer à Sra. Presidente que já nesta casa votei contra Orçamentos da Câmara por deixar as rubricas abertas, e depois não fazerem a obra. Por isso, eu vinha chamar à atenção desse facto, de ter realmente aqui algumas rubricas abertas de importância para a minha terra. Dizer que me preocupa mais uma vez o saneamento, nomeadamente na zona da Agrela, uma situação de resíduos industriais que estão a céu aberto para o Rio Bufo, todos sabemos do perigo e do crime ambiental que temos lá, e dizer, e bem, que reflete no Orçamento a verba, mas também é só de cem euros (100€). Mas, eu tenho a esperança que com o reforço do saldo de gerência, haja aqui um investimento nesta área.

E também dizer que não está no Orçamento vertido um problema também que temos vindo a alertar a Câmara Municipal, que é do saneamento da parte da Gaia de Cima, da Tapada, da Cruzinha, em que nós até sugerimos que fosse construída uma estação elevatória na zona do Prado, para ser bombado para S. Sebastião, e depois ir para a ETAR de Maureles, que não está com ocupação total, e isso não está no Orçamento. Mas, também analisei o Orçamento e vi que tinha uma rubrica de “outros”. E podemos aproveitar essa rubrica de “outros” para colocar esta situação do saneamento, porque tenho tido muitas queixas na situação da Águas do Marco, porque, como sabem, eles aumentaram a verba dos tratores de despejo das fossas, mas mais do que isso, a preocupação das pessoas não só pelo aumento da verba, é a indisponibilidade deles de ir fazer o serviço. Há muitas queixas da população em que chamam a Águas do Marco para ir despejar as suas fossas, e eles demoram imenso tempo, não dão resposta – eu tenho casos em que as pessoas, quando eles vêm despejar, já pedem para outra vez, porque já sabem que eles vão demorar um mês, que é para depois eles irem fazer o serviço. Preocupa-me muito essa situação da zona da Tapada, da Cruzinha, e na parte da Gaia de Cima, que está a céu aberto, para verter no Orçamento.

Quanto às escolas, também ia falar na mesma situação, porque tenho aqui rubrica aberta para três escolas – na EB1 de Lordelo, na requalificação da EB1 da Igreja e na EB1 de Maureles. Dizer que já falámos, Sra. Presidente, quanto ao outro Orçamento, na EB1 de Maureles, que também tem o telhado em amianto, e preocupa muito essa situação, mas que acho que também devíamos olhar para aquela escola como uma situação de projeção daquela freguesia, e porque é uma escola de referência também, e devemos olhar para ela com olhos de poder não encerrar, mas sim de projetar, para termos cada vez mais crianças.

Também deixar aqui uma sugestão: temos aqui uma rubrica para construção da ETAR de Maureles, com cinco mil euros (5.000€), ela já está construída, provavelmente é para reforço de alguma situação na ETAR, porque construção, ela já está construída; não sei se é alguma situação na ETAR de Maureles.



Para terminar, vou deixar uma sugestão, não sei se será possível, mas que no próximo ano, que com tempo, a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta se juntem e programem o Orçamento de uma forma em que possamos referir mais as verbas que nós poderemos investir nas nossas freguesias, e podermos ver uma situação de projeção para o futuro, e no Plano Plurianual de Investimentos, que seja uma projeção mais realista a nível das freguesias, em que nós possamos dar a nossa opinião, o que é que achamos que as pessoas nos dizem, e o que é que deve ser investido para a projeção da nossa freguesia, e neste caso, das pessoas que lá vivem, porque acho que é assim que devia ser, porque poderemos fazê-lo em conjunto, trabalhar todos para bem do Marco, mas para bem das freguesias. E a mim, cabe-me defender Vila Boa de Quires e Maureles.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exmo. Executivo, caros colegas deputados, comunicação social, Marcoenses:

Eu venho cá congratular-me com as diversas obras que hoje foram elencadas aqui, e também por aquelas que estão no novo Orçamento. E dizer-vos que não posso deixar de referir que se isto está a ter esta dimensão, e se o Município tem esta capacidade neste momento, temos que dar valor a um trabalho, que não teve – como disse há bocado o Sr. Presidente da Junta de Soalhães – também a visibilidade que, se calhar, deveria ter tido, porque não fosse a renegociação da dívida, do último mandato, que reduziu o serviço da dívida quase para metade, deste Município, não seria possível chegarmos aos números que estamos a ter neste momento. Por isso, é preciso também dar valor àquilo que foi feito.

Não posso deixar também de reparar numa preocupação no que toca às provisões dos processos judiciais, e na qual se destaca o processo da Águas do Marco. Ora, vamos lá ver se eu consigo perceber isto de uma vez: se nós temos um pré-acordo para acabar com a concessão da Águas do Marco, ou para renegociar a concessão da Águas do Marco, estamos preocupados com a provisão? Não estou a entender. Ou eu estou um bocado desfasado da situação, ou temos um pré-acordo e, de facto, não há aqui processo judicial que vá ao fim, ou então, não temos pré-acordo nenhum, e o processo judicial vai avançar, e de facto, se calhar, teremos que indemnizar a empresa.

Peço desculpa, como é a última Assembleia deste ano, e como será, se calhar, a minha última intervenção – porque até nem era para intervir hoje – vou desejar desde já um ótimo natal a todos os Marcoenses, um excelente 2020, e que seja de progresso para o nosso concelho.

Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---



Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros colegas, público, comunicação social:

Se me permitirem, eu ia fazer há bocado uma intervenção sobre a forma de condução dos trabalhos, penso que tem cabimento fazê-la, disse no intervalo que a faria, para também não estar a criar caso nenhum. Mas, antes de a fazer, já me esquecia, porque me precipitei há bocado, não devia ter feito, já pedi desculpa ao deputado Luís Vales, não tenho o direito de o fazer, e peço desculpa por isso, não me caem os parentes na lama quando cometo um erro e, a seguir, venho pedir desculpa. Às vezes nós reagimos da forma que não devemos, fez o que tinha legitimidade para fazer, alguém aceitou, ponto final, parágrafo.

Sobre esta situação – e agora viro-me para a Mesa, porque tenho esse direito, com todo o respeito e amizade que eu já ganhei ao Dr. Jorge e aos membros da Mesa, digo isto, só sobre esta atitude que tiveram, e a atitude, há bocado, em relação ao deputado da minha Bancada, Fernando Vieira, compreendendo-a, e no estrito que usaram há bocado, agora usaram o lato – há bocado foram restritos e estritos na apreciação, na informação escrita fala na zona – eu nem queria falar nisso, mas agora vou falar – fala na zona de Bitetos, fala naquela zona. Se me disserem assim: “O que falou, é ao lado”, eu próprio já falei com o deputado, acho que sim. Por isso, aí foram estritos, e estiveram bem. Agora, foram latos. Eu só digo isto, sobre essa situação só digo uma coisa: respeito. Não faço mais comentário nenhum. Fiz esta apreciação, mas digo: respeito, tanto uma, como a outra, mas com toda a amizade e respeito institucional, também, da minha parte, só posso dizer: memória de elefante. Memória de elefante. Quando eu, às vezes no meu jeito um bocadinho truculento, mas sempre frontal e direto, depois de levantar a mão, eu vou ter a transcrição deste momento da ata, para lembrar a todos – porque eu sei, em dois anos já aprendi, eu não sou melhor do que ninguém que está aqui, sou igual a pior, mas todos – todos – temos tendência para esquecer. Conforme a Bancada do PSD fez pressão – legítima – para que fosse reposta, no sentido de que o deputado fosse silenciado, no sentido de que não podia fazer aquela intervenção porque não estava na informação escrita, eu já digo que respeito, e até posso concordar, mas digo que vou estar muito atento, vou estar muito atento, e no dia em que eu fizer isso, pode mandar-me calar, mas vou lembrar a forma restrita com que fizeram e calaram um deputado, e a forma lata como aceitaram uma inscrição depois de já estar o momento encerrado. Eu vou guardar esta na memória, com todo o respeito institucional e pessoal que o Dr. Jorge me merece.

Ocupei quase o tempo todo. Sobre o Orçamento, vou ser muito rápido mesmo. É assim, eu podia ter feito esta intervenção há bocado, tinha legitimidade para a fazer. Eu não fiz, acumulei agora. Também não menorizem o que estou a fazer; eu pedi autorização, e para não estar aqui a criar um caso naquele momento, que era o intervalo, estou a fazer agora, e acho que também não estou a ser deselegante para ninguém, apenas estou a mostrar a minha opinião, com frontalidade. É certo que conforme eu me rio desse lado, vocês têm o direito de se rir também do que eu estou a dizer.

Sobre o Orçamento, vou ser mesmo muito breve, tenho aqui só três notas para dar. Estamos fartos de ouvir falar dos cem euros (100€), dos cem euros (100€), dos cem euros (100€), é evidente que eu vou guardar a minha intervenção sobre o Orçamento para quando ele for um, e ele será um, como toda a gente sabe, em fevereiro. Este tipo de concretização – e aí também, na altura, os Srs. Presidentes de Junta poderão ter uma certeza maior dos que realmente vão ser cem (100€), e dos que não vão ser cem (100€). E será aí, porque, como compreendem, o saldo de gerência nos



últimos quatro, cinco anos, tem tido valores elevados, o que obriga a que, depois, haja, por assim dizer, um segundo mini Orçamento, onde se faz uma divisão de um valor ainda relevante – se bem que os treze milhões e meio (13.500.000€), muito deles já está afeto a despesa corrente, há uma grande parte que vai aumentar aos cerca de oito milhões e meio (8.500.000€) de PPI que já lá estão, e vai aumentar bastante.

E por isso, porque acho que, além do que a Sra. Presidente já disse, e eu corroboro completamente, não vou estar a repetir, vou falar de uma coisa de que ninguém falou aqui, que era o propósito verdadeiro que me trazia aqui, e que é uma coisa que eu tenho acompanhado bastante, está lá no Orçamento, que é a descentralização. Está no preâmbulo do Orçamento uma apresentação, porque também se percebe a importância desse assunto. Não está versado ainda nos documentos financeiros, está lá a explicação dada no próprio documento, porque há uma incerteza quanto à data precisa do início, e isso influencia a programação financeira, porque se no caso da saúde, por exemplo, estamos a falar de verbas de cerca de quinhentos mil euros (500.000€), na educação já estamos a falar em muitos milhões – cerca de cinco milhões (5.000.000€), se não me engano. E eu queria refletir por quê? Estamos aqui, com certeza, todos a discutir, e principalmente os Srs. Presidentes de Junta, a discutir o bem para a sua freguesia, e muito bem, mas eu acho que este Orçamento é diferente de todos – e quando eu digo “este Orçamento”, será com o complemento de fevereiro, será diferente de todos os outros Orçamentos que aprovámos, pelo menos neste mandato até agora, porque este Orçamento, o Orçamento de 2020, vai ser o Orçamento que inicia a aplicação da descentralização administrativa, vai ser o Orçamento que vai permitir – que também não está lá versado, mas por apresentações públicas – que também vai permitir, durante o ano de 2020, tornar realidade a isenção de taxas, que vai permitir isentar as pessoas – e isentar as pessoas faz-se com dinheiro, não se faz com outra coisa – e é esse Orçamento, e é essa execução orçamental do próximo ano que vai permitir isso. E por fim, também, e não menos importante, vai permitir, no fundo, concluir uma série de intervenções urbanísticas no centro da cidade, quer a nível de arruamentos, quer a nível de equipamentos culturais, e também vai permitir, com certeza, cumprir a promessa de substituição, ou qualquer coisa tecnicamente diferente, do piso da cidade.

Guardo para o fim uma coisa que também me dói muito, que me dói muito no sentido de que acompanho, e que gosto, e que sou sempre defensor – falei da descentralização, estamos a falar da descentralização do Estado para os Municípios e para as freguesias, e eu falaria aqui de uma descentralização interna. Eu sou um defensor – pessoalmente, sou um defensor da redistribuição pelas freguesias, sabemos que temos dois polos urbanos grandes, o Marco e Alpendorada, o Baixo Concelho, e isso é indiscutível, é natural que essas zonas absorvam uma fatia substancial do investimento municipal, mas a mim dói-me sempre todas as outras freguesias, principalmente as de mais baixa densidade, e por isso pugnairei sempre para que exista, pelo menos com os meus contributos, para que exista sempre alguma razoabilidade na distribuição dos fundos camarários.

Por fim, mesmo por fim, porque já ouvi aqui – e no fundo, também está no Orçamento, vou falar de juros – já várias vezes aqui foi dito pela Oposição, e com o seu direito, que o saldo de gerência podia ser depositado no banco, e que renderia juros a um por cento (1%), com o devido respeito, eu só vou ler, para vermos o quão desfasado isso está da realidade, eu só vou ler o que uma associação, que é a Associação Observatório das Autarquias Locais, que é uma associação que acompanha e que dá informação às autarquias, publicou na sua *newsletter*, e no *site*, que está lá, público, para toda a gente ver, agora no mês de novembro. E um dos assuntos de que se fala



neste momento é o seguinte: bancos querem começar a cobrar comissões nos depósitos das autarquias. E vou ler: *“Estamos a tentar confirmar alguns dos detalhes desta informação, mas parece constituir um dado adquirido que alguns bancos estão a apoiar a ação da Associação Portuguesa de Bancos junto do Banco de Portugal, para começar a cobrar comissões pelos depósitos...”* – inclusive, diz aqui, de outras entidades, multinacionais, empresas públicas e autarquias. Esta aplicação de uma comissão pelos depósitos de grandes clientes financeiros será para compensar os juros negativos do BCE. Atualmente, a ação política do BCE, de excesso de liquidez, faz com que estejam neste momento com taxas negativas de meio por cento (0,5%). Isto para dizer que um por cento (1%) em instrumentos financeiros sem risco e de curto prazo, que nunca pode ser diferente de três a seis meses, estou para ver quem é que os consegue.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais.

De facto, eu quero aqui agradecer e, naturalmente, dizer que não tem nada que pedir desculpa. De facto, quem tem que decidir, decide, o Sr. Presidente disse. Peço desculpa por estar neste momento a falar sobre isto, mas o PSD também já se sentiu prejudicado, normalmente e nomeadamente em todas as Assembleias Municipais, por causa dos tempos, como sabemos, mas o Sr. Presidente define as regras, nós temos que as acatar, e apenas o facto de ter podido falar aqui e agora sobre esta matéria, revela algum sentido democrático por parte da Mesa. E portanto, quero aqui também saudar essa questão.

Relativamente à questão do Orçamento, aquilo que realmente nos traz aqui, no que se refere aos investimentos estratégicos que estão neste documento, e em grande parte, este Orçamento representa uma continuidade das políticas de investimento do anterior Executivo do PSD, o que merece, naturalmente, a nossa concordância.

Mas, queremos aqui afirmar que existem algumas situações que são preocupantes. E por isso, nós vamos aqui elencar algumas das situações que consideramos preocupantes.

Verificamos que algumas rubricas de investimento, como a água e saneamento, e a requalificação de escolas, não possuem dotação suficiente, e fica muito aquém das necessidades do concelho. Por outro lado, para além da conclusão da empreitada referente à rede de água e saneamento do Torrão, que já vem do anterior Executivo liderado pelo PSD, este Orçamento não apresenta nenhuma obra relevante neste âmbito das redes de água e saneamento no nosso concelho. E por isso, isto significa, a nosso ver, que esta maioria não aposta no alargamento destas infraestruturas.

Também não se prevê qualquer dotação para fazer face ao eventual resgate da concessão dos serviços de água e saneamento – aliás, importa recordar que o PSD já tinha, em 2016, um acordo neste sentido, pelo que não se percebe a razão do atraso da resolução deste problema.



Ainda a propósito da concessão e do anúncio de isenção das taxas de ligação, que nós estimamos que tenham um custo superior a cinco milhões de euros (5.000.000€), também não existe qualquer informação no Orçamento de como é que será acautelado este impacto. Ou seja, se houver aqui esta isenção de taxas de ligação, como nós também defendemos, esperávamos que estivesse vertido aqui neste Orçamento o valor para arcar com essa verba.

Também o enorme acréscimo de custos decorrentes da contratação de pessoal, quatrocentos e vinte mil euros (420.000€), de forma exagerada, porque é só em um ano, em um só ano são quatrocentos e vinte mil euros (420.000€) a mais em contratação de pessoal, e por isso merece a nossa discordância, por ser um sinal preocupante sobre a gestão da atual maioria socialista.

A estes factos acresce que a expectativa de um saldo orçamental de treze vírgula cinco milhões de euros (13.500.000€) significa que este saldo tem vindo a crescer de ano para ano, o que revela alguma incapacidade em cumprir com todos os compromissos orçamentais em matéria de investimento.

Do ponto de vista estratégico, designadamente no que se refere a ser um instrumento impulsionador da economia local, através do estímulo à fixação das famílias e captação de investimento das empresas, parece-nos, como disse noutra ponto, um Orçamento pouco ambicioso, na medida em que nada mais acrescenta às medidas já implementadas pelo PSD – redução dos impostos, do IML, do IRS, da Derrama, conjugada com a reestruturação da dívida.

Mas, também do ponto de vista formal, e porque esta Assembleia Municipal é um órgão de fiscalização, compete-nos também referir o seguinte: este Orçamento apresentado, por opção política da atual maioria do Executivo do Partido Socialista, viola os princípios orçamentais da universalidade e da especificação previstos no POCAL, na medida em que, relativamente a este princípio da universalidade, não compreende todas as despesas e receitas, ao não contemplar cerca de cinco vírgula cinco milhões de euros (5.500.000€) de despesa corrente que foram diferidos, opção esta que não tem qualquer justificação desde a entrada em vigor da Lei n.º 114/2017, Lei do Orçamento de Estado para 2018, que passou expressamente a permitir a integração do saldo de gerência anterior logo no início do ano, bastando para tal que a Câmara Municipal submeta à aprovação desta Assembleia o mapa dos fluxos de caixa. E o princípio da especificação, que não discrimina suficientemente todas as receitas e despesas nele previstas, uma vez que apresenta rubricas descritas na despesa corrente como “outras” – já aqui o Sr. Presidente da Junta falou, com valores superiores a um milhão de euros (1.000.000€). Ora bem, nós não sabemos em que é que será aplicado este milhão de euros (1.000.000€), e por isso, não sabemos a que se refere esta intenção de despesa.

Sr. Presidente, muito obrigado. Sra. Presidente, fico a aguardar as suas respostas. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, tem a palavra a Sra. Presidente, se faz favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Ora, então, vamos passar às respostas aos Srs. Deputados.



Em relação à intervenção da Sra. Presidente de Junta, Maria José, sobre a Ponte de Várzea, o Sr. Vereador Mário Bruno Magalhães depois dar-lhe-á a resposta.

Em relação à cantina, ou à obra aqui solicitada pelo Sr. Presidente de Junta, Ricardo Soares, no âmbito da educação, queria dar nota do seguinte: eu acho que a contextualização que o Sr. Presidente de Junta aqui fez desta obra foi muito importante, e para aqueles que estavam distraídos, eu vou repetir, porque eu aponte aqui: esta obra da requalificação da EB1 de Bem Viver, em Ariz, foi inaugurada um dia antes de o Sr. Presidente de Junta atual tomar posse – foi inaugurada um dia antes da tomada de posse do Sr. Presidente de Junta atual. E por isso, já dizem os mais velhos, e os nossos mais novos, que a pressa é inimiga da perfeição. E isto para dizer o quê? Que esta escola foi intervencionada no ano de 2017, ano de eleições, e que fizeram um investimento naquela escola no valor de sessenta e nove mil euros (69.000€). E neste edifício, supostamente foram feitas algumas obras de intervenção nas casas de banho, na remodelação da sala dos professores, substituiu-se a caixilharia, substituíram-se os balcões em madeira por balcões em inox, e o que é certo é que, mal tomámos posse, nas visitas que tenho vindo a fazer aos equipamentos escolares, nomeadamente a esta escola, foram várias as reclamações do corpo docente sobre a ineficiência, ou ineficácia, das obras realizadas em 2017, e fazendo-nos reivindicações para melhorar as condições, que, infelizmente, vamos ter que realizar – estou a dizer “infelizmente”, porque há dois anos atrás foram lá investidos sessenta e nove mil euros (69.000€). E o que é que nos pediram? Pediram-nos para melhorar as condições da cozinha, de forma a permitir confeccionar aí as refeições, a ampliação do refeitório, que neste momento não serve a comunidade escolar que lá está, a criação de um espaço para o desenvolvimento das atividades extracurriculares, que neste momento não têm os Srs. Professores, e ainda também para melhorar o espaço exterior do recreio.

Isto para dizer o quê? Que não é a primeira vez que isto acontece, porque se recordarmos, ou puxarmos a fita atrás, na Escola EB1 do Marco aconteceu exatamente isto – na Escola EB1 do Marco ainda foi mais grave, porque houve uma empreitada feita pela Câmara Municipal, depois recorreram a fundos comunitários, e agora a Câmara Municipal teve que investir lá na cozinha, porque mesmo com duas intervenções, não conseguiram resolver os problemas da escola, e só agora, no ano de 2019, é que é possível confeccionar refeições naquela que, porventura, é a maior escola do concelho, que alberga trezentas crianças.

Por isso, era prática comum do anterior Executivo fazerem obras em cima do joelho, sem estarem devidamente planeadas, e depois termos de andar aqui a repetir investimentos, que provavelmente eram investimentos que faziam a diferença noutras escolas e noutras freguesias.

Isto para dizer o quê, Sr. Presidente de Junta? Que na visita que fiz, realmente constatei que as reclamações da comunidade educativa fazem sentido, e por isso, esta é uma daquelas obras em que nós já mandámos executar projeto, e que vamos levar a cabo no ano de 2020.

Em relação à questão que nos foi colocada pelo Sr. Presidente de Junta, Miguel Queirós, dizer que, de facto, tem a remodelação urbanística no Juncal com cem euros (100€), e também dizer-lhe que tem uma intervenção numa escola da sua freguesia, Paredes de Viadores, também com cem euros (100€). Certo? Há bocado de essa explicação, e é uma explicação que é comum a todas as respostas àqueles que aqui vieram dizer que tinham rubricas com cem euros (100€), o que é normal, eu fiz questão de dizer que o nosso saldo de gerência se estima em treze vírgula



cinco milhões (13.500.000€), e que a Câmara neste momento tem oito vírgula cinco milhões de euros (8.500.000€) que já estão diferidos para o ano seguinte em despesas de capital, o que quer dizer que há aqui uma margem muito grande, quase seis milhões de euros (6.000.000€), que vão ter que ser alocados a obras a realizar em 2020.

Mas, já que fala no amianto, também aproveito para responder a alguma situação que já aqui foi colocada pelos outros Srs. Deputados, queria dizer o seguinte, para também nos contextualizarmos em relação a esta questão – que há bocado já tive oportunidade de falar na questão do amianto na Escola de Alpendorada, mas queria dizer o seguinte, até para dizer ao Sr. Deputado Luís Vales que este Orçamento não é em nada igual, não é uma continuidade das políticas de proximidade, e vou dar-lhe um exemplo muito claro: este Executivo, quando cá chegou, iniciou no mandato aquilo que era a sua intervenção na área da educação, a sua preocupação na área da educação. Foi neste Executivo do PS que iniciámos a identificação dos onze estabelecimentos escolares que têm amianto nas suas coberturas – onze; não é um, nem dois, nem três, provavelmente quase todos os Srs. Presidentes de Junta hão de ter um edifício escolar na sua freguesia com amianto. São onze escolas que temos neste momento com amianto. Fizemos projetos no ano de 2018 para todos, foram meses de trabalho no nosso Gabinete de Projetos, com a Sra. Arq.^a Anabela Rodrigues, que fez projetos para estas onze escolas, para podermos apresentar uma candidatura à Comunidade Intermunicipal, com financiamento de oitenta e cinco por cento (85%) de fundos. Para as pessoas que estão lá em casa perceberem, esta candidatura para as onze escolas era um milhão e meio (1.500.000€) de investimento; com este um milhão e meio (1.500.000€), o Executivo da Câmara resolvia o problema das onze escolas com amianto. Infelizmente, esta candidatura não correspondia àquilo que eram os critérios de elegibilidade da Comunidade Intermunicipal, e tanto nós, como outros Municípios, não vimos aprovada esta candidatura.

Mas, para lhes dizer o seguinte: com este um milhão e meio (1.500.000€) em fundos comunitários, nós resolvíamos o problema de onze escolas, e a Câmara só tinha de investir quinze por cento (15%) de um milhão e meio (1.500.000€), que feitas as contas, eram duzentos e vinte e cinco mil euros (225.000€). Era mais ou menos aquilo que nós gastámos agora na Escola da Barroca – uma escola. Isto para vos explicar o quê? É muito bom percebermos todos que era importante que os nossos equipamentos escolares não tivessem amianto, mas foi com este Executivo que esta preocupação começou, foi este Executivo que fez esta candidatura, e foi este Executivo que depois de a candidatura não ter sido aprovada, por não ter os critérios de elegibilidade, não se desresponsabilizou. O que nós fizemos, pelo contrário, foi meter mãos e pés ao caminho, e decidimos fazer estas intervenções sem fundos comunitários, porque um milhão e meio de euros (1.500.000€) é muito dinheiro num investimento da Câmara só para escolas, porque todos os outros, vimos hoje aqui que têm grandes investimentos a fazer nas suas freguesias. E dizer o quê? Que decidimos, ainda que com investimento próprio da Câmara Municipal, fazer estas alterações nas escolas paulatinamente. Este ano foram três, para o ano hão de ser, se calhar, outras três, no ano de 2020, e vamos fazer isto paulatinamente. E dizer o quê? Que vamos continuar. Mas, o amianto já está há anos nas escolas. Há anos nas escolas, e em vários edifícios públicos, vários – no Marco de Canaveses temos muitos, até os nossos edifícios, os edifícios que fazem parte da gestão da Câmara Municipal, e que são da nossa responsabilidade. Mas, agora, de um momento para o outro, há aí um sindicato a falar no amianto, e toda a gente se lembrou que se tinha que retirar as coberturas de amianto.



Por isso, dizer ao Sr. Presidente de Junta que me fez a questão sobre a intervenção na Escola de Paredes de Viadores que eu tenho aqui o levantamento – porque estamos a fazê-lo, e esta resposta serve também para os Srs. Presidentes de Junta que falaram nas intervenções nas suas escolas – nós temos aqui o levantamento daquilo que são os valores da população escolar no ano de 2019, no ano de 2018, no ano de 2017, e é verdade aquilo que o Sr. Presidente de Junta diz, que, de facto, na sua freguesia, contrariando um bocadinho a tendência das outras – por isso é que, há bocado, eu dizia, de forma irónica, que não sei como é que faz para arranjar crianças, porque na sua freguesia há uma contraciclo daquilo que é a tendência de decréscimo do número de alunos. Há freguesias que acabam por ter sempre mais alunos, como é o centro do Marco de Canaveses, o centro da cidade, porque os pais acabam por trazê-los para o centro, muitas freguesias, muitas das vezes, até ficam prejudicadas porque os pais não os deixam na freguesia, e como vêm trabalhar para o centro da cidade, trazem-nos para cá, mas, de facto, a Escola de Paredes de Viadores e o JI de Paredes de Viadores têm tido um acréscimo de população escolar. E dizer ao Sr. Presidente de Junta que estamos a realizar uma avaliação com os serviços, com os agrupamentos de escolas, de forma a aferir melhor a tendência da população escolar. Já fizemos esse estudo, algumas freguesias estão a perder alunos – o exemplo de Sande, em que, por exemplo, há um JI com oito alunos, e há freguesias em que o JI tem dez alunos, como é o caso de Manhuncelos – mas que há situações em que são os únicos equipamentos escolares da freguesia, e por isso, nós aí temos a noção de que o investimento é necessário, porque não irão fechar, principalmente quando são equipamentos escolares integrados, EB1 com JI.

Mas, dizer o quê? Que há aqui um conjunto de variáveis que nós todos temos de amadurecer. Todos os Srs. Presidentes de Junta sabem – e alguns deles sabem porque eu tive esta preocupação no início do ano letivo, aliás, quando estávamos a preparar o ano letivo de 2019/20, de falar com alguns Srs. Presidentes de Junta, porque nós temos de nos deixar de bairrismos; nós não podemos ter dois ou três jardins de infância na mesma freguesia, com oito ou nove alunos cada um. Não podemos, estamos a falar de gestão de dinheiro público. Não faz sentido, os Srs. Presidentes de Junta têm de perceber, os pais têm que perceber que em algumas freguesias, a dois quilómetros, a menos de um quilómetro, há outro estabelecimento escolar, e não podemos ter jardins de infância com cinco ou seis crianças, ou sete, ou oito, ou nove; vamos ter que tomar decisões para, no futuro, poder ter que vir a encerrar alguns dos equipamentos escolares. E se me dizem que é preciso coragem, é; não é uma decisão da Câmara, só – aliás, esta decisão é da Direção Geral de Educação, mas é uma decisão que tem que ser muito bem maturada com os Srs. Presidentes de Junta e com os agrupamentos de escolas, porque nós não vamos poder continuar a pedir à Câmara Municipal para fazer investimentos em jardins que sabemos que vão fechar daqui a dois ou três anos. Não podemos, desculpem lá, não podemos ter esta capacidade de ver apenas aquilo que eleitoralmente, ou com uma estratégia eleitoralista, nos é benéfico; temos que ter todos responsabilidades nesta matéria.

E por isso, algumas das escolas que vão ser intervencionadas no próximo ano, nós temos a certeza de que a comunidade educativa, ou a população escolar, está a subir, e temos garantias de que aqueles equipamentos se vão manter abertos. Outros que estão identificados no PPI, que já estão do ano passado, não vão ter essas obras, porque nós já chegámos à conclusão, em algumas das situações, que não vamos arriscar investir cem (100.000€), ou duzentos (200.000€), ou trezentos mil euros (300.000€) numa escola, para ela, daqui a dois ou três anos, fechar. Lamento se vos desiludi, mas esta é a minha responsabilidade como Presidente da Câmara, e



como tenho o pelouro da educação, tenho que ser muito direta convosco. Temos de fazer todos esta análise, e temos de ser rigorosos connosco mesmos.

E por isso, algumas das escolas que aqui já foram referenciadas vão ser intervencionadas, vão ser reforçadas as rubricas das escolas que vão ser intervencionadas ao longo do ano, quando culminarmos este processo com o saldo de gerência deste ano de 2019, mas também dizer a todos que se trata de opções políticas; isto trata-se de opções políticas. Se nós chegarmos à conclusão de que com o dinheiro que temos para investir na educação podemos, de facto, melhorar algumas escolas, retirar o amianto, e podemos encerrar outras, e com esse dinheiro continuar a melhorar o nosso parque dos equipamentos escolares – porque temos muitos, dou o exemplo do Torrão, ainda há pouco tempo fiz uma visita ao Torrão, e o mobiliário daquela escola é o mesmo de há trinta anos. Não faz sentido, nós temos de ter consciência disso. Não é só olhar para o telhado de amianto, porque o telhado de amianto está lá há vinte anos, e muitos deles não representam risco nenhum para a saúde pública, porque o amianto – e há quem saiba mais da matéria do que eu, mas o amianto só representa perigo quando estamos a mexer com ele. Há equipamentos que têm hoje amianto e que precisam de ser intervencionados, porque têm infiltrações de água, e isso sim, representa algum risco para a saúde pública; há outros que têm amianto e que não necessitam de obras. Agora, se for para retirar amianto, que seja naqueles que se vão manter abertos durante muitos anos, porque o dinheiro que sobrar, e que estava previsto para retirar amianto em escolas que podem encerrar, vai ser para continuar a apostar na educação e a melhorar as condições de mobiliário, de conforto das nossas escolas, porque felizmente temos muitas, mas infelizmente algumas também precisam deste conforto, e os nossos alunos precisam deste conforto. Acabei por responder a duas ou três questões que aqui foram colocadas, e que são transversais.

Agora, passando à questão do Sr. Fernando Monteiro, saneamento da Agrela, Gaia de Cima, Tapada, as questões que fez em relação a esta área, o Sr. Vereador do pelouro responder-lhe-á.

Escola de Maureles, também já acabei por responder ao Sr. Presidente de Junta, é verdade que tem aqui um aumento de população, mas os Srs. Presidentes de Junta vão ser chamados para podermos tomar essa decisão com o Agrupamento de Escolas.

E creio que respondi a tudo o que tem a ver com as questões das intervenções nas escolas, ainda que de uma forma generalista, mas acho que todos conseguiram perceber qual é a posição da Câmara Municipal.

Ao Sr. Deputado Gil Rodrigues, o Sr. Deputado Gil Rodrigues colocou a questão da renegociação do serviço da dívida, que nós hoje, de facto, temos alguma almofada financeira para fazermos estes investimentos, aquelas obras que aqui foram ditas, porque foi possível fazer a renegociação da dívida. Também é verdade, mas eu também queria esclarecer aqui, e lembrar o Sr. Deputado Gil Rodrigues, que essa renegociação do serviço da dívida – só para que fique em nota de rodapé – só foi possível com o Governo do Partido Socialista, que permitiu no Orçamento de Estado, em 2017, que os Municípios – e bem, porque nós fomos um dos Municípios que beneficiou isso – pudessem fazer a renegociação da dívida para sair do plano de reequilíbrio financeiro. E ainda bem que o Executivo o fez, e ainda bem que o Governo do Partido Socialista o permitiu.



Ainda sobre as provisões, Sr. Deputado Gil Rodrigues, disse qualquer coisa do tipo: que tínhamos aqui provisões, e como estamos em negociações com a Águas do Marco, não compreendia como é que as provisões estavam no Orçamento, que se já havia um pré-acordo, não haveria necessidade de termos provisões – para ficarmos mais bem esclarecidos sobre qual foi a sua questão. Dizer ao Sr. Deputado Gil Rodrigues e aos presentes que sempre que há um processo judicial, o chamado risco de condenação, é obrigatório haver uma provisão. E de facto, eu até li isto na intervenção que aqui li a todos – provavelmente alguns estiveram distraídos – que as provisões em relação ao processo da Águas do Marco eram de vinte e dois vírgula dois milhões de euros (22.200.000€). E vou lembrar a todos que o processo da Águas do Marco tem uma sentença no Tribunal Arbitral, de 2009, uma condenação, e está aqui a provisão de dezasseis milhões de euros (16.000.000€). Não é a nós que nos apetece colocar aqui os dezasseis milhões de euros (16.000.000€); é a alínea 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, que se vocês forem aos anexos do Orçamento, está lá, é obrigatório. Estão aqui em provisões vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil euros (24.837.000€).

E para dizer aos Srs. Deputados o seguinte: não é porque nós queremos, não é porque temos pré-acordo ou porque deixamos de ter pré-acordo; há uma sentença, ou condenação, tem que estar aqui a provisão. No caso da Águas do Marco, está aqui provisão de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), que é uma sentença do Tribunal Arbitral, estão os juros dessa sentença, que são mais quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil euros (4.884.000€), e depois ainda temos outra provisão do ano de 2004, que foram as ditas tarifas de saneamento que em véspera de eleições, em 2004, decidiram baixar o preço da água, e depois as faturas chegaram cá e ninguém as pagou, e que também estão aqui, faturas das tarifas de saneamento de 2004, oitocentos e oitenta e dois mil euros (882.000€), mais juros, que é quase metade, quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte euros (429.620€). Ou seja, estamos a falar, só em provisões para a Águas do Marco, de quase vinte e dois vírgula dois milhões (22.200.000€). Faz parte da Lei, independentemente das negociações, têm que estar acauteladas, porque o risco de condenação existe, e por isso é que existe um mapa de responsabilidades contingentes e de provisões, de acordo com o n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013.

Por isso, Sr. Deputado, dizer-lhe isso, e dizer-lhe também o seguinte: em relação à questão da Águas do Marco e das isenções, nós já fizemos aquilo que na última Assembleia aqui apresentámos como sendo os procedimentos para a isenção dos Marcoenses. Já aprovámos em Reunião de Câmara a proposta para iniciar o procedimento de alteração do regulamento – aliás, já realizámos o regulamento, desde aquela altura até agora, o regulamento já está pronto, e por isso, daqui a pouco há de vir a Reunião de Câmara para ser aprovado, já estamos a fazer a fundamentação da isenção, que é obrigatório o estudo económico-financeiro, já fizemos um ajuste direto, será o Dr. Pedro Mota e Costa, que é uma pessoa que também já trabalhou com o anterior Executivo, e por isso, será ele a fazer este estudo económico-financeiro para fundamentar as isenções, também o regulamento será levado a deliberação em sede de Reunião de Câmara, e depois, como disse, depois de aprovado, de acordo com a Lei, que é exigível, vai ter que estar trinta dias úteis – que, em termos práticos, são quase dois meses – em discussão pública. Isto é o que nós já fizemos para as isenções.

Mas, dizer-lhe o seguinte – e também aqui, se calhar, dizer aos presentes uma nota que a maior parte deles não deve saber: independentemente de nós termos avançado com este procedimento para as isenções, que é obrigatório, seja em pré-acordo, com acordo, para fazer as isenções temos



que fazer uma alteração ao regulamento, e estes procedimentos, nós já os levámos a cabo. Mas, para além da questão regulamentar, é preciso e é urgente que o Município continue a manter as conversações e negociações com a empresa Águas do Marco, até porque existe – e queria aqui lembrar – um litígio pendente entre as partes, e sobre o qual se pretende alcançar o melhor acordo possível, de forma a pôr termo ao mesmo. Nós queremos resolver o problema das Águas do Marco, porque além da pendência do litígio, que tem sido fortemente penalizado o Marco de Canaveses, enquanto Município, no acesso a fundos comunitários – se assim não fosse, nós hoje podíamos estar a candidatar todos aqueles investimentos que o Sr. Vice-presidente vai referenciar e que vocês pediram, em água e saneamento, podiam ser aqui candidatados se nós tivéssemos acesso a fundos comunitários. Mas, é importante lembrar os presentes que nós não temos acesso a fundos comunitários enquanto andamos em litígio com a Águas do Marco. E por isso é que é importante manter as negociações para este acordo. E como sabem, as negociações estão em curso, mas dar aqui nota de que houve aqui um constrangimento, que eu acho que alguns de vocês devem saber, porque é público: o constrangimento refere-se a uma operação de transmissão de titularidade do capital social da empresa detentora da Águas do Marco – ou seja, o grupo onde se integrava a Águas do Marco, a SOMAGUE Ambiente, foi vendido muito recentemente a um outro grupo, que é um fundo gerido pelo BCP. Ou seja, a empresa Águas do Marco, que se integrava no Grupo SOMAGUE Ambiente, foi vendida a um outro grupo, que é um fundo que é gerido pelo Banco BCP. É do conhecimento público, a escritura já foi feita, e por isso, o processo, a partir de agora, tem que ser conduzido com os novos acionistas – nós, até agora, estivemos a conversar com os acionistas; desde o momento em que a empresa é vendida a outros acionistas, nós agora temos de retomar este processo com os novos acionistas, e já fizemos esse pedido de reunião. Esta venda foi muito recente – quando digo “muito recente”, tem cerca de quinze dias – já fizemos o pedido de reunião com os novos acionistas, e temos a certeza, e também esperança, de que estes também pretendem alcançar uma rápida solução para o litígio que existe entre a Câmara Municipal e a empresa Águas do Marco.

Por isso, dizer-lhes que nós não estamos parados, as isenções, se tudo correr como está aqui planeado, serão aprovadas aqui em Assembleia Municipal no mês de fevereiro de 2020. Independentemente disso, agora há a questão do litígio que queremos resolver, e muito bem, porque traz constrangimentos à Câmara Municipal do Marco, e porque foi essa sempre a nossa expectativa, mas houve aqui este constrangimento, de a empresa SOMAGUE Ambiente ter sido vendida.

E por isso, acho que respondi às questões que aqui foram ditas. O Sr. Deputado Gil Rodrigues utilizou uma expressão, é sua, diz “ou eu estou meio desfasado”, ou achava que as provisões não deviam estar aqui...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, tenham paciência, não pode ser.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Só para lhe dar nota, Sr. Deputado Gil Rodrigues, o senhor está muito desfasado, primeiro porque devia saber – porque se lesse o Orçamento, estava aqui o mapa de responsabilidades contingentes e provisões, sabia que isto que eu disse é uma obrigatoriedade, ou seja, as provisões deviam estar aqui e fazem parte do Orçamento – só é sinal de que não o leram, porque está aqui. Eu li, eu li na minha intervenção, vinte e dois vírgula dois milhões de euros (22.200.000€) em



provisões para a Águas do Marco. Por isso, a Sra. Presidente não mete aqui provisões no Orçamento porque lhe apetece; é porque a Lei o exige. E em segundo lugar, de facto, dizer-lhe que não existe ainda mais investimento em água e saneamento – o Sr. Vice-presidente vai usar da palavra para o dizer, mas eu queria aqui lembrar a todos que do ano de 2019 para 2020, em despesas de capital, vai ser diferida uma despesa de cerca de oito vírgula cinco milhões de euros (8.500.000€), que são compromissos que já estão assumidos, cerca de quatro milhões de euros (4.000.000€) que hão de ser pagos do PARU, por exemplo, na cidade do Marco.

Sr. Deputado Luís Vales, amianto, já lhe respondi, a sua preocupação com as escolas, do amianto, já lhe respondi. Estão inventariadas onze, estamos a intervencionar, com recurso a fundos próprios da Câmara Municipal. Ainda temos esperança de que porventura as regras possam mudar dentro da Comunidade Intermunicipal e possamos candidatar as restantes a fundos comunitários. Não deitamos a toalha ao chão, começámos a fazer essa intervenção paulatinamente, temos essa preocupação. Não queremos só intervir nas escolas que têm amianto. Dar conta aos presentes de que aquelas que foram as intervenções que nós fizemos ao longo deste ano não se repercutiram só nas três escolas, e naquelas que levaram quase meio milhão (500.000€) de investimento – é preciso dizer que a Escola da Barroca, a Escola de Sobretâmega e a Escola da Esperança, que vai começar agora a obra, são mais de meio milhão de euros (500.000€), em três escolas. É preciso terem noção do investimento que está a ser feito.

Mas, para dizer aos presentes que nós não fizemos apenas obras nessas três escolas; nós fizemos mais de cento e vinte intervenções, só nas férias do ano escolar 2018/19, nas escolas do nosso concelho. Por isso é que eu quero dizer aos Srs. Presidentes que a preocupação deste Executivo não é só com o amianto; nós temos que garantir que as nossas escolas estão devidamente apetrechadas, que os nossos alunos têm conforto, têm mobiliário digno, têm cozinhas capazes de confeccionar refeições, para eles terem uma boa alimentação. E por isso, o investimento não pode ser só no amianto, e algumas das escolas que vão ser intervencionadas, como é o caso da EB1 do Torrão, que já aqui hoje dei essa nota, vai ser intervencionada para o ano, e não tem nenhuma cobertura de amianto, mas nós reconhecemos que é uma escola que precisa de ser intervencionada.

Por isso, Sr. Deputado Luís Vales, dizer-lhe que a sua preocupação em relação ao amianto, nós tivemos-la quando chegámos aqui, em 2017, e fizemos o nosso trabalho, e estamos a cumprir com ele.

Em relação à água e saneamento, isenções, não viu repercutido no Orçamento nenhum valor para as isenções – também me estava a esquecer disso, de lhe responder. Essa resposta das isenções só será possível dar com a máxima certeza e rigor depois de terminado o estudo económico-financeiro que estamos a fazer. Está a ser elaborado de forma a fundamentar a medida, e só após a conclusão do mesmo é que estaremos em condições e com certezas de informar os órgãos municipais, e sobretudo os munícipes, do custo da medida. Temos uma estimativa que nos foi dada pela Águas do Marco, que é uma previsão por freguesia do número de pessoas que estão em condições de se ligar – por exemplo, dou-lhe o exemplo que no Marco, Freguesia do Marco, existem quinhentas e setenta instalações com possibilidade de se ligar com águas, e duzentas e setenta e nove com saneamento; estamos a falar de um valor, só na Freguesia do Marco, de quinhentos e oitenta e sete mil euros (587.000€). Estamos a falar, por exemplo, em Tabuado, num valor de oitenta mil euros (80.000€); estamos a falar, em Vila Boa do Bispo, num valor de



quinhentos e catorze mil euros (514.000€); estamos a falar, em Sande e S. Lourenço, num valor de cento e noventa e três mil euros (193.000€). Temos o quadro. A Águas do Marco diz-nos que se fosse para ligar hoje todos aqueles que têm essa possibilidade de se ligar – porque já têm ramal à porta, e têm essa capacidade de se ligarem – estávamos a falar em três milhões, trezentos e vinte e cinco, quatrocentos e catorze euros (3.325.414€). Mesmo assim, nós entendemos que não é este o valor, e por isso só estamos em condições de avançar com o valor quando o nosso estudo económico-financeiro estiver terminado, e nessa altura saberemos qual é que será o valor. Mas, para dizer ao Sr. Deputado Luís Vales, que eu já aqui tinha dado essa informação na anterior reunião, que seja qual for o valor, e que a Câmara Municipal assumiu que vai pagar essas isenções, porque nós temos a noção de que aquilo que os Marcoenses querem é que os isentem das taxas de ligação de água e do ramal, e que vamos cumprir, e temos também esta noção de que é uma prioridade, porque também vai contribuir para a saúde pública dos nossos munícipes. Vamos assumir esse risco, vamos assumir porque vamos pagar nós à Águas do Marco. Mas, queria dar conta ao Sr. Deputado que seja qual for o valor, acautelámos financeiramente que vamos ter provisões capazes de o fazer, ainda que seja plafonando, ano por ano, aquilo que são as nossas isenções que teremos que pagar. Ou seja, nas negociações que estamos a ter com a Águas do Marco, tudo isso está a ser acautelado. O que ainda não posso adiantar, porque nós só temos o número que nos foi dado pela Águas do Marco, mas queremos ter também aquilo que é um número nosso, e por isso, só quando o estudo estiver terminado é que estaremos em condições de dizer a esta Assembleia e à Câmara Municipal qual é o valor correto a que correspondem as isenções dos Marcoenses nas taxas de ligação de água e saneamento.

Muito obrigada. Sr. Presidente, se o Sr. Vereador puder usar da palavra para responder às outras questões.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Pode usar da palavra, mas faltam cerca de quatro minutos e qualquer coisa. Por isso, pedia-lhe que fosse breve, por favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

Responder, então, à Sra. Presidente de Várzea, Aliviada e Folhada, relativamente à Ponte de Várzea. Já falámos diversas vezes sobre o assunto, mas eu acredito que queira ouvir aqui, de forma pública, e que fique registado: a Ponte de Várzea é para fazer. Ela custa mais de meio milhão de euros (500.000€), não é uma opção política, é uma necessidade, jamais iríamos tornar isto uma opção política, a construção desta ponte é uma necessidade, todos nós sabemos bem da sua importância. E estou convencido de que ela vai iniciar ainda em 2020 – não posso afirmar isso, porque depois perdemos a mão no concurso público, porque depois a obra pode ficar deserta, pode haver reclamações. Mas, o que está previsto é que ela vai iniciar ainda em 2020. Por isso, estamos próximos de iniciar a obra.

Relativamente ao deputado e Presidente de Junta, Fernando Monteiro, falta da rede de água e saneamento, dizer-lhe que estamos a elaborar, como a Sra. Presidente disse, um plano de investimentos, temos a perfeita noção das necessidades que a freguesia tem, alguns graves passivos ambientais, e vamos tentar resolvê-los dentro do possível.



Quanto ao deputado Luís Vales, dizer-lhe, e transcrevo aqui aquilo que disse, “este Orçamento não prevê nenhuma obra de alargamento das redes de água e de saneamento”. Sr. Deputado, as desculpas que o senhor arranja para tentar não votar favoravelmente este Orçamento. O senhor pôde ler, na pág. 29 do referido Orçamento, o seguinte: há um investimento de oito vírgula cinco milhões de euros (8.500.000€), que mais tarde será reforçado com a inclusão do saldo de gerência, no valor de treze ponto cinco (13.500.000€) – pág. 29 do Orçamento. E então, perguntar-lhe o seguinte: então, a Avenida Dr. Carlos Mota Pinto não tem rede de água, nem saneamento? Então, a Rua Carneiro Geraldês, que aqui o Sr. Presidente de Junta de Bem Viver já falou, não leva água, nem saneamento? Então, a Rua Adelino Amaro da Costa não tem rede de água, nem de saneamento? Então, a zona envolvente aos Paços do Concelho, também não tem rede de água e de saneamento? Então, a Rua da Santa Casa também não tem rede de água e de saneamento? Então, a Câmara não vai integrar as redes geridas pelas Juntas de Freguesia, que estavam nos subsistemas, e que agora somos obrigados, a partir de dia 1 de janeiro de 2015 – coisa que o seu Executivo não fez, e devia ter feito – a integrá-los na concessão? Falamos, claro está, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, no sistema do Saramagal, na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, no sistema da Légua, na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, também na própria Freguesia de Santo Isidoro, e em Constance, também em Outeiro. Então, o Orçamento não prevê a zona envolvente à Ponte de Canaveses, em mais de quinhentos mil euros (500.000€)? Uma estação elevatória no Bairro do Pisão Novo, que todos nós sabemos que é um passivo ambiental que ali está declarado, quem circula no Parque Fluvial sente bem os maus cheiros que ali estão, está aí previsto no Orçamento. Então, junto à Ponte de Canaveses, não está também prevista uma estação elevatória para bombear os efluentes residuais através da ponte? Não está também aí no Orçamento a conduta na Ponte de Canaveses, que vai levar esses mesmos efluentes até à ETAR de S. Nicolau? Então, não estão aí previstas no Orçamento as redes de água e saneamento junto às Caldas de Canaveses, e mais acima do Hotel das Caldas de Canaveses, que o seu Executivo licenciou com um limpa-fossas a despejar, cheio de hóspedes e clientes – imagine o que é um limpa-fossas diariamente, ou a toda a hora, a limpar uma unidade hoteleira daquelas, que não era possível. O seu Executivo licenciou a primeira fase com este sistema; nós não, levamos a água e o saneamento ao local. Então, não está prevista também a Ponte das Tábuas, a requalificação da ETAR de Ponte das Tábuas?

Dizer-lhe o seguinte: o problema que hoje o Marco de Canaveses tem é que há tanta necessidade de fazer alargamento da rede nova, como há tanta necessidade de corrigir alguma rede existente. E não podemos aceitar que diga que este Orçamento não prevê nada para água e saneamento; bem pelo contrário, prevê alguns milhares de euros para rede de água e saneamento. Não aceito isso, porque isso é demagogia política, e quem nos ouve sabe que as obras até são publicadas, quer na revista, quer no *sítio* da Câmara Municipal, e vê as redes que estamos a fazer. Então, não fizemos água e saneamento para a zona industrial de Constance? Agora temos que a pavimentar. É que o problema não é só lá meter os tubos. Os senhores, sabe o que é que faziam? Os senhores pavimentavam muitas ruas, e esqueciam dos tubos. Fizeram centenas de metros de passeios ao longo das estradas, e esqueceram-se de meter um tubo de água. É que nós não fazemos. O problema é que quando lá metemos as infraestruturas de água e de saneamento, depois é preciso pavimentar. A Rua da Cabrita, quando nós projetámos a mesma rua, já sabíamos que depois tínhamos que a pavimentar. Então, não está aí prevista também a Rua Gonçalo de Barros, na Freguesia de Tabuado? Vamos ter que a pavimentar. Naturalmente que não vamos pavimentar logo, porque é uma questão de técnica – ou seja, não podemos pavimentar a seguir à abertura das valas; desejamos que os solos sejam consolidados, para que depois não haja abatimentos,



como acontece muitas vezes – Constance é um exemplo disso, está feita a água e o saneamento, agora vamos esperar algum tempo, e depois, mais tarde, vamos pavimentar. Eu gostaria de ressaltar isto: este é, sem dúvida, o Orçamento dos últimos anos que mais investe na rede de água e saneamento. E falo aqui, por exemplo, na zona da Légua, na Freguesia de Aliviada: sabe quanto saneamento é que tem a Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada? Tem zero metros lineares, foi aquilo que vocês fizeram durante doze anos, fizeram zero.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas eu esqueci-me de responder a uma questão do Sr. Deputado Luís Vales, porque fez uma menção ao aumento das despesas com pessoal, e que ele considerou grave e preocupante, em um ano, e eu gostava de poder responder. Acho que estamos no ponto da ordem de trabalhos que é o mais importante, que é o Orçamento...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, faça favor, então. Agradecia-lhe que fosse muito breve.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Só para dar conta aos presentes que comparado o Orçamento apresentado para o ano de 2020 com o Orçamento de 2019, verificamos, de facto, existir um aumento global das despesas com pessoal em cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€). Dispensando a análise de algumas rubricas e sub-rubricas cuja variação não tem expressão, passo a destacar as alterações com maior impacto. Por exemplo, as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, o chamado descongelamento de carreiras, que só foi possível graças a este Governo, que são permitidas a partir do ano de 2018, que vão ser pagas a cem por cento (100%) a partir de dezembro de 2019 (para o próximo mês), e que representam um aumento no ano de 2020 de sessenta e nove mil euros (69.000€). Estas alterações, o descongelamento de carreiras, foi possível a duzentos e cinco trabalhadores da Câmara Municipal – para explicar para onde é que vai o dinheiro, os quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€).

Em outubro de 2019, iniciaram funções seis técnicos, ao abrigo do Programa PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, que também representa para despesa da Câmara mais sessenta e sete mil euros (67.000€) – também foi uma medida de conseguirmos, através do Governo, incluir aqueles que estavam em condições precárias, ou seja, a recibos verdes.

Na rubrica de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, temos um aumento de cerca de cento e setenta e cinco mil euros (175.000€). Os recrutamentos previstos para este ano já estão identificados no Plano Anual de Recrutamento, que integra a proposta de orçamentação e gestão das despesas com pessoal, e que estão em anexo nos documentos previsionais. Refira-se que estes recrutamentos são, na sua generalidade, situações que já estão autorizadas no ano de 2019 – foram concursos que estão a decorrer agora, e cujo início de funções se prevê ocorrer em 2020. Os restantes recrutamentos dizem respeito a postos de trabalhos existentes no Mapa



de Pessoal, resultantes da saída de trabalhadores, e para os quais pode vir a justificar-se o seu recrutamento – ou seja, a sua substituição. Também salientar o aumento do número de trabalhadores, que tem também um impacto nos encargos sociais, verificando-se assim um aumento de despesa na rubrica de Segurança Social – porque não basta aumentar salários, descongelar carreiras e contratar pessoas; depois há que pagar encargos sociais. E só para os encargos sociais, são cento e noventa e quatro mil euros (194.000€).

E por isso, dizer que estes aumentos estão contrabalançados, nomeadamente com a saída de onze trabalhadores, onze assistentes operacionais que saíram da Câmara Municipal por motivo de aposentação, e só por isso, porque saíram onze – e nós só hoje é que abrimos concurso para fazermos a inclusão de duas pessoas, dois assistentes operacionais – ou seja, saíram onze, e nós vamos contratar dois – só com esta diferença é que o aumento ainda não é superior no Orçamento para o recrutamento de pessoal, e para as despesas com pessoal, porque senão ainda seria mais, porque nós não substituímos as onze pessoas que já se aposentaram; vamos apenas, dessas onze, substituir duas.

Mas, dizer também ao Sr. Deputado Luís Vales que eu queria aqui lembrar que uma das boas práticas que eu referi no Orçamento, e que queria aqui voltar a salientar, e que também tem a ver com a gestão do pessoal, foi a nossa criação do Gabinete de Contratação e Aprovisionamento. E queria dizer-lhe que através desse Gabinete de Contratação e Aprovisionamento – que hoje o técnico está lá em baixo nas oficinas, o Chefe de Divisão, e que tem feito o controlo de tudo o que é aprovisionamento e compras dentro da Câmara Municipal – dizer-lhe que, por exemplo, com este novo Gabinete – e estamos a falar de gestão de pessoal – pela primeira vez – pela primeira vez – foi lançado um procedimento, um concurso público internacional para aquisição de serviços de seguros, Sr. Deputado, tendo sido efetuada uma análise à carteira de seguros do Município, atualizadas as apólices – que algumas delas não eram atualizadas, como eu costumo dizer, em tom de brincadeira, há quinhentos anos – e respetivas coberturas, de acordo com os riscos legalmente aplicáveis aos equipamentos e à atividade regular municipal. Por exemplo, Sr. Deputado, através desta reorganização dos serviços, fazemos aquisição de gasóleo, até conseguimos descobrir que o depósito constante do estaleiro municipal no final do contrato revertia a favor do Município, tendo feito essa reivindicação junto do anterior adjudicatário, e reconhecido esse mesmo direito, encontrando-se neste momento esse reservatório na propriedade municipal, o que nos permite de futuro, por exemplo, adquirir melhores preços, pois esta renda que já era imputada, para além do novo contrato ter previsto a informatização do sistema de abastecimento, o que nos permitiu, por exemplo, libertar um funcionário para outros serviços, que estava lá a meter gasóleo, com ganhos de eficiência e eficácia.

Mas, para lhe dar um exemplo ainda em relação a isto, que tem a ver com a aquisição de gasóleo, dizer-lhe que no ano de 2017, a Câmara Municipal gastou cerca de cento e oitenta e três mil euros (183.000€) em combustível; no ano de 2018, gastou cento e trinta e cinco (135.000€), e no ano de 2019, em princípio gastaremos cento e trinta e três (133.000€). Estamos a falar de uma poupança de cerca de quarenta e oito mil euros (48.000€), só com uma medida, Sr. Deputado. Isto é pessoal, fala-se aqui em requalificar pessoal, em reorganizar serviços.

Mas, dizer-lhe, por exemplo, que não tem a ver só com a questão da redução de custos; para além da redução de custos, estamos a cumprir com questões legais e formais, com ganhos a nível de gestão e planeamento, bem como a desmaterialização de procedimentos, que implicam hoje, na



Câmara Municipal, um maior controlo e gestão na execução contratual, com redução de custos indiretos, com mão de obra, e também celeridade processual.

Deixe-me só terminar com mais um exemplo: no caso do gás, foi lançado um procedimento de aquisição por lotes – gás natural e propano a granel – com análise dos equipamentos municipais e ajuste à nova realidade, uma vez que não existia nenhum procedimento em vigor para o gás – não existia nenhum procedimento em vigor. Só para lhe dizer que foi, pela primeira vez, nos transportes escolares – e estamos a falar de uma despesa anual superior a um milhão de euros (1.000.000€), Sr. Deputado – pela primeira vez, adotámos o procedimento legalmente aplicável. Ou seja, pela primeira vez, esta Câmara Municipal levou este procedimento a Tribunal de Contas; até agora, nunca tinha sido levado a Tribunal de Contas. Era necessário, era.

No que concerne às empreitadas correntes – por exemplo, os concursos públicos na modalidade de adjudicação por lotes – hoje conseguimos, através desta modalidade de adjudicação por lotes, conseguimos incrementar a concorrência, por via do aumento da participação de micro, pequenas e médias empresas nos procedimentos de contratação pública, para além de permitir a redução dos prazos de execução com diferentes adjudicatários e equipas de trabalho em todo o território municipal. Temos, por exemplo, adotado a modalidade de fornecimentos contínuos, de uma só vez. Hoje, fixamos preços ao longo do ano, e apenas temos que requisitar os bens estritamente necessários, deixámos de ter *stock* na Câmara Municipal.

Ou seja, as medidas de boa gestão implementadas por este Executivo, no que se prende sobretudo com a agregação de procedimentos com a mesma tipologia, o que nos faz ganhar escala, e por consequência a obtenção de melhores preços, uma vez que suscita aos operadores económicos um maior interesse. Por outro lado, apostamos na desmaterialização dos procedimentos, com a aquisição de novas plataformas eletrónicas, que foram financiadas pelo Projeto TIC, o que nos permite um maior rigor e controlo da fase pré-contratual e execução dos contratos, detetando-se também os seus desvios. É certo que não se reflete diretamente no Orçamento do Município, mas indiretamente torna os processos mais céleres e mais eficazes, e por isso, hoje, a Câmara, podemos dizer que está em melhores condições de fazer também uma melhor gestão. Relembro que muitos dos procedimentos foram lançados pela primeira vez, é o caso dos fornecimentos contínuos de limpeza, de inertes, de sinalização vertical, de *marketing* – como as lonas e os *flyers* – e pela primeira vez foi elaborado um plano anual de aquisições, com medida de planeamento, o que vai de encontro à recente recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, entre outros.

Terminei. Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, vamos passar à votação. Sr. Deputado, diga o que é que pretende, por favor. Um esclarecimento? Qual é o esclarecimento? Diga qual é o esclarecimento que pretende, por favor. Dou-lhe dois minutos, então, por favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Serei muito rápido. Muito obrigado, Sr. Presidente.



Relativamente àquilo que foi dito aqui pelo Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, e que está na pág. 34, eu acho que sei fazer contas ainda. No saneamento e abastecimento de água, e passo a citar, “estão já previstos e dotados seiscentos e sessenta e nove mil euros (669.000€) de investimento, de que se destaca a conclusão da rede de abastecimento de água e saneamento do Torrão, trezentos e noventa mil euros (390.000€).” Ou seja, trezentos e noventa mil euros (390.000€) que já sabíamos que existiam, sobram destes duzentos e setenta e nove mil euros (279.000€). Eu não percebo, e gostava que me esclarecesse também, porque diz que a reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, da zona envolvente dos Paços do Concelho, a conclusão da reabilitação da Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, também entram – e por isso, são muitos milhões – nestas contas da rede de água e saneamento. Eu só lhe quero perguntar se estes locais que acabei de dizer têm ou não têm saneamento neste momento, porque me parece que sim, e tendo, não acrescenta. Portanto, o investimento a sério, por assim dizer, serão seiscentos e sessenta e nove mil (669.000€), em que trezentos e noventa (390.000€) é para o Torrão – penso eu, mas por isso é que peço o esclarecimento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vice-presidente, dois minutos, por favor, para responder.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

Eu julgo que o Sr. Deputado está convencido de que nós vamos pavimentar as ruas, e vamos deixar as tubagens velhas que lá estão. Sr. Deputado, por amor de Deus, o senhor só lê aquilo que quer e aquilo que lhe dá jeito. Eu disse-lhe o seguinte, na pág. 29 diz o seguinte: investimento de oito vírgula cinco milhões de euros (8.500.000€). E então, eu pergunto-lhe: se não vamos investir nada em água e saneamento, onde é que vamos investir? Então, diga aqui aos Marcoenses onde é que a Câmara Municipal vai gastar, ou investir, oito vírgula cinco milhões de euros (8.500.000€). Mas, eu digo-lhe, e foi isto que eu lhe disse, é que nós temos como prática comum fazer as intervenções e substituir as tubagens existentes, que lá estão, que estão danificadas. Se o senhor duvida, Rua Eng.º Carneiro Galdes: a Rua Eng.º Carneiro Galdes estava constantemente a ter abatimentos, abatimentos porque as infraestruturas que lá estavam, estavam podres, estavam degradadas. As terras, por assim dizer, desviavam-se dentro das condutas. Nós não vamos fazer uma estrada, nem vamos pavimentá-la, nem vamos fazer passeio, sem infraestruturar a rua. A rua leva água e saneamento, e leva águas pluviais. Ou seja, naturalmente que há muitas rubricas que têm a pavimentação da Rua X, ou da Rua Y, mas tem lá incluída a rede de água e saneamento, não podia ser de outra forma. A Avenida Adelino Amaro da Costa: a Avenida Adelino Amaro da Costa começou lá em baixo, na rotunda dos bombeiros, e chega aqui ao viaduto; todas as tubagens, quer de água, quer de saneamento, são todas novas, as sarjetas de águas pluviais são todas novas. Então, aquilo não leva água e saneamento? Aquela obra tem três meses de faturação em 2019, e ainda vamos ter faturação em 2020. Então, aqui a zona envolvente aos Paços do Concelho, que esta conduta adutora que passa ali na Rua de S. Nicolau, que dá imensos problemas, não vai ser substituída? Naturalmente que vai. Então, as contrapartidas com a empresa M2S, que são obrigados a cumprir, na Rua de S. Nicolau, não vamos substituir toda aquela rede que lá está? Naturalmente que vai. O que aparece é a rubrica



aberta, contrapartidas com a empresa X, e a requalificação da rua, mas não vamos lá meter o cubinho, claro que vamos meter, mas não vamos descrever isso.

Quero com isto dizer o quê? Outra situação, relativamente à questão da integração das freguesias que têm sistemas geridos, da sua gestão. Acha que a Águas do Marco vai aceitar receber uma conduta, ou uma rede de água ou de saneamento, que tem trinta, ou vinte anos, ou mais, precária, completamente precária, que não tem qualquer condição de ser rececionada, sem que a Câmara Municipal lá faça investimento? Está aqui a Sra. Presidente de Várzea, Aliviada e Folhada, está ali o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, está ali o representante da Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, sabe bem os problemas que temos no Saramagal, sabe bem que já lá foi feito o levantamento. Isto vai ser feito quando? Em 2020. Essas até são uma exigência da ERSAR, não há volta a dar-lhe. Quer queiramos, quer não, não são opções políticas; é uma obrigação que a Câmara Municipal hoje tem que fazer. Está no nosso manifesto eleitoral – está no nosso manifesto eleitoral – que nós não vamos cometer os erros do passado, não vamos pavimentar ruas, sejam elas em betuminoso, sejam elas em calçada à portuguesa, ou cubos, que caso haja redes de água ou saneamento nas proximidades... Olhe, nos exemplos, eu até vou buscar os Srs. Presidentes de Junta; está ali o Sr. Presidente da Junta de Avessadas, que temos um problema, e ele sabe muito bem que até se ofereceu para custear a rede de saneamento; está ali o Sr. Presidente de Banho e Carvalhosa, que também quando pede a pavimentação na rua desde Banho até à Igreja de Carvalhosa, o que é que nós falámos? Tem que ser infraestruturada. É condição, não pavimentamos – a não ser que não esteja previsto levar água e saneamento nos próximos anos; agora, se estiver previsto, tem que levar as infraestruturas. Todas estas redes têm água e saneamento.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Está respondido, não está? Muito obrigado.

Vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Levantem o dedo, por favor, as pessoas que vão votar a favor. Ora, o ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, zero (0) votos contra, e treze (13) abstenções.

O ponto seguinte da ordem de trabalhos, **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Taxa de Lançamento de Derrama para o ano de 2019.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar conta só aos Srs. Deputados que é pretensão do Executivo Municipal continuar a não cobrar a taxa máxima prevista na Lei, com o intuito de proporcionar, através desta política fiscal municipal, um forte incentivo à promoção do investimento empresarial e à criação de emprego.

Assim, propõe-se que em relação ao lucro tributável do período fiscal de 2019, a Assembleia Municipal aprove o pedido de autorização para lançamento da taxa normal de Derrama, de um por cento (1%), aplicar aos sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), e se isente da aplicação da taxa de Derrama Municipal os



sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros (150.000€). É isto que está em causa, para colocar à votação.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não há inscrições.

Como não há inscrições, vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Não há abstenções. Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2019.

Tem a palavra a Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar conta aos presentes que nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a respetiva taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos, que neste caso é entre zero vírgula três (0,3%) e zero vírgula quarenta e cinco (0,45%). Os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, que vigorará no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

No seguimento da política municipal de alívio fiscal sobre as famílias Marcoenses no ano anterior, pretende-se agora também manter o nível da tributação deste imposto. Assim, propõe-se que em relação à fixação das taxas de IMI para o ano de 2019, a Assembleia Municipal aprove o pedido de autorização para lançamento da taxa de IMI, pelo valor mínimo, de zero vírgula três (0,3%), para os prédios urbanos, e uma redução fixa do IMI a aplicar ao prédio, ou parte do prédio urbano, destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo, ou do seu agregado familiar, com dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim – quarenta euros (40€) para famílias com dois dependentes a cargo, e setenta euros (70€) para famílias com três ou mais dependentes a cargo.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Quem pretende inscrever-se? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Não há abstenções. Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2020.



Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até cinco por cento (5%) do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – ou seja, sobre o IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no Código do IRS. No último ano, foi fixada em quatro por cento (4%) a participação do Município de Marco de Canaveses no IRS, o que significou a manutenção da redução da carga fiscal sobre os rendimentos das famílias Marcoenses, situação que agora se propõe manter.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal aprove o pedido de autorização para fixação da participação de quatro por cento (4%) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativamente aos rendimentos do ano de 2020.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

É tudo? Ora, quem pretende inscrever-se? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, vamos passar ao **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020.

Tem a palavra a Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

De acordo com a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente Município, e deve ser aprovada anualmente, até 31 de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar os zero vírgula cinco por cento (0,5%).

A Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, desde o ano de 2012, tem fixado a Taxa dos Direitos de Passagem para o ano seguinte em zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25%) sobre a faturação emitida pelas empresas que oferecem tais redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes do Município.

Assim, o que se propõe hoje é que a Assembleia Municipal aprove o pedido de autorização para fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020 em zero vírgula cinco por cento (0,5%) sobre a faturação emitida pelas empresas no Município de Marco de Canaveses.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Quem pretende inscrever-se? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Declaração de voto? À vontade.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente, Exma. Mesa, Exmo. Executivo, meus senhores, minhas senhoras:

O Grupo Municipal do PSD votou favoravelmente os Pontos n.º 3.3 a 3.6, vertidos na ordem de trabalhos, uma vez que as propostas apresentadas pelo Executivo do PS nos preditos pontos vêm na continuidade da política de alívio fiscal que o PSD iniciou em 2017, logo que foi liquidado o contrato de reequilíbrio financeiro e renegociada a dívida remanescente.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada.

Srs. Deputados, é uma hora e trinta e três (01h33). Vocês concordam que se continuem os trabalhos? Vamos prosseguir.

Ponto n.º 3.7, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores. A transferência destas competências para as entidades intermunicipais depende do acordo prévio da totalidade dos Municípios que as integram. Eu repito: a transferência destas competências para as entidades intermunicipais depende do acordo prévio da totalidade dos Municípios que as integram, materializado em decisões dos respetivos órgãos deliberativos, que constitui condição de eficácia e de assunção das respetivas competências.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, por via do seu Conselho Intermunicipal, em reunião havida a 8 de março de 2019, deliberou no sentido de reunir condições para aceitar o exercício de todas as competências. Assim, propõe-se à Assembleia Municipal, por ser uma competência própria desta, a aceitação da competência prevista para as entidades intermunicipais – neste caso, para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores.



É só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, vamos para o **Ponto n.º 3.8**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses – ano económico de 2019.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

Dar conta aos presentes que esta revisão orçamental tem origem apenas na necessidade de criar e dotar a rubrica de reposições não abatidas nos pagamentos, que foi originada pela entrada de uma verba referente à reposição de um montante de pagamento orçamental ocorrido no exercício anterior de 2018, a favor do Município. No caso específico, trata-se de uma devolução de uma verba referente ao pagamento de despesa corrente efetuado à ADSE, no valor de seiscentos e noventa e cinco euros (695€). Note-se que atendendo à natureza da receita proveniente das reposições não abatidas nos pagamentos, para efeitos da elaboração dos documentos previsionais, o capítulo económico respetivo, que é o Capítulo 15 das reposições não abatidas nos pagamentos, não deve, em regra, ser dotado, pelo que se durante o exercício económico forem detetadas situações desta natureza, a autarquia deve proceder a uma revisão do Orçamento. É isto que diz a Lei, é isto que estamos a fazer.

Assim, propõe-se a aprovação da presente revisão para acomodação da entrada de seiscentos e noventa e cinco euros (695€), por contrapartida da rubrica residual de “outras despesas”.

É só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, quem pretende inscrever-se? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, vamos para o **Ponto n.º 3.9**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.



Pela presente proposta, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando também aqui replicar uma solução que também é idêntica àquela que é preconizada para as entidades do setor público administrativo, relativamente à Câmara Municipal, e para os efeitos previstos na Lei, propõe-se que seja aprovada a emissão de uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; que os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros, e cinquenta e oito cêntimos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, e que o prazo de execução seja de três anos; que resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamento e alterações ao cronograma físico de investimentos, e quando o plano de liquidação de pagamentos em atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais.

Por isso, é esta a proposta que aqui vem, como disse, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e que já é normal vir a esta Assembleia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.10, Para conhecimento: Informação sobre os Compromissos Plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, em cumprimento do Ponto n.º 5 da autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais aprovada, por motivos de simplificação e celeridade processuais, como acabámos de referir, em sessão ordinária de 23 de novembro de 2018 da Assembleia Municipal, é desta forma dado conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo dessa autorização prévia genérica, que estão aí os montantes, e o ano de 2020, 2021, 2022 e seguintes.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Alguém tem alguma observação a fazer em relação a este ponto da ordem de trabalhos? Como não há observações, passamos ao ponto seguinte.

Ponto n.º 3.11, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente ao recrutamento para cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Dar conta aos presentes que a estrutura orgânica dos serviços municipais foi alterada a 26 de agosto de 2019. Nessa altura, nessa alteração, previmos a existência de uma Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico, que estaria integrada no Departamento Financeiro, Económico e Social, que se mostra hoje imprescindível dotar a referida unidade orgânica do respetivo dirigente intermédio de 2.º grau – ou seja, um Chefe de Divisão – conforme está previsto no Mapa de Pessoal, que garante a prossecução das respetivas atribuições e competências, e que, atuando sob critérios de qualidade, eficácia, eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão, assegure o bom desempenho dos serviços, garantindo a otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais, e também a satisfação dos destinatários da sua atividade.

Desta forma, proponho que seja autorizada a abertura do procedimento concursal de seleção para provimento de um cargo de Chefe de Divisão dos Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico, e cujo júri também tem que ir a votação, e que aqui temos discriminado. O Presidente do júri será o Dr. Fernando Alberto Pedroso da Silva, que é Chefe da Divisão de Contratação e Aprovisionamento da Câmara Municipal do Marco, o 1.º Vogal efetivo é o Eng.º Nuno Filipe Gonçalves Medão Ferreira, que é Chefe de Divisão de Edifícios e Equipamentos da Câmara Municipal do Marco, e o 2.º Vogal efetivo, a Dra. Olga Maria Azevedo de Melo, Chefe de Equipa Multidisciplinar de Educação, Inclusão e Coesão Social e Qualidade de Vida da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Temos ainda, depois, dois suplentes.

E é esta a informação que temos para submeter a votação.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, Srs. Deputados, quem pretende inscrever-se neste ponto? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

E por último, passamos para o **Ponto n.º 3.12** da ordem de trabalhos, que foi acrescentado, que consiste em Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal para a autorização para a assunção de compromissos plurianuais – 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 e seguintes.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais, agradecer aos membros da Assembleia Municipal a autorização para a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, e a sua deliberação.

Dizer aos presentes que esta autorização tem a ver com o facto de que durante o ano de 2019, e aquando da reprogramação dos investimentos no âmbito do PARU, por lapso dos serviços financeiros, não foi contemplado o pedido de alteração da programação física e financeira da obra, efetuado pelos serviços técnicos municipais. Essa reprogramação leva a que a obra do Museu Municipal tenha fim, não em 2020, como inicialmente estava previsto, mas no decorrer do ano de 2021, o que implica a assunção de compromissos plurianuais. Ou seja, o compromisso financeiro



não pode estar só vertido em 2020, também tem que estar em 2021, o que, pelo lapso aludido, não foi considerado no PPI.

Assim, para que não existam atrasos desnecessários – até porque nós temos que mandar estes documentos para obtenção do visto do Tribunal de Contas – e de acordo com a documentação enviada à Mesa, e através dela a todos os membros deste órgão, solicita-se autorização do plenário da Assembleia Municipal para que tal ponto possa ser deliberado, de acordo com o n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em consequência disso, solicita-se também a aprovação do mesmo.

No fundo, só estamos a querer antecipar um problema, que foi um lapso dos serviços, mas que depois nos pode trazer alguns atrasos em termos de visto do Tribunal de Contas.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não há inscrições.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Vamos passar, de seguida, à aprovação das minutas. Só um minuto, por favor.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Boa noite.

Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – ano financeiro 2020. Foi aprovado por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, e treze (13) abstenções. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Taxa de Lançamento de Derrama para o ano de 2019. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2019. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à participação variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2020. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.



Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.7, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente à Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais no domínio dos serviços públicos de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores. Este ponto foi aprovado por unanimidade, com trinta e três (33) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.8, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses – ano económico 2019. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.9, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.11, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal referente ao recrutamento para cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.12, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal para autorização da assunção de compromissos plurianuais – 4.ª revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 e seguintes. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu vou dar a palavra à Sra. Presidente, apenas para fazer um convite. Faça favor, Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

Eu esqueci-me de dar nota disso antes de terminar a reunião, queria convidar todos os deputados da Assembleia Municipal a participarem na nossa inauguração da iluminação de natal, que é no dia 1 de dezembro, às dezoito horas (18h00). E queria também convidá-los a participarem, com os familiares, sobretudo quem tem crianças, no nosso Mercado de Natal, no Mercado Municipal, que este ano vamos continuar com a Casa do Pai Natal, os duendes, insufáveis, a cama elástica, os karts, aquelas atividades que já no ano passado levámos a cabo. E queria aproveitar para os convidar a todos para participarem também nas nossas atividades natalícias.

E desejar a todos, ainda que nos voltemos a encontrar, certamente, mas como esta é a última Assembleia Municipal antes do natal, desejar a todos um bom natal e um bom ano de 2020.



Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa paciência. Um bom fim de semana, e um bom natal, naturalmente.